

ANDRÉIA MARIA PRUINELLI

**IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016:  
Ressentimento e cinismo nas bordas do discurso**

Porto Alegre  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

**IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016:  
Ressentimento e cinismo nas bordas do discurso**

ANDRÉIA MARIA PRUINELLI  
ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DRA. MARIA CRISTINA LEANDRO FERREIRA

Dissertação de Mestrado em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Área de concentração: Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas.

Porto Alegre  
2018

## CIP - Catalogação na Publicação

Pruinelli, Andréia Maria Pruinelli  
Impeachment/golpe de 2016: ressentimento e  
cinismo nas bordas do discurso / Andréia Maria  
Pruinelli Pruinelli. -- 2018.  
180 f.  
Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira  
LEANDRO FERREIRA.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de  
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Análise do Discurso. 2. Formação Discursiva. 3.  
Cinismo. 4. Ressentimento. 5. Resistência. I.  
LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina Leandro Ferreira,  
orient. II. Título.

ANDRÉIA MARIA PRUINELLI

**IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016:  
RESSENTIMENTO E CINISMO NAS BORDAS DO DISCURSO**

Dissertação de Mestrado em Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira – Orientadora

---

Profa. Dra. Ercília Ana Cazarin – UCPEL

---

Profa. Dra. Freda Indursky – UFRGS

---

Prof. Dr. Maurício Eugênio Maliska – UNISUL

*Aos que ainda nutrem esperanças por dias melhores...*

## **AGRADECIMENTOS**

*A todas e todos que me apoiaram, incentivaram e suportaram ao longo desta curta, porém intensa, aventura teórica...*

*Não ousarei nominar aqui todos os seres que me constituíram nesta caminhada, pois não quero cometer injustiças e ser, uma vez mais, atravessada pela falha...*

*Escolhi, pois, afetá-los pessoalmente, fazendo com que minhas palavras expressassem toda a imensa gratidão que sinto por ter sido tão abençoada por Deus...*

*Não sei quantas almas tenho  
Cada momento mudei.  
Continuamente me estranho.  
Nunca me vi nem achei.  
De tanto ser, só tenho alma.  
Quem tem alma não tem calma.  
Quem vê é só o que vê,  
Quem sente não é quem é,  
Atento ao que sou e vejo,  
Torno-me eles e não eu.  
Cada meu sonho ou desejo  
É do que nasce e não meu.  
Sou minha própria paisagem,  
Assisto à minha passagem,  
Diverso, móbil e só,  
Não sei sentir-me onde estou.  
Por isso, alheio, vou lendo  
Como páginas, meu ser  
O que segue não prevendo,  
O que passou a esquecer.  
Noto à margem do que li  
O que julguei que senti.  
Releio e digo: «Fui eu?»  
Deus sabe, porque o escreveu.*

Fernando Pessoa

## RESUMO

O ano de 2016 será (re)lembrado como um período da nossa história em que o Brasil teve a cena política como protagonista das ações, tanto em nível nacional quanto internacional. Os holofotes da mídia estavam centrados no embate deflagrado por duas visões distintas acerca de um importante acontecimento que envolvia o corpo social de forma ampla: o afastamento de uma presidente que havia sido eleita pelo voto direto e representativo, assim como demandam os saberes e práticas estabelecidos por uma democracia. A data precisa era 31 de agosto. Neste dia, Dilma Rousseff foi oficialmente destituída do cargo de presidente da República, lugar este para o qual havia sido (re)investida e empossada pouco mais de um ano e meio antes, via sufrágio universal, pela livre escolha de quase 55 milhões de brasileiros. Desde o recebimento da denúncia, passando pela instalação do processo e, finalmente, pela retirada da petista, foi possível perceber que estávamos diante de um fato que ultrapassava os níveis histórico e jornalístico para galgar espaço no cenário discursivo. E isto se fez pela instauração de duas formações discursivas, as quais passaram a atuar no fio do discurso manifestando seus saberes/práticas/dizeres antagônicos. Esta escrita, pois, dispõe-se a trabalhar, sob a perspectiva da Análise do Discurso de vertente pecheutiana, este importante acontecimento, ao investigar a constituição de duas FDs tão distintas que, além da contradição constitutiva, deixaram suas marcas pela presença/ausência de sua repercussão para além dos territórios nacionais, as quais denominamos de FD que enuncia impeachment e FD que enuncia golpe. Para nos auxiliar nesta caminhada analítica, faremos uma incursão por alguns pontos que nos são caros nesse processo de movimentação dos sentidos, no qual trataremos questões relativas à memória e suas relações com a formação social, a qual denominamos de democrático-capitalista. Neste cenário, articulamos conceitos que advêm de outras áreas do saber, como cinismo e ressentimento, para que estes possam contribuir em nossa aventura teórica pelos meandros do discurso. Propomos, pois, a partir da delimitação deste cenário, possibilitar questionamentos e inquietações acerca do impeachment/golpe de 2016, fato/acontecimento este que já deixa seus vestígios na trajetória da ainda jovem e frágil democracia brasileira.

**Palavras-chave:** Impeachment/golpe; Formação Discursiva; Ressentimento; Cinismo, Resistência.



## RÉSUMÉ

L'année 2016 sera rappelée comme une période de notre histoire où Brésil était protagoniste d'actions dans la scène politique, tant au niveau national qu'international. Le spot se concentrait sur l'affrontement déclenché par deux points de vue distincts sur un important événement impliquant le corps social général: la suppression d'une présidente qui a été élue au suffrage universel direct et représentatif, comme demandent les connaissances et les pratiques établies pour une démocratie. La date précise était le 31 août. Ce jour-là, Dilma Rousseff a été officiellement privée du poste de Présidente de la République, un poste qu'elle avait été (ré)investie et a pris ses fonctions peu plus d'un an et demi avant, au suffrage universel, par le libre choix de près de 55 millions de Brésiliens. À partir de la réception de la plainte, en passant pour le processus d'installation et enfin le retrait de la Présidente qui était du PT (Parti de Travailleurs), il était possible de voir que nous étions face à un fait qui est allé au-delà des niveaux historiques et journalistiques à monter dans le scénario de l'espace discursif. Et cela a été fait par l'établissement de deux formations discursives, qui ont commencé à agir sur le fil du discours manifestant leurs connaissances / pratiques / dictons antagonistes. Cette dissertation, donc, doit travailler, du point de vue de l'analyse du discours crée par Pêcheux, avec cet événement important, d'enquêter sur la formation de deux FDs si distincts que, outre la contradiction constitutive, ont laissé leurs traces par la présence / absence de sa répercussion au-delà des territoires nationaux, que nous appelons FD qui énonce la mise en accusation et FD qui déclare souffler. Pour nous aider à cette marche analytique, nous ferons un raid de quelques points que nous chérissons dans ce processus de mouvement des sens, où nous apporterons des questions à la mémoire et sa relation avec la formation sociale que nous appelons capitaliste-démocratique. Dans ce scénario, il y a les concepts articulés qui viennent d'autres domaines de la connaissance de même que le cynisme et le ressentiment, afin qu'ils puissent contribuer à notre aventure théorique à travers les subtilités du discours. Nous proposons, à partir de la délimitation de ce scénario, les questions et les préoccupations possibles au sujet de la mise en accusation / coup d'État de 2016, fait / événement qui déjà laisse ses traces sur la trajectoire de la démocratie brésilienne encore jeune et fragile.

**Mots-clés:** Impeachment/Coup d'état; Formation discursive; Ressentiment; Cynisme, Résistance.

## LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Formação social democrático-capitalista.....	32
Esquema 2 – A política e o político.....	35
Esquema 3 - Contradição entre capitalismo e democracia.....	40
Esquema 4 – Nuvem Discursiva.....	51
Esquema 5 – Memória e suas características .....	54
Esquema 6 – Memória e enunciado.....	63
Esquema 7 – Ressentimento na sociedade contemporânea.....	75
Esquema 8 – Contradição e ressentimento .....	82
Esquema 9 – O ciclo do ressentimento.....	86
Esquema 10 – Diferenças entre ressentimento e vingança.....	90
Esquema 11 – Ressentimento enquanto sintoma.....	98
Esquema 12 – Sintoma e a tríade infernal .....	100
Esquema 13 – O inconsciente e seu funcionamento.....	101
Esquema 14 – Verdade e mentira pela ótica do cinismo.....	107
Esquema 15 – Impeachment/golpe de 2016 e o cinismo.....	114
Esquema 16 – Cinismo como palco das ilusões .....	122
Esquema 17 – O cinismo e seus efeitos de sentido .....	123
Esquema 18 – Um retrato do sujeito político contemporâneo.....	126
Esquema 19 – Condições de produção do impeachment/golpe de 2016.....	134
Esquema 20 – FD que enuncia impeachment <i>versus</i> FD que enuncia golpe .....	140
Esquema 21 – Resistência e ruptura dos sentidos .....	143
Esquema 22 – A interdição dos dizeres marcando resistência .....	148
Esquema 23 – Real e furo no cenário discursivo da resistência.....	158

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>ESQUADRINHANDO UM [POSSÍVEL] CAMINHO DE ANÁLISE.....</b>	<b>12</b>
1.1	TATEANDO UMA DEFINIÇÃO POSSÍVEL... ..	12
1.2	AD E A CENA POLÍTICA .....	14
1.3	O ARQUIVO E A FORMAÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	16
1.4	DELINEANDO A BASE ANALÍTICA.....	17
<b>2</b>	<b>DEMOCRACIA À BRASILEIRA: QUE DEMOCRACIA É ESSA? .....</b>	<b>20</b>
2.1	DEMOCRACIA E CAPITALISMO: UMA CONTRADIÇÃO?.....	27
2.2	A LEGITIMIDADE DENTRO/DAS RELAÇÕES POLÍTICAS .....	32
2.3	DIFERENÇAS ENTRE AS NOÇÕES DE POLÍTICA E DE POLÍTICO .....	35
2.4	A FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO E A DEMOCRACIA .....	39
<b>3</b>	<b>MOVIMENTOS DA MEMÓRIA NO DISCURSO POLÍTICO .....</b>	<b>47</b>
3.1	INTERDISCURSO: A MORADA DOS SENTIDOS .....	49
3.2	O FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA NO FIO DO DISCURSO.....	51
3.3	<i>DISCURSO SOBRE</i> NO APARELHO IDEOLÓGICO DA MÍDIA.....	56
3.4	MEMÓRIA DISCURSIVA: RETOMADAS E ESQUECIMENTOS .....	58
3.4.1	Paráfrase e polissemia: regularidade e movência nos caminhos da memória.....	61
3.4.2	Memória e enunciado dividido.....	64
3.4.3	A memória enunciada no discurso político .....	67
<b>4</b>	<b>O RESENTIMENTO NOSSO DE CADA DIA: UM SINTOMA? .....</b>	<b>73</b>
4.1	ALGUNS PENSADORES DO RESENTIMENTO .....	76
4.2	O RESENTIMENTO E A SOCIEDADE DEMOCRÁTICO-CAPITALISTA .....	78
4.3	DIFERENÇAS ENTRE RESENTIR E VINGAR-SE.....	88
4.4	SER RECONHECIDO PODE EVITAR O RESENTIMENTO?.....	91
4.5	AFINAL, SERÁ O RESENTIMENTO UM SINTOMA? .....	97
<b>5</b>	<b>DA VIRTUDE À DESFAÇATEZ: O CINISMO NAS DOBRAS DO DISCURSO .</b>	<b>104</b>
5.1	A FORMAÇÃO SOCIAL DEMOCRÁTICO-CAPITALISTA E SEU <i>MODUS</i> <i>OPERANDI</i> CÍNICO .....	109
5.2	RELAÇÕES PERIGOSAS: CINISMO E POLÍTICA .....	117
5.3	PERVERSÃO E CINISMO: MARCAS DO CONTEMPORÂNEO .....	124
5.4	AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016.....	129

5.5	O CINISMO E SEUS ENTREMEIOS DISCURSIVOS .....	135
<b>6</b>	<b>MARCAS DE UMA RESISTÊNCIA.....</b>	<b>139</b>
6.1	CONTRADIÇÃO E RUPTURA NO ATO DE RESISTIR.....	141
6.2	O POLÍTICO COMO LUGAR DE RESISTÊNCIA.....	146
6.3	DIREITA E ESQUERDA NO PALCO DO IMPEACHMENT/GOLPE.....	151
6.4	FORMAÇÃO DISCURSIVA: LUGAR DA CONTRADIÇÃO, DO EQUÍVOCO E DA HETEROGENEIDADE .....	154
6.5	IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO? .....	158
6.6	O SILÊNCIO QUE (RES)SIGNIFICA...E RESISTE! .....	161
<b>7</b>	<b>TENSÕES, CONFLITOS, SABERES E SENTIDOS FRONTEIRIÇOS: IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016 .....</b>	<b>164</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>170</b>

## 1 ESQUADRINHANDO UM [POSSÍVEL] CAMINHO DE ANÁLISE

*É o destino do pensamento: é preciso construir máquinas de costura  
para descosturar as falsas totalidades.  
COURTINE & MARANDI.*

### 1.1 TATEANDO UMA DEFINIÇÃO POSSÍVEL...

Localizando a Análise do Discurso como uma disciplina de entremeio, estabelecida entre a Linguística e as demais ciências relacionadas às áreas das formações sociais, encontramos sua razão de ser quando se percebe a existência da contradição em seu bojo, promovendo questionamentos de diversas naturezas. A AD pecheutiana trabalha não apenas a negação a uma transparência no que tange aos aspectos pertinentes ao universo linguístico, assim como entende que os fatos históricos reclamam sentidos e precisam ser considerados.

Soma-se a essas duas ponderações o aspecto psicanalítico, que contribui para os estudos discursivos quando mobiliza o inconsciente, entendendo-o como sendo algo do qual não podemos fugir ou nos esconder, representando o mistério que nos governa. O objeto central da Análise do Discurso é, conforme as palavras de Leandro Ferreira (2005, p. 15), “tematizar o objeto discursivo como sendo um objeto-fronteira, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica, simultaneamente”.

A língua, para a AD, está muito longe das concepções previstas nos dicionários e nas gramáticas, nos quais os significados/sentidos estão ali moldados, prontos para serem empregados. Por isso se diz que a língua tem como característica o fato de ser opaca, que está a todo tempo atravessada pelo componente ideológico, concebendo um sujeito discursivo que está à mercê, indubitavelmente, de falhas, conflitos, escapes e que, além disso, é entrecortado pela contradição constitutiva e pela ação inescapável do inconsciente.

A tríade Linguística, Materialismo Histórico Dialético e Psicanálise idealiza esta disciplina-outra que traz, desde seus primórdios, pelo menos um traço inequívoco: o questionamento. Para a AD, os sentidos estão em permanente processo de deslizamento,

deriva, mudança. Até podemos entender certos sentidos como sendo portadores de alguma regularidade, mas o que prepondera é a inconstância, a mutabilidade, a possibilidade latente de vir a tornar-se outra coisa.

A busca incessante da Análise do Discurso é pelos processos que culminam com a produção de sentidos, sendo estes afetados por aspectos de cunho socio-histórico. E é porque o sentido não carrega uma literalidade cristalina que consideramos a existência da historicidade, possibilitando o escape, o ser outro, mesmo que isso não signifique que o sentido possa ser qualquer um.

Averiguar os processos que determinado sentido percorreu possibilita que façamos um movimento interpretativo apoiado nas condições de produção, constituídas em uma dada conjuntura, em um certo contexto, comportando características provindas do ideológico, do histórico e do social. A noção de sujeito é desenhada dentro deste pensamento, em que é preciso contentar-se com o fato de ser determinada pela exterioridade, dependendo, para existir, da relação dual instaurada entre a interpelação ideológica e a afetação do inconsciente.

É possível tentar conceber a AD como sendo a teoria que engloba e problematiza as relações sociais e suas respectivas reproduções e/ou transformações. Ela se concentra na esfera semântica, debruçando-se sobre os processos de significação, sobre os efeitos de sentido que se constituem no âmbito das FDs, mas não de uma maneira fechada, única e, sim, despendendo esforços na direção que ultrapassa o previamente instituído. Podemos nos atrever a dizer, frente a isso, que a AD é transgressora por natureza.

A Análise do Discurso pecheutiana carrega, portanto, uma característica questionadora, inquieta, o que a localiza na ambivalência das Ciências Sociais, fomentando, ao mesmo tempo, sentimentos que oscilam entre o desconforto e o fascínio. Ela encanta e desilude e, neste misto indelével de emoções, acaba por demarcar suas fronteiras, jamais rígidas e indestrutíveis, tal qual uma fortaleza impenetrável, mas dotadas de porosidade e aderência, nas quais se estruturam muitas das noções que a configuram como um dispositivo teórico-analítico de natureza interpretativa.

O próprio Pêcheux nos lembra da fronteira tênue de atuação da Análise do Discurso, quando diz que a teoria está entre o real da história e o real da língua e precisa manter-se neste espaço lacunar, necessariamente, para evitar incorrer no risco de, cedendo para um lado ou para o outro, sucumbir de tal forma que seus preceitos basilares caiam por terra. Optar pela AD é, portanto, fazer um pacto com a impermanência e deixar nossos passos serem conduzidos por esta desafiadora teoria que nos arrebatada e instiga cotidianamente.

## 1.2 AD E A CENA POLÍTICA

No dia 31 de agosto de 2016, o Brasil presenciou um fato inusitado em sua recente história de pouco mais de 500 anos. Desde que se libertou oficialmente das amarras dos anos de chumbo - que macularam a vida de muitos brasileiros, deixando um rastro de dor difícil de esquecer e superar -, a jovem democracia brasileira não era acometida por um abalo tão bem orquestrado: a retirada de uma presidente eleita pelo voto popular direto e por motivações consideradas controversas.

Com um quórum composto por 81 senadores, o número de políticos que votou favoravelmente à saída de Dilma somou 61, enquanto 20 votaram contra, sem a ocorrência de abstenção. No telão que mostrava o resultado estava a suposta causa para o impeachment de Dilma, em forma de pergunta: cometeu a acusada, os crimes de responsabilidade correspondentes à tomada de empréstimos junto à instituição financeira controlada pela União e à abertura de créditos sem autorização do Congresso Nacional, que lhe são imputados, devendo ser condenada à perda de seu cargo?

Frente a este fato que, seguramente figurará nos livros de história num futuro não muito distante, podemos depreender algumas observações, utilizando, como bússola, noções provenientes do dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso de linha francesa - também conhecida como AD.

O objetivo deste trabalho é, a partir do exposto, investigar os efeitos de sentido mobilizados por veículos de comunicação brasileiros e estrangeiros acerca do processo de impeachment/golpe ocorrido no ano de 2016, quando Dilma Rousseff era presidente da República. Para tanto, seguindo as palavras do mestre Pêcheux (2015 [1983]), p. 60), procedemos a nossa investigação analítica com o intuito de “explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados”.

Ao elegermos esta temática como materialidade significativa, um de nossos objetivos é suscitar questionamentos e promover inquietudes acerca do modo como o sujeito político contemporâneo vem tecendo suas relações sociais. É sabido que, em nosso país, temáticas relacionadas ao universo político são exploradas apenas superficialmente, até porque nem sempre são bem vistas pela maioria da população.

Considerando, pois, este afastamento dos sujeitos com relação a assuntos atinentes à esfera política, pretendemos inaugurar, com esta escrita, justamente o movimento oposto:

aproximar e problematizar, pelo viés analítico-discursivo, um importante acontecimento ocorrido no ano de 2016 no Brasil, com o intuito de promover questionamentos acerca dos processos que culminaram com o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República. Para fins de investigação, denominamos este fato como impeachment/golpe.

No ano de 2018, mais precisamente na data de 05 de outubro, comemoramos 30 anos de promulgação da nossa Carta Magna. Símbolo da cidadania e de tantos outros saberes e práticas democráticas, é chegada a hora de analisarmos discursivamente o que foi feito dessa democracia e dos valores a ela atrelados e constantes nas inúmeras páginas que compõem a nossa Constituição.

Apesar de já estar entre nós há quase três décadas, é importante lembrarmos que o regime democrático ainda não está plenamente consolidado, pois há quem ainda considere a democracia como *persona non grata*. Nossa história guarda muitas passagens nebulosas e fatos que ainda estão em suspenso, aguardando cenas dos próximos capítulos. Se metaforicamente a história da nação brasileira pudesse ser representada por um livro, certamente muitas páginas estariam arrancadas.

Nosso passado nos assombra. Mas não porque não superamos o trauma causado por ações impensadas. Ao contrário. O temor se instaura justamente por não termos tido a coragem, a ousadia necessária para enfrentar nossas mazelas de frente e, com isso, forjar nossa identidade. Somos um território sem face. Pelo menos sem uma face construída por nós mesmos. Erguemos as bases de uma suposta 'identidade nacional' pelo olhar de fora. De repente seja esse um dos fatores que contribuem para o nosso desinteresse (pelo menos de um modo geral) por questões relativas ao âmbito político.

Não nos enxergamos como seres políticos. Nosso viver cotidiano é de sujeitos assolados por uma vida acelerada, cada vez mais efêmera e voltada à satisfação instantânea de nossas vontades. Essa ânsia fugaz precisa obrigatoriamente nos conduzir ao prazer. Prazer fugidio, cada vez mais célere, sem fornecer espaço para reflexões de qualquer tipo. Esse movimento ao qual o sujeito contemporâneo está atrelado não quer e nem permite que se pare alguns instantes para ponderações de qualquer ordem. Tudo precisa responder às ordens do agora, sem maiores explicações.

A sensação de desalento, a incapacidade de suportar a angústia e o desamparo nos assaltam enquanto sujeitos do contemporâneo. É preciso resistir, mas como? Como instaurar sentido no não sentido da existência? Como (con)viver com a falta que jamais será preenchida? Essas perguntas não necessariamente precisam de respostas únicas, certas e inapeláveis. Elas precisam, antes de mais nada, de sujeitos atuantes. Sujeitos que atuem por si



e com/pelo outro. Não há mais tempo para omissões! 2016 está aí para não nos esquecermos que precisamos, mais do que nunca, reconhecermos o campo político como lugar de mobilização, de luta, espaço este em que o diálogo, o debate sejam as palavras de ordem.

Como analistas do discurso, trabalhamos cotidianamente com os conflitos, as tensões e os compreendemos como próprios das relações estabelecidas entre os sujeitos, atravessados estes que são, constitutivamente, por estímulos provenientes do ideológico e do inconsciente. O campo político é um ambiente propício para investigarmos como essas relações são geridas e de que forma afetam o espaço social.

### 1.3 O ARQUIVO E A FORMAÇÃO DO *CORPUS*

Conforme palavras do fundador da AD, compreende-se o arquivo como sendo o espaço situado entre as materialidades linguística e histórica, de natureza essencialmente provisória e mutável, podendo ser visto, ainda, como um verdadeiro observatório. Entendendo o local ocupado pelo arquivo no universo discursivo, podemos considerar que “é esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (PÊCHEUX, (1997) [1982], p. 66).

É, pois, pelo arquivo que se tem um conjunto de práticas sócio-históricas, atravessadas pelas forças advindas da ideologia, da contradição e do equívoco, assim como silenciamentos e esquecimentos, sejam estes voluntários, conscientes ou não. Mariani (2010, p. 89) nos auxilia na compreensão e no alcance do arquivo em Análise do discurso, entendendo que, no que tange aos sentidos, alguns podem ser “(...) colocados para serem lidos e repetidos (...) e há também os recalcados, silenciados interditados, censurados. Podemos pensar, então, que nos arquivos se inscrevem sintomas da época em que foram organizados (...)”.

Este arquivo discursivo se organiza/estrutura levando em conta a historicidade, produzida pelo atravessamento da contradição e do equívoco. Outro movimento que intercepta e caracteriza o arquivo é a dispersão, a qual se alia aos gestos de leitura e interpretação do analista. A partir disso é possível demarcar as condições de produção de determinado acontecimento, que, por sua vez, deflagram as formações ideológicas, imaginárias e discursivas.

É por intermédio do olhar apurado do analista que se organiza o *corpus* de trabalho, que norteará o ir-e-vir pendular típico da AD, fazendo conversar os dispositivos teórico e prático, e instituindo, dessa forma, seu campo de atuação. O arquivo que serviu de base para as investigações analíticas propostas por este trabalho advém da internet, que pode ser concebida como um imenso repositório contemporâneo, no qual circulam saberes/dizeres a respeito das mais variadas temáticas.

A internet, entendida por nós como um lugar de memória, foi o local escolhido para a constituição do nosso corpus, espaço do qual retiramos os enunciados e as sequências discursivas que nortearam nossa escrita. A instituição de um arquivo, para um analista do discurso, pode ser lida como a possibilidade de efetuar um recorte temporal em determinado fato/acontecimento histórico, para, a partir disso, efetuar os movimentos de interpretação analítica aos quais se dedicará a compreender os possíveis processos que desenharam determinados gestos de leitura.

Nosso propósito investigativo toma, portanto, como objeto de análise, materiais provenientes de diversos veículos de comunicação do Brasil e de outros países, disponibilizados virtualmente, a respeito do processo de impeachment/golpe de 2016. Buscamos explorar os processos que culminaram com os dizeres/sentidos que desenharam duas formações discursivas opostas: (1) a que enuncia impeachment e (2) a que enuncia golpe.

Por intermédio de gestos analíticos de interpretação, procuramos investigar os pontos de deslizamento e/ou de deriva que possibilitaram a instauração dessas duas FDs no âmbito do discurso. A escolha por constituir o *corpus* a partir de sequências veiculadas pela mídia deu-se em função da presença marcante deste aparelho ideológico no caso do impeachment/golpe de 2016, além deste AIE possuir vasta capilaridade, exatamente por seu alcance social, especialmente no que se refere à produção de conteúdo e sua posterior disseminação para a opinião pública.

#### 1.4 DELINEANDO A BASE ANALÍTICA

A peculiaridade da Análise do discurso está em reajustar, readaptar os sentidos previamente instituídos por determinados conceitos, sejam estes advindos das três áreas que constituem a base epistemológica da disciplina, sejam outros advindos dos mais

diversificados campos do saber. De acordo com o objeto escolhido para a investigação, é estabelecido um novo quadro teórico-metodológico, no qual as categorias de análise se entrecruzam e passam a manter uma relação conflituosa, tensa, formando o complexo espaço de atuação da AD, estruturado na pendular movimentação teoria-práxis.

A Análise do Discurso pecheutiana permite articular, enlaçar, enredar em suas tramas conceitos advindos de outros campos do saber. Com o objetivo, pois, de pensarmos discursivamente a respeito do impeachment/golpe de 2016, traremos, para se somar à “caixa dos conceitos” (Leandro Ferreira, 2003, p. 190) da AD, duas noções que serão tratadas como categorias analíticas: cinismo e ressentimento. Estes conceitos nos auxiliarão no entendimento dos processos que convergiram para a instauração da cena discursiva, na qual tivemos como protagonista o afastamento de Dilma Rousseff, nos moldes em que este fato aconteceu.

Este trabalho trará, nas próximas páginas, alguns questionamentos sobre diferentes aspectos relacionados ao impeachment/golpe e seus desdobramentos discursivos. Questões relativas à democracia e ao capitalismo e suas inter-relações em nossa sociedade contemporânea iniciam nossa aventura analítica. Logo após, abordaremos a memória discursiva e suas interferências/afetações no objeto em questão. A seguir, quem entra em cena é o ressentimento, que trará o pensamento de Friedrich Nietzsche para nos fornecer aporte teórico. Na sequência, versaremos sobre o modo de agir cínico, que ganha cada vez mais destaque em nossa sociedade contemporânea. O fechamento desta trajetória tratará da resistência nos meandros discursivos e sua relação com o afastamento de Dilma da presidência.

Este caminho teórico-metodológico que passaremos a trilhar a partir de agora nos colocará diante da opacidade dos materiais investigados, visando a estabelecer possibilidades analíticas que nos auxiliem na busca por “vestígios do possível” (ORLANDI, 2007). Mas, para além disso, o que nos move a escrever tendo como norte a teoria discursiva inspirada em Michel Pêcheux é e será, para além da admiração por todo seu esforço e ousadia, a certeza de continuar a permitir que sua voz e seu pensamento continuem vivos e ecoando em nós e por meio de nós, seja em que tempo for.



Fonte: <https://wordsofleisure.com/2012/02/03/tirinhas-mafalda-e-a-democracia/>

## 2 DEMOCRACIA À BRASILEIRA: QUE DEMOCRACIA É ESSA?

*Quando os homens são puros, as leis são desnecessárias; quando são corruptos, as leis são inúteis.*  
BENJAMIN DISRAELI

A política brasileira contabiliza séculos como uma colônia, dezenas de anos sob o império escravocrata, mais algumas décadas marcada pelas oligarquias da República Velha, e vem desembocar, em meados do século passado, nas pouco mais de duas décadas do conturbado governo getulista. Após os mais de vinte anos de ditadura militar, ocorre a abertura democrática e, a partir de 1989, tem início um novo estágio para a política nacional, no qual o voto direto e a instauração de uma democracia salvaguardada por uma Constituição Federal, embasada em valores soberanos e cidadãos, passa a vigorar em todo território nacional.

Assim como tantas noções que fazem parte do quadro teórico analítico da AD, o discurso político escapa. Escapa pela sua inquietude, e escapa, também, em sua definição. Se ousamos defini-lo de forma rápida, corremos o risco de reduzi-lo, e, ao contrário, se tentamos alargar sua conceituação, incorremos no erro de generalizá-lo. Qualquer um dos dois contribuiria para sua banalização.

A palavra política tem várias acepções, mas digamos que a primeira ideia que nos vem à mente quando a pronunciamos está focada na esfera institucional do ‘fazer política’. De repente seja por esse motivo que muitas pessoas dizem não gostar de política e não querem se envolver com questões relativas a essa área. Porém, a política, se a pensarmos em um aspecto mais amplo, está presente em todas as nossas atividades rotineiras, mesmo que não reconheçamos sua abrangência. E essa atividade está sempre em movimento e aberta a transformações dos mais diversos âmbitos: “Impossível não fazer política se todos os nossos atos humanos apenas são humanos porque são políticos. Fazemos política consciente ou inconscientemente, o tempo todo, por ação ou omissão” (TIBURI, 2017, p. 87).

A democracia, por sua vez, como forma de governo, surgiu na Grécia antiga, com a experiência vivenciada em Atenas, sendo colocada em prática na Ágora e exercida de maneira direta pelos cidadãos. A atividade política era vista como sendo de cunho social e era desenvolvida pelos homens da pólis, a cidade-Estado grega. A política referenciava-se à cidade, ao coletivo da pólis, à soberania, à lei, à cidadania, ao discurso.

A democracia, enquanto conceito que comportava seu sentido primeiro (de acepção grega), assim foi considerada até o último quarto do século XVIII. As classes dominantes não gostavam da ideia advinda da democracia até esse período. Durante os séculos XIX e XX, a palavra, que até então tinha seu sentido renegado, sofre uma profunda reversão, passando a ser adotada e até louvada pelas classes mais abastadas.

Essa mudança chega ao ápice com o conceito de democracia representativa, na qual o casamento entre capitalismo e democracia passa a mostrar a que veio. Neste modelo, segundo Wood (2011, p. 194), “o governo pelo povo continuou a ser o principal critério da democracia, ainda que o ‘governo’ fosse filtrado pela representação controlada pela oligarquia e o ‘povo’ foi esvaziado de conteúdo social”.

A partir do ano de 1979, especialmente após o processo de anistia, inicia o movimento pelas eleições diretas para presidente da República no Brasil. De lá pra cá, com a inserção cada vez mais massiva dos meios de comunicação na vida social, instaura-se um período que se inicia no final do século XX e se estende até hoje, no qual verificamos o quanto democracia e capitalismo aparecem unidos em prol de uma máxima contraditória: trabalhar de maneira conjunta o consumo e o bem-estar da massa, e/ou dos sujeitos. O próximo passo foi (e está sendo) aproximar a democracia do liberalismo, até tal ponto que eles pudessem quase serem confundidos um com o outro.

Ao diferenciarmos, de forma bastante simples, esses dois conceitos, é possível concebermos que a democracia busca distribuir o poder ao todo social, enquanto o liberalismo objetiva limitar o poder e concentrá-lo nas mãos do Estado. Se considerarmos que, atualmente, praticamos uma democracia representativa e não direta, como era da vontade de Marx (2011), chegamos à conclusão que nos aproximamos bastante dos saberes do liberalismo. Somado a isso, temos o culto extremo ao capital e a inserção do poder advindo dos meios de comunicação social a integrar nossa moderna receita de sociedade.

Aproximar, pois, política e democracia faz com que trabalhemos, em alguma instância, com suas definições, o que pode parecer um movimento fácil, mas, definitivamente, não é. Conceituar democracia, por exemplo, pode parecer fácil, mas essa impressão desaparece após uma primeira visada. Isto porque são muitas as características que a permeiam. Apesar de muitas vezes parecerem contraditórios, percebemos que os objetivos acabam por convergir em prol da pluralidade.

Mesmo que essa palavra possa ser compreendida como o poder que advém do povo, etimologicamente falando, precisamos problematizar o que essa prosaica definição comporta. É por meio do sufrágio universal que o povo demonstra seu poder para escolher quem melhor

o representará nos altos cargos políticos. Este poder traz legitimidade para uma democracia, pois coloca todos os cidadãos como iguais em direitos e, por consequência, iguais em dignidade (pelo menos teoricamente).

O pluralismo, pois, pode ser entendido como o espaço oportunizado para a livre manifestação de escolha, fazendo com que os sujeitos se vejam como cidadãos aptos a exercerem seus direitos. Além disso, é ao povo que é dada a oportunidade, ou o poder de permanecer ou trocar de governante, ou seja, permanecer ou modificar formações ideológicas/ideologias que estão no poder.

Em um país que se diz verdadeiramente democrático, a voz dos sujeitos precisa ser ouvida de forma direta, sem representações. Pode ser que o momento vivenciado em nosso país, no que se refere aos valores democráticos, esteja em desconfiança justamente porque delegamos em excesso questões que deveriam ter sido encampadas de forma direta, fazendo com que o real poder do povo não pudesse se manifestar. Daí podem advir as incertezas a respeito da democracia, questionando se ela representaria a melhor (dentre as conhecidas) maneira de convivermos em sociedade.

Todorov (2012) elenca três ingredientes fundamentais para termos uma democracia, são eles: povo, liberdade e progresso. Contudo, para termos uma democracia que funcione de forma minimamente aceitável, é preciso que estes três elementos não se sobressaiam uns aos outros, mantendo entre si certo grau de harmonia: “daí sua força e, ao mesmo tempo, sua fraqueza: por si só, nenhum princípio basta para garantir a qualidade do Estado em que se vive, nenhum objetivo é incondicionalmente bom” (TODOROV, 2012, p. 193). Ele cita alguns exemplos de desequilíbrios políticos que teriam o potencial de abalar os alicerces da democracia, a saber: messianismo, ultraliberalismo, populismo. Estes, segundo sua perspectiva, seriam os inimigos íntimos de toda e qualquer democracia.

A partir desses primeiros movimentos, entendemos que política e democracia trabalham com outras duas importantes noções: bem comum e poder. Trabalhar com essas concepções dentro de uma sociedade como a nossa, coloca-nos diante, mais uma vez, da contradição: como conjugar o bem dos sujeitos com a questão do poder?

Nicolau Maquiavel (2004) conceituou política como sendo a arte do possível. Essa possibilidade instaurada pelo fazer político que, em última instância, deve buscar atender ao bem comum, nos faz perguntar de que forma o poder em uma democracia pode e deve ser usado para atender ao *possível* dos sujeitos em uma sociedade que tenta conciliar saberes e práticas tão distintos, contraditórios e até antagônicos como são os da democracia e do capitalismo.

O que poderia ser concebido como o bem comum? Será que todos os sujeitos têm as mesmas necessidades em todas as instâncias da vida? Não seria mais adequado substituímos a palavra igualdade, na qual parece haver uma imposição, uma homogeneização do que seria bom e adequado a todos, pela palavra equidade, que, para nós, significa entender que, apesar de existirem necessidades relativas ao bem comum, existem, também, outras que precisam respeitar as diferenças entre os sujeitos? Nossa proposta é pensarmos que desta maneira estaríamos respeitando a heterogeneidade dos próprios sujeitos, e trabalhando, em sociedade, a partir disso, com saberes e práticas distintos, até mesmo contraditórios e antagônicos, porém tentando instaurar a possibilidade real e efetiva da convivência, ou seja, colocando em ação as palavras de Maquiavel.

Tomando por base o exposto até o momento, analisaremos, a partir de agora, sequências discursivas (SDs) que foram retiradas de alguns veículos de comunicação disponíveis na internet e que tratam sobre questões relativas à democracia e sua vinculação ao processo de impeachment/golpe de 2016 ocorrido no Brasil:

**SD 01:** “O editorial (do Financial Times) diz ainda que é preciso enfrentar o problema político que torna o Brasil ‘uma das democracias presidenciais mais fragmentadas e complexas do planeta’”. (*Jornal Estado de São Paulo, 13 de maio de 2016*).

**SD 02:** “Para o Times, o ideal seria que fossem realizadas novas eleições. O Brasil está se recuperando da pior recessão desde 1930 e agora a crise política está reduzindo a fé na sua jovem democracia”. (*Jornal Estado de São Paulo, 13 de maio de 2016*).

**SD 03:** “No vídeo gravado por Aécio Neves e divulgado no perfil do senador no Facebook, ele cita as denúncias de corrupção na estatal e afirma que o protesto será um encontro ‘em favor da democracia’, da ‘ética’ e de ‘um Brasil melhor’”. (*G1, 05 de dezembro de 2014*).

**SD 04:** “Em sua página no Facebook, o Movimento Vem Pra Rua, que organiza a manifestação, se autodenomina ‘espontâneo, apartidário, democrático’. Na descrição, o grupo informa que sua bandeira é a ‘democracia, a ética na política e a eficiência na gestão pública’”. (*G1, 05 de dezembro de 2014*).

**SD 05:** “Um impeachment, afinal, faz parte das regras do jogo, não representa uma quebra na ordem democrática”. (*BBC Brasil, 17 de agosto de 2015, referindo-se à fala do diretor do BRICLab da Universidade de Columbia*).

**SD 06:** “Começa o segundo impeachment da democracia (...)” (*El País, 17 de abril de 2016*).

No caso das SDs apresentadas, podemos perceber o deslizamento de sentido provocado por posicionamentos distintos, em embate no quesito ideológico, quando o assunto é a democracia brasileira, além de observarmos como política e democracia são tratadas de forma associativa. Isto ocorre porque a democracia está instaurada como um regime político,



entendendo-se, com isso, que os sujeitos/cidadãos assim podem ser considerados, pois são convidados a participar e a se engajar em questões de âmbito social nas mais diversas esferas, as quais lhes dizem respeito direta ou indiretamente.

Pela ótica da Análise do Discurso, os sujeitos apenas podem ser desta forma denominados pela interpelação ideológica imanente. Portanto, só existe sujeito atravessado por formações ideológicas, e estas, muitas vezes, podem entrar (estar) em contradição, visto ser esta uma outra característica típica do sujeito discursivo. A ideologia e a contradição, logo, são marcas necessárias do sujeito estudado pela AD.

Por conta desses ingredientes constitutivos, outras características/noções são agregadas, como, por exemplo, o equívoco. A associação entre ideologia, contradição e equívoco se faz em um sujeito que também é afetado por algo misterioso, o qual ele desconhece, igualmente, o funcionamento, mas que, obrigatoriamente, o atravessa e constitui: o inconsciente. E é imerso nesta desordem que o sujeito se localiza e é abalado (e tenta e precisa) resistir, atrelando-se a outras questões típicas do viver em uma sociedade que nada mais é do que o espelhamento dos sujeitos que a compõem.

Podemos compreender, de acordo com o pensamento de Žižek (1996), que a ideologia é o alicerce do real. Por meio dela, fantasiemos, portanto, a realidade. E se nossa realidade é viver numa formação social capitalista e em um regime político democrático, podemos afirmar, em face disso, que vivemos inseridos na fantasia contraditória que aproxima valores do capital e da democracia. Esta interconexão entre saberes e práticas democráticos e capitalistas inaugura uma forma de viver socialmente, a qual passaremos a nominar, a partir de agora, como democrático-capitalista.

As SDs 01 e 02 se referem à manifestação de dois veículos internacionais a respeito de como a democracia brasileira seria afetada, caso Dilma fosse efetivamente afastada da presidência. As duas têm em comum o fato de entenderem que o cenário político também seria afetado de forma contínua, de alguma maneira, com o processo de impeachment. É possível já percebermos, por meio dessas SDs, algo que foi a tônica da mídia internacional a respeito do impeachment/golpe de 2016. Isto porque, em sua maioria, os veículos representantes da grande mídia dos principais países do mundo mostraram espanto e preocupação com o afastamento de Dilma Rousseff, principalmente se considerarmos as condições de produção que culminaram com o afastamento da presidente (as condições de produção serão trabalhadas com mais detalhamento nos capítulos 3 e 4).

Já nas SDs 03 e 04, o que temos são manifestações do candidato Aécio Neves, que disputou as eleições à presidência com Dilma, e do Movimento Vem Pra Rua, que esteve à

frente de inúmeras passeatas ocorridas em 2016 no país em prol da saída de Dilma. As duas SDs expressam o posicionamento de Aécio e do Movimento em questão com relação aos preceitos democráticos. O representante do PSDB diz que a ida às ruas será efetuada em favor da democracia, e o Movimento Vem Pra Rua enfatiza que a democracia é uma de suas bandeiras.

Cabe aqui o questionamento: qual o tipo de democracia eles efetivamente defendem? Tanto Aécio quanto o Movimento apenas podem se manifestar da maneira como o fizeram por estarem em um Estado democrático, que, dentre tantas características, propicia a livre manifestação do pensamento, garantia essa expressa na própria Constituição<sup>1</sup>(mais uma particularidade de Estados ditos democráticos).

Os dois instigam a defesa da democracia frente aos atos de corrupção, mas, por exemplo, o próprio Aécio já era suspeito de ter envolvimento em vários episódios políticos à época (inclusive, depois do impeachment consumado, as denúncias de novos envolvimentos eclodiram de forma mais acentuada, colocando o tucano como suspeito de participar de vários casos de corrupção).

O Movimento Vem Pra Rua, por seu turno, intitula-se como espontâneo, apartidário e democrático. Novamente cabe aqui o questionamento: qual o tipo de democracia eles defendem? Por que é necessário dizer que é apartidário? Vivemos em um país democrático que, ao permitir a livre manifestação do pensamento, também proporciona a livre associação a um partido político, o que representa, necessariamente, um posicionamento ideológico - se fizermos uma interpretação usando como base o assujeitamento ideológico como marca registrada dos sujeitos.

Em nossa leitura, o Movimento busca garantir sua não vinculação a qualquer partido político tentando, com esse gesto, passar o recado de que não possui vínculo ideológico de nenhuma espécie. Sabemos, porém, pela ótica da AD, que tal possibilidade é impossível, visto que todo e qualquer sujeito apenas assim o é concebido pelo(s) atravessamento(s) ideológico(s).

Portanto, não possuir filiação partidária não garante que o sujeito consiga se ver livre da interpelação ideológica. Aqui se percebe a atuação dos dois esquecimentos citados por Pêcheux (1988 [1975]), quais sejam: da ordem da ideologia e da enunciação, funcionando no fio do discurso, no qual o sujeito acredita ser a fonte do sentido e conseguir controlar seus dizeres e, portanto, seus posicionamentos.

---

<sup>1</sup> O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 é um marco na sociedade brasileira e trata dos direitos e garantias do cidadão.

No caso da SD 05, temos um posicionamento que parece não se importar com as motivações que levariam a um possível impeachment, apenas se reservando a dizer que o afastamento de um presidente não representaria, necessariamente, um problema democrático, até porque esta possibilidade está prevista constitucionalmente, e faz parte das ‘regras do jogo’. Podemos questionar a qual jogo estamos nos referindo neste caso. O impeachment é um ato possível de ser executado em determinadas situações, dentro de um Estado democrático de direito. É preciso, pois, respeitar certos rituais jurídicos e políticos, para que, efetivamente, seja possível afastar um presidente que foi eleito de maneira legítima pelas urnas.

A ordem democrática inegavelmente sofre um abalo quando se instaura um processo de impeachment. É necessário que a(o) presidente tenha cometido crime de responsabilidade<sup>2</sup> e, e que este seja comprovado de maneira irrefutável. Se isto não for respeitado, quem perde é a própria democracia, pelo menos a que temos em funcionamento no Brasil e na maior parte dos países do mundo, na qual se entende como democrática uma nação que permite aos sujeitos/cidadãos escolherem seus representantes pelo voto.

Em muitos casos, como o ocorrido em solo nacional no ano de 2016, as dúvidas frente à efetiva necessidade de instauração do processo contribuíram para que a democracia fosse afetada em suas bases, provocando questionamentos que visavam à, inclusive, desacreditá-la. Este posicionamento remonta ao conflito que se instaura em uma sociedade democrático-capitalista, na qual não precisamos fazer muito esforço para perceber quem dá as cartas, ou seja, quem manda e quem se submete.

A SD 06 traz, por sua vez, um enunciado que trabalha sentidos marcados pela ambiguidade, aproximando a materialidade discursiva de questões atinentes à língua. As possibilidades de interpretação se ampliam pela própria forma como a frase foi construída. De acordo com a estrutura sintagmática apresentada no enunciado ‘Começa o segundo impeachment da democracia’, podemos depreender alguns apontamentos. Estamos diante do segundo caso de impeachment na democracia brasileira e/ou é a democracia que está sofrendo um impeachment? A ambiguidade pode ser percebida pela “classificação distribucional dos elementos” (Leandro Ferreira, 2000, p. 48), abrindo espaço “para mais de uma interpretação semântica” (Ibidem, p. 48).

---

<sup>2</sup> Os crimes de responsabilidade são previstos no Artigo 85 da Constituição Federal e atentam contra a existência da União; o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do País; a probidade na administração; a lei orçamentária; o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

A Análise do Discurso não entende a ambiguidade como um problema a ser resolvido, pois ela denota um sujeito que falha e que, por isso, está exposto ao equívoco. Busca-se o sentido no que escapa, no que extrapola a ordem da língua. Como afirmam Gadet e Pêcheux (2004), o real da língua está atravessado por fissuras e é por estes furos que outros sentidos adentram. O equívoco revela marcas de um real impossível de ser apreendido, pois estamos tratando de um sujeito e de uma língua incompletos.

Os discursos, por conta disso, estão em aberto, à espera de possibilidades interpretativas, exatamente pelo atravessamento inevitável dos sentidos outros. Essa SD nos relembra o que foi dito por Paul Henry (2013) a respeito da língua, considerando-a como relativamente autônoma e, por esta característica, sujeita a falhas. Temos, mais uma vez, marcadas na língua, as possibilidades múltiplas de interpretação, atestando a capacidade própria que esta possui de conduzir os sentidos aos caminhos da migração, da dispersão.

Ao pensar a relação falha/equívoco, Orlandi (2013) nos diz que a língua comporta a possibilidade da falha. Ao se inscrever na história, ela adquire a possibilidade de produzir o equívoco. Este, por sua vez, para ocorrer, necessita do entrelaçamento entre inconsciente e ideologia.

O sujeito, portanto, que faz uso da língua e está imerso na história, fica exposto à falha da língua, que apenas se torna possível por sua inscrição histórica: “a ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição” (ORLANDI, 2013, p. 79). Ao sujeito discursivo não é concedida, pois, a opção de não interpretar/significar, visto que ele precisa/é condicionado, inevitavelmente, a produzir sentidos, conforme preconizou Paul Henry (1994), enfatizando que a história assim pode ser concebida, justamente, pelos fatos reclamarem sentidos.

## 2.1 DEMOCRACIA E CAPITALISMO: UMA CONTRADIÇÃO?

A democracia é um sistema de organização política e, portanto, social, que vem ao encontro de determinadas necessidades dos seres humanos. Dentre estas podemos destacar a busca por pertencimento, por fazer parte de um coletivo, e ter, em última instância, interação com os demais. A democracia, pelo menos teoricamente, defende que todos os seres são iguais perante as mais diferentes necessidades que permeiam a vida cotidiana.

Com relação ao sistema jurídico normativo, por exemplo, tem-se a máxima de que todos são iguais perante a lei. Porém, sabemos, pela prática diária, que esta máxima não é factível, até porque se pensarmos na luta ideológica de classes que rege a formação social capitalista, é impossível ignorar as relações de hierarquia. Temos, com isso, um quadro de subordinação que acaba por estabelecer tensas relações entre capitalismo e democracia.

Não existe, pois, um sistema que atenda ao social de forma tão equânime quanto ansiamos, pelo menos não é conhecido algum que tenha obtido êxito pleno ao ser implementado. Portanto, os países que adotaram a democracia sabem que ela é falível, justamente por estarmos lidando com um sistema que precisa conciliar cotidianamente os múltiplos desejos e necessidades humanas, o que se configura em uma árdua tarefa, marcada pela contradição.

Para complicar ainda mais as relações existentes dentro do ‘fazer democrático’, precisamos trabalhar com outra variável que torna esse cálculo ainda mais complexo: a formação social capitalista. Uma sociedade que precisa conjugar interesses tanto da ordem democrática quanto do capital acaba por viver em constante conflito. E, em situações de intenso embate, chega um momento no qual a convivência acaba por se tornar (quase) impraticável. Acreditamos que esse pico está em pleno funcionamento em diversos países que conjugam (ou tentam conjugar) valores capitalistas e democráticos.

Um exemplo disso é o Brasil, no qual se percebem relações sociais ligadas, de forma extrema e quase irracional, ao mercado, ao dinheiro e, portanto, ao consumo, em detrimento aos valores humanos. O econômico acaba por determinar as características da formação social capitalista e isto afetará as formações ideológicas que, por sua vez, se farão presentes nas posições-sujeito ocupadas dentro das FDs.

As palavras de Pêcheux e Fuchs corroboram para a existência do conflito permanente que subjaz as relações ideológicas em uma sociedade democrático-capitalista, na qual se percebe a prevalência dos valores do mercado, em contraposição aos de âmbito social, humano: “(...) a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica (...) ‘determinado em última instância’ pela instância econômica, (...) especificamente das relações de produção inerentes a essa base econômica” (GADET; HAK, (1993) [1969], p. 165).

O Brasil, assim como os demais países que se dizem democráticos, pratica o que pode ser considerado como uma democracia burguesa, também chamada de Estado democrático de direito. Este é o resultado da conjugação entre valores provenientes do capital e do social, em que o primeiro se sobressai ao segundo - uma realidade na qual o dinheiro fala mais alto que

os sujeitos, ou melhor, na qual os sujeitos assim podem ser concebidos tão somente pelo viés do capital.

A condição do político na atualidade é estudada por Giorgio Agamben (2010), no qual podemos encontrar uma relação muito próxima entre o fazer democrático e o discurso político:

É como se, a partir de um certo ponto, todo evento político decisivo tivesse sempre dupla face: os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos adquirem no seu conflito com os poderes centrais simultaneamente preparam, a cada vez, uma tácita porém crescente inscrição de suas vidas na ordem estatal, oferecendo assim uma nova e mais temível instância ao poder soberano do qual desejariam liberar-se. (AGAMBEN, 2010, p. 118).

A democracia e suas muitas possibilidades interpretativas trabalham posicionamentos ideológicos que se situam, muitas vezes, em lugares opostos e, muitas vezes, atravessados pela contradição. Da idolatria máxima ao repúdio completo, a democracia é *persona non grata* no cenário histórico que remonta aos últimos dois séculos, em que o que presenciamos governar as sociedades foram os chamados Estados de exceção<sup>3</sup>. Dentro do capitalismo, o Estado democrático que, pelo menos teoricamente, estaria preocupado e comprometido com o bem-estar social (de maneira ampla), acaba por intervir, em algumas situações, favorecendo diretamente os detentores dos meios de produção, ou seja, a classe dominante. Ele passa, nesses casos, a ser repressivo contra quem deveria proteger, considerando os valores democráticos basilares.

Retomando as relações, por vezes fantasiosas, que tentam consolidar, na prática do dia a dia, capitalismo e democracia, investigaremos aspectos relativos ao caso brasileiro, no qual algumas questões interessantes podem ser consideradas. Entendemos, por exemplo, que o poder do povo emana por intermédio de diversas atitudes inerentes ao próprio regime democrático, e uma delas é o momento de eleger seus representantes.

---

<sup>3</sup> Estado de exceção é uma situação oposta ao Estado democrático de direito, decretada pelas autoridades em situações de emergência nacional, como agressão efetiva por forças estrangeiras, grave ameaça à ordem constitucional democrática ou calamidade pública. Caracteriza-se pela suspensão temporária de direitos e garantias constitucionais, que proporcionam a necessária eficiência na tomada de decisões para casos de proteção do Estado, já que a rapidez no processo de decidir as medidas a serem tomadas é essencial em situações emergenciais e, nesse sentido, nos regimes de governo democráticos - nos quais o poder é dividido e as decisões dependem da aprovação de uma pluralidade de agentes - a agilidade decisória fica comprometida. O Estado de Exceção é uma situação temporária de restrição de direitos e concentração de poderes que, durante sua vigência, aproxima um Estado sob regime democrático do autoritarismo.

Ao votar, os sujeitos exercem sua soberania e cidadania, mas, ao mesmo tempo, essa atitude está permeada por ditames específicos do universo do capital. A cidadania/soberania que os sujeitos exercem quando vivem sob uma democracia é atravessada por valores capitalistas que regem a vida em sociedade de uma forma bastante ampla.

Ao compreendermos a palavra democracia como sendo o governo pelo povo ou pelo poder do povo e a palavra capitalismo como sendo o predomínio econômico e do capital (mercado), podemos nos questionar se é possível, na prática, termos uma sociedade ao mesmo tempo democrática e capitalista. Se pensarmos discursivamente, estamos diante de uma contradição, pois como seria possível conjugar os valores próprios do capitalismo e da democracia em proporções semelhantes? Uma resposta possível foi dada por Ellen Meiksins Wood, em seu livro intitulado *Democracia contra Capitalismo*:

(...) é incompatível apenas no caráter óbvio de que o capitalismo representa o governo de classe pelo capital, mas também no sentido de que o capitalismo limita o poder do ‘povo’ entendido no estrito significado político. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida. (WOOD, 2011, p. 7-8).

Rancière (2014b) defende que a política instaurada em uma democracia deve ter como pressuposto a igualdade. O autor destaca que cada sujeito deveria ser assistido enquanto singular e que, de forma alguma, deveríamos massificar os seres, entendendo que o mesmo clamor vale para todos, na mesma proporção. Diversos sentidos que podem advir da palavra democracia, a partir deste ponto de vista, são apresentados pelo autor em seu livro *Ódio à democracia*.

Seja explorando a forma como o termo surgiu na história, seja pelo ódio contemporâneo que desperta em alguns e a veneração que manifesta em outros, o filósofo produz, em uma de suas passagens, tentando ensaiar uma conceituação, um efeito de sentido para o termo: “a democracia não é nem uma sociedade a governar nem um governo da sociedade, mas é propriamente esse ingovernável sobre o qual todo governo deve, em última análise, descobrir-se fundamentado” (RANCIÈRE, 2014b, p. 66).

Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, na obra *Raízes do Brasil*, apresenta sua versão a respeito da democracia instaurada em solo nacional, de forma bastante crítica: “(...) sempre foi um lamentável mal entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e

tratou de acomodá-la, onde fosse possível, a seus direitos ou privilégios (...)” (HOLANDA, 1998, p. 160).

Na seara da contradição democrática, podemos citar a própria Constituição Federal, erguida em 1988 e propagada como constituição cidadã, documento este no qual podemos encontrar aspectos progressistas e conservadores unificados. Ao mesmo tempo em que garantias antes apenas requeridas em tom de protesto passaram a ganhar *status* de lei, precisava-se pactuar um novo regime pós-ditadura, que ficaria nas mãos das classes dominantes, apesar de conservar o nome unificador de democracia. Essa faceta democrática, em voga desde então, mistura traços liberais, democráticos e autoritários.

Mesmo intitulado-se democrática, a sociedade não passaria a sê-la de forma mágica. Muito ainda era necessário fazer (e ainda é!) para que possamos compreender o que é, de fato, ser democrático. O longo período preso às amarras do autoritarismo ainda deixa marcas que insistem em desvanecer. O resultado é uma democracia fortemente amparada nos valores do capitalismo e bem guarnecida pelo poder do Estado (Aparelho Repressivo do Estado), de acordo com Althusser (1980a), que está a serviço e à mercê da classe dominante.

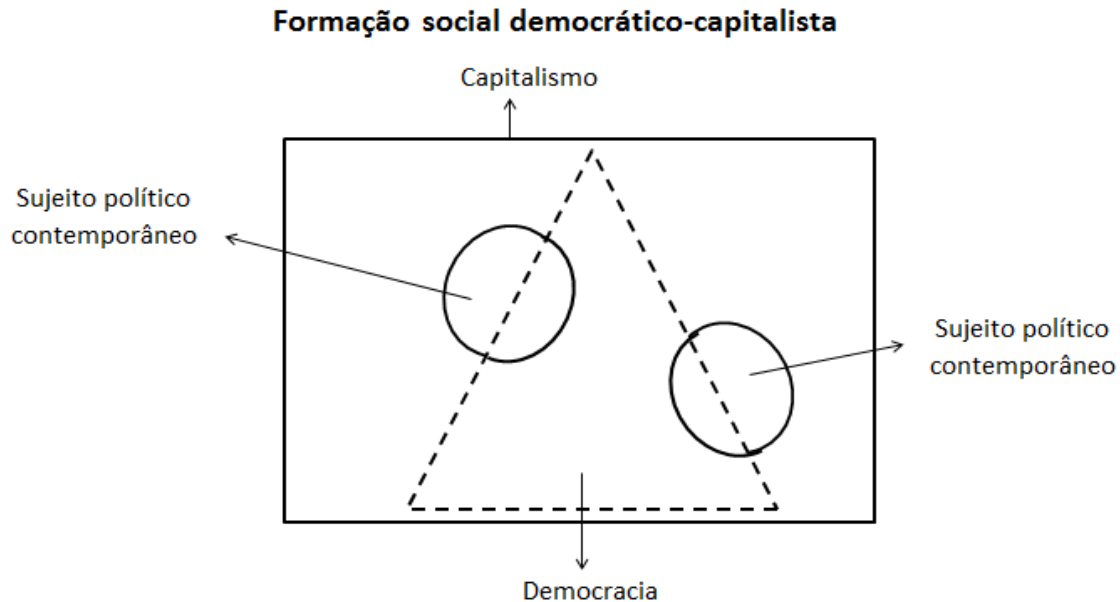
O sociólogo Zygmunt Bauman (2000, p. 157) em seu livro *Em busca da política*, expõe suas dúvidas diante da associação entre democracia e liberalismo nas sociedades atuais que, paralelamente a esses aspectos, convivem com os saberes característicos do sistema capitalista: “Quer falemos de suas formas utópicas ou reais, podemos dizer que a democracia liberal é uma ousada tentativa de realizar um equilíbrio excessivamente difícil”.

O capitalismo também tem suas contradições e a mais pungente está em seu próprio bojo: quase todos trabalham com o intuito de produzir riquezas, mas apenas uma minoria se apropria delas. A eterna luta de classes sociais (ideológica) acompanha o capitalismo desde seu início, e esse sistema carrega como característica marcante o fato de ser tão somente um modo de produção repleto de conflitos, tensões e em transformação constante, com o intuito único de se manter em funcionamento custe o que custar. Marx disse, em seu livro *A miséria da Filosofia* (2017), que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. Parece que assim foi, é e será.

Falar em democracia, portanto, significa trabalhar com um conjunto de ideias, valores, conceitos que estabelece uma intensa movimentação na rede dos sentidos, fazendo com que muito ainda possa ser dito, pensado e explorado. Isto vale tanto se pensarmos a democracia como um sistema no qual os sujeitos estão inseridos, quanto ao considerarmos sua inserção em um quadro maior, no qual outras temáticas possam ser abordadas, como o capitalismo e suas relações sociais.



Esquema 1 – Formação social democrático-capitalista



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Em uma formação social democrático-capitalista (esquema 1), as relações entre os sujeitos acontecem entrelaçadas pela contradição. Isto ocorre porque a associação entre capitalismo e democracia é desigual, visto que os saberes e práticas do capitalismo se sobressaem aos saberes e práticas da democracia, subjugando-a. Essa característica atravessa o agir dos sujeitos na sociedade contemporânea, fazendo com que estes sejam afetados por ideologias distintas (e até antagônicas) em seu cotidiano, condição que contribui para a instauração de sujeitos divididos/cindidos entre os valores democráticos e os valores capitalistas, tentando ora aproximá-los, ora afastá-los.

## 2.2 A LEGITIMIDADE DENTRO/DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Outra característica que está diretamente associada à democracia é a legitimidade. Nos meandros do jogo democrático, portanto, a política deve ser concebida como prática social, na qual projetos de poder buscam alcançar cargos de comando nas mais diversas esferas e, para tanto, necessitam ter, necessária e obrigatoriamente, legitimidade. Esta, por sua vez, é sustentada por um processo que respeita os ditames típicos de uma democracia (representativa), assim como, por meio de suas propostas, seu plano de governo.

Frente a essas colocações preliminares, temos algumas SDs que trazem questões relativas à legitimidade nos Estados democrático-capitalistas:

**SD 07:** “Enquanto a mídia tradicional brasileira mantém discurso de legitimação do impeachment, veículos internacionais dão visibilidade ao risco à democracia”. (*Carta Capital, 28 de abril de 2016*).

**SD 08:** “Os partidos políticos responsáveis pelo afastamento usaram de modo abusivo um procedimento de destituição previsto na Constituição para casos extremamente graves e o ajustaram aos jogos políticos de curto prazo sem se importarem com o dano à legitimidade democrática”. (*BBC Brasil, 01 de setembro de 2016, referindo-se à notícia publicada no jornal El País*).

**SD 09:** “Embora não haja um problema de legalidade (no impeachment), há claramente uma questão de legitimidade”. (*BBC Brasil, 01 de setembro de 2016, referindo-se à notícia publicada no Jornal Financial Times*).

**SD 10:** “Cardoso ainda avaliou que um eventual governo que se forme após o afastamento da presidente não terá legitimidade (...) ‘O impeachment que rasgue a Constituição traz duas graves consequências: a primeira é a ruptura com a institucionalidade; a segunda é fazer nascer um novo governo sem legitimidade (...)’”. (*GI, 04 de abril de 2016*).

Ao trabalharmos com atitudes, ações de sujeitos inseridos no cenário político, precisamos considerar que não é apenas de vital importância o que se fala, mas, também, o que se pratica, portanto, falar e não agir de maneira condizente fere a legitimidade. Por este raciocínio, não poderíamos aceitar como algo normal e até natural do sistema democrático-capitalista os atos corruptivos que fazem parte de nossa história e que estão tão em voga na atualidade.

Frente a isto, podemos nos questionar sobre qual tipo de democracia estamos praticando, especificamente no caso brasileiro, considerando o impeachment/golpe de 2016. Será que o valor dado ao mercado e às leis do capital está sobrepujando os valores democráticos? Será este o Brasil que queremos enquanto corpo social?

Orlandi (2013) nos oferece uma linha de pensamento ao enfatizar que:

O sujeito moderno - capitalista - é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros, mas até de si mesmo. Bastando ter poder... ou consciência... (ORLANDI, 2013, p. 78).

As SDs em análise passam a ideia de que a legitimidade pode ser entendida efetivamente como um valor essencial para a democracia. Porém, contraditoriamente, parece-nos, também, ser possível afastá-las (legitimidade e democracia), de acordo com os interesses

que estão em jogo em sociedades como a nossa. Na SD 07, por exemplo, temos a crítica feita à legitimação forçada que os veículos da grande mídia brasileira buscam conceder ao processo de impeachment, em detrimento ao posicionamento adotado pela grande mídia internacional, que parece se questionar quanto à real legitimidade do afastamento e, também, referente ao quanto isso impactaria no sistema democrático brasileiro.

Na SD 08, por seu turno, são os partidos políticos interessados no afastamento de Dilma que não estariam preocupados em legitimar o processo, desde que seus objetivos particulares fossem alcançados. O linguista Patrick Charaudeau (2006) nos traz uma importante questão relativa à legitimidade, noção tão cara ao domínio político, enfatizando que esta precisa ter fundamentação, ou seja, ter embasamento normativo.

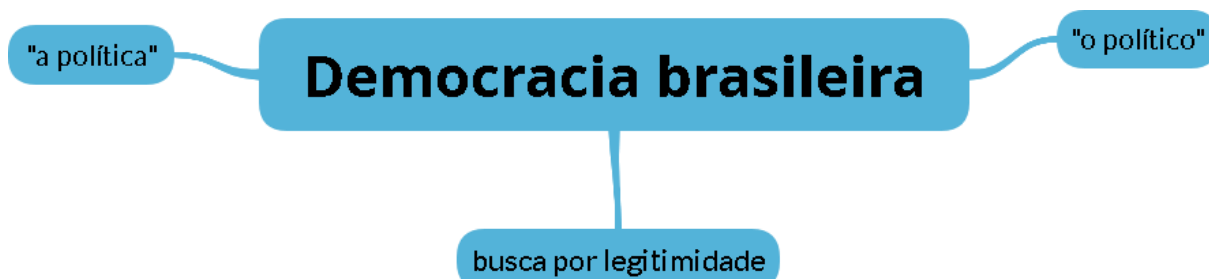
A legitimação precisa passar pelo reconhecimento público, o que, em uma democracia, está ligado ao sufrágio universal. Apesar de ter concorrido como vice de Dilma, Michel Temer poderia assumir caso a titular fosse comprovadamente afastada via impeachment - a única forma legal que retira um presidente eleito pela maioria, via votação popular.

No caso brasileiro, percebemos que este embasamento necessita respeitar saberes advindos de dois Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), especificamente, o jurídico e o midiático. Isto porque, para o afastamento de um presidente, é vital existir a comprovação de que ele tenha cometido efetivamente crime de responsabilidade. O resultado, no caso de Dilma, não partiu de uma unanimidade. Ao contrário, foi muito aquém disso. Ademais, muito se questiona acerca da legalidade e, por consequência, da legitimidade do processo de impeachment ocorrido no Brasil, em 2016.

Apesar de o processo ter transcorrido por todas as fases legalmente instituídas e ter respeitado todos os ritos processuais, há dúvidas persistentes acerca da legitimidade do afastamento da petista. E um novo questionamento se instala: é possível ser legal e não ser legítimo, visto que é preciso conjugar, em um Estado democrático de direito, respeito prévio a normas legalmente instituídas para que se tenha um ato considerado minimamente legítimo?

As SDs 09 e 10 questionam a legitimidade do processo, justamente no que tange ao AIE jurídico. Apesar de, no senso comum, muitos entenderem que credibilidade e legitimidade são conceitos próximos, compreendemos que se deve ter cuidado no momento de defini-los, pois eles não podem ser confundidos, na prática. A diferença está no fato de que, quando se aborda questões relativas à legitimidade, está se tratando do “direito do sujeito de dizer ou de fazer”; ao invés disso, quando se trabalha com a credibilidade, está se enfatizando a “capacidade do sujeito de dizer ou de fazer”, de acordo com Charaudeau (2006, p. 67).

Esquema 2 – A política e o político



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

A legitimidade questiona o direito, enquanto a credibilidade questiona o sujeito. Será que um processo tão decisivo para a sociedade como é o impeachment precisa considerar, de forma efetiva, questões relativas à legitimidade, à legalidade e à credibilidade? É possível ser legal e ilegítimo? Por ter respeitado todos os ritos processuais, é possível entendermos o impeachment/golpe como legalmente aceitável, porém desprovido de legitimidade?

É possível nos indagarmos, ainda, quanto à credibilidade dos sujeitos envolvidos. É necessário respeitar/ter credibilidade para que o processo se torne legítimo? Independentemente das respostas que possam ser dadas a estas perguntas, acreditamos que estes questionamentos são importantes para instaurar a reflexão acerca do fato ocorrido no país e sua vinculação direta aos pilares da democracia. Como será que o nosso sistema democrático, ainda localizado na terra infância, será afetado por um acontecimento tão forte e povoado por tantas contradições, como foi o que aconteceu no Brasil em 2016?

### 2.3 DIFERENÇAS ENTRE AS NOÇÕES DE POLÍTICA E DE POLÍTICO

O político, segundo Rancière (2014a), promove o encontro de dois processos heterogêneos: governo e igualdade. O primeiro trabalha com a distribuição hierárquica dos sujeitos, em sua organização em sociedade. Para este processo, o autor dá o nome de polícia. Quanto à igualdade, Rancière traz a ideia de emancipação. Podemos associar, neste caso, governo e igualdade, pois a relação governo/povo representa a clássica instauração marxista da luta de classes, e a igualdade é um valor ressaltado e almejado em sociedades que têm como regime político a democracia.

Dentre algumas teses sobre a política, podemos destacar duas interessantes colocações, nas quais o filósofo defende que fazer política não se relaciona diretamente ao fato de exercer o poder. Mais adiante, ele complementa dizendo que integra o fazer político a existência de sujeitos que possuem interesses distintos, contrários uns dos outros, que instaura, em muitas situações, movimentos considerados até paradoxais, e afetados pela contradição. Podemos depreender, portanto, que apesar do fazer político não representar, em sua completude, o exercício do poder, seguramente podemos dizer que a política inclui, de forma bastante destacada, a administração do poder, e este ponto é crucial em sociedades democráticas.

Colaborando com este pensamento, é possível trabalharmos com a política como forma de inserção dos sujeitos em ações distintas e/ou contrárias, não apenas por ser a vida social dinâmica e multifacetada, mas pela própria natureza do sujeito discursivo - interpelado pela(s) ideologia(s) e afetado pelo inconsciente, ocupante de posições-sujeito afins e dissonantes em várias esferas de sua vida. Desse modo, Rancière (2014a, p. 149) define o ato político como sendo “um confronto entre duas partilhas do sensível”.

Outro importante e necessário pensador das questões políticas e suas inter-relações com o corpo social foi Karl Marx. Sua busca foi por aproximar e estudar com mais afinco as ligações estabelecidas entre política e classes. Ele contribuiu significativamente ao atribuir às classes sociais um significado político, sem, contudo, transformá-las exclusivamente em classes de ordem política (sem aproximá-las, portanto, da atividade política exercida pelo Estado de maneira estrita).

Marx pensava a relação entre classes e política aproximando-as do plano social, do viver em sociedade. A luta entre as classes sociais seria a essência da política. Marx fazia parte de uma importante corrente que procurou explicar o que era o capitalismo e seu alcance na vida dos sujeitos. Desde seus primeiros escritos, podemos entender o capitalismo como sendo um sistema de governo que, apesar de ter sofrido várias transformações ao longo do tempo, permanecia e permanece, em essência, como um sistema de produção de mercadorias, no qual a força de trabalho se transforma em produto e é disponibilizada no mercado como objeto de troca.

Além disso, o capitalismo, pela visão de Marx, conta com a existência de duas classes, na qual uma delas detém a propriedade dos meios de produção e representa uma pequena fatia social - denominada classe dominante - e a outra vive da venda de sua força de trabalho para conseguir sua subsistência e está representada por uma extensa camada da sociedade - classe dominada. Foi preciso, ainda, para completar o ciclo, que as relações estabelecidas durante a

sociedade feudal fossem totalmente destruídas para que o capitalismo pudesse encontrar terreno fértil e se reproduzir a pleno.

Em sua obra *O Capital*<sup>4</sup> Marx já previa que o capitalismo, após atingir certo grau de maturidade, enfrentaria uma fase crítica, na qual se instalariam crises estruturais e ocorreriam transformações de ordem revolucionária. Esse processo aconteceria devido à concentração exagerada de capital e à eliminação (ou acentuada diminuição) da concorrência. Isso faria com que os meios de produção acabassem por se concentrar nas mãos de uma minoria e, em consequência, o restante da população, que vive para vender sua força de trabalho, iria crescer em larga escala, gerando uma imensa desestabilização do sistema capitalista.

Socializar a força de trabalho e privatizar os meios de produção acabaria, a longo prazo, provocando o colapso da ordem do capital. Em uma sociedade de mercado, em suma, a maneira como Marx entendia a política precisaria levar em conta as relações entre as classes, a lógica do capital e a presença permanente da força de trabalho.

Outro pensador que trata de questões relativas ao viver/agir social é Zygmunt Bauman, autor de extensa obra versando a respeito das relações cada vez mais diluídas de nossa sociedade contemporânea. O sociólogo não poupa críticas ao sistema capitalista, enfatizando que cedo ou tarde ele acaba prejudicando os sujeitos:

Sem meias palavras, o capitalismo é um sistema parasitário. Como todos os parasitas, pode prosperar durante certo período, desde que encontre um organismo ainda não explorado que lhe forneça alimento. Mas não pode fazer isso sem prejudicar o hospedeiro, destruindo assim, cedo ou tarde, as condições de sua prosperidade ou mesmo de sua sobrevivência. (BAUMAN, 2010, p. 8-9).

A complexa inter-relação entre capitalismo e política pode ser vista, à luz da Análise do Discurso, como um espaço no qual não se há limites previamente estabelecidos: “(...) esse trabalho diz respeito às fronteiras da própria língua, dos significados dos enunciados, e da posição do sujeito, que se deixam inscrever aqui: esses campos ‘onde o mesmo está inscrito no outro’ (...) não existe um ‘jogo de todos os jogos’” (ORLANDI, 2016a, p. 119).

---

<sup>4</sup> O *Capital* (em alemão: *Das Kapital*) é um conjunto de livros (sendo o primeiro de 1867) de Karl Marx que constituem uma análise do capitalismo (crítica da economia política). A obra contempla muitos conceitos econômicos complexos, como mais valia, capital constante e capital variável, uma análise sobre o salário; ou sobre a acumulação primitiva. São abordadas questões complexas acerca do modo de produção capitalista, incluindo também uma crítica sobre a teoria do valor-trabalho de Adam Smith e de outros assuntos trabalhados por economistas clássicos.

Thamy Pogrebinski, no livro *O enigma do político - Marx contra a política moderna* (2009), apresenta sua interpretação frente ao pensamento marxista e, quando o assunto é democracia, ela ressalta que a “democracia verdadeira” é aquela em que não há distinção entre governantes e governados, aproximando a sociedade da formação social do comunismo, em substituição ao capitalismo.

Ela diferencia, também, o que seria, em sua leitura, a política e o político. Para a autora “a política encontraria um fim com a revolução que pusesse abaixo o Estado moderno e seu modo de produção correspondente. O político irrompe precisamente com a superação desse Estado separado da sociedade civil” (POGREBINSCHI, 2009, p. 18). Ela distancia ainda mais os dois termos ao enfatizar: “chamarei, portanto, de o político a negação marxiana da política” (Ibidem, p. 19).

O ponto, portanto, que separa os conceitos de política e de político para ela está centrado no Estado, ou seja, é negando a política que se afirma o político. E o político, com o desvanecimento do Estado, abriria espaço para a entrada plena do social, por intermédio da ideia de comunidade. Neste ponto, seria possível termos a “verdadeira democracia”, associando o político e a comunidade.

Seguindo esta linha de raciocínio, o que vemos em prática nas sociedades capitalistas atuais são tão somente falsas democracias. A verdadeira democracia, por seu turno, estaria muito além de uma forma de Estado, seja esta uma aristocracia, monarquia ou república, pois sua função seria rebelar-se contra qualquer um desses modelos de organização do social.

A alienação, frente ao cenário que vivenciamos, é constitutiva do Estado moderno, no qual a formação social capitalista impera e, nesse caso, apenas teria espaço a democracia intitulada como política liberal ou, ainda, burguesa, ou seja, uma democracia abstrata, bem longe da “verdadeira democracia” na acepção defendida por Marx.

Ao fazermos uma breve explanação acerca dos diferentes sentidos que advêm do modo como os sujeitos se relacionam com a prática política, é possível promover algumas reflexões no contexto das sociedades democrático-capitalistas, especialmente na que estamos inseridos. Os estudiosos apresentados e seus posicionamentos instauram um movimento dos sentidos/saberes que permeiam o pensar e o fazer, seja da política ou do político, possibilitando uma aproximação destes conceitos com o modo de pensarmos e atuarmos em um agrupamento social que precisa (sobre)viver marcado por uma contradição estrutural.

## 2.4 A FORMAÇÃO SOCIAL CAPITALISTA E SUAS RELAÇÕES COM O ESTADO E A DEMOCRACIA

No desenrolar do século XIX, o capitalismo sustentado pelo trabalho assalariado foi ganhando força e se estabelecendo como modo de produção dominante, iniciando seu percurso pela Europa Ocidental e Estados Unidos e galgando, a partir desse feito, cada vez mais espaços. Assim como a democracia atualmente praticada em países como o Brasil se mescla a valores identificados com o liberalismo, de forma semelhante esta aproximação se deu e se dá, também, com o capitalismo.

Junto ao capitalismo liberal e à democracia, agrega-se o político, e, com isso, os discursos são interpelados por saberes advindos de todos esses campos. Seja o político de forma mais ampla, generalista, no qual compreendemos que todas as nossas atitudes cotidianas emanam de uma vontade política - aquela representada pelo convívio social - seja quando pensamos em política de cunho partidário. E como partimos de uma vertente teórica que tem no discurso a palavra que norteia as suas ações, podemos associar estas duas palavras, assim como preconiza Charaudeau (2006, p. 39): “não há política sem discurso”. A interação desses dois conceitos trabalha na constituição dos sentidos e produz um terreno fértil de ação para a Análise do Discurso.

No discurso político conseguimos perceber um engajamento dos sujeitos, justamente por este ser um espaço precípuo, por sua natureza, para a manifestação mais aguçada de tomadas de posição - identificação com posições-sujeito. Nessa busca por identificar-se, observamos a interação inevitável com o outro constitutivo. O sujeito político, aquele que enuncia um discurso, está assujeitado a um todo complexo formado pelas condições de produção que determinam a maneira como o enunciado será recepcionado.

Ele é, portanto, o ponto de condensação entre linguagem e ideologia, e é nele que os sistemas de conhecimento político se articulam à competência linguística, diferenciando-se, mesclando-se, combinando-se e/ou afrontando-se com determinada conjuntura/situação. Este sujeito carrega as marcas da contemporaneidade, sendo afetado pelo saberes e práticas advindos da interação/contradição existente entre democracia e capital, as quais atuam nele e passam a significá-lo nos limites do corpo social.

Inicialmente, a Análise do Discurso trabalhou com discursos políticos sob a ótica do materialismo histórico, embasando-se nos ensinamentos de Louis Althusser. Com o passar do



tempo, Pêcheux e seus colaboradores foram agregando outras noções ao quadro teórico analítico, como foi o caso do conceito de formação discursiva, remodelado a partir de Michel Foucault. O próximo passo foi trabalhar de forma integrada com ideologia e linguagem e as várias noções que interligam esses universos. Althusser trouxe, nesse momento, as noções de Aparelho Ideológico de Estado (AIE) e Aparelho Repressivo do Estado (ARE).

No seio dos AIEs acontecem os embates entre diferentes posições de âmbito ideológico, mediados por relações antagônicas de classe, que acabam por estabelecer relações ora de aliança, ora de oposição, ora de dominação (Pêcheux; Henry; Haroche, (2008) [1971]) dentro de determinada formação social. É, portanto, pela força da ideologia que se estabelece a contradição, seja na sociedade como um todo, seja dentro dos próprios aparelhos. Os AIEs, assim, são entendidos como espaços que comportam uma ou mais formações ideológicas. A partir disso, as posições de classe ali emergem e os diversos posicionamentos surgem e se proliferam.

O Estado, por seu turno, “é uma ‘máquina’ de repressão que permite às classes dominantes (...) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (...) à exploração capitalista” (ALTHUSSER, 1980b, p. 56). O filósofo ressalta que o Estado, enquanto aparelho ideológico, visa obter o “poder de Estado”. Ele é o centro da luta política (e ideológica) de classe. Contudo, há diferenças entre o poder de Estado e o Aparelho (repressor e ideológico) de Estado. Em resumo, podemos dizer que o que oscila é o poder e não o aparelho em si.

Esquema 3 - Contradição entre capitalismo e democracia



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Dentre os AIEs encontramos o que Althusser intitulou como AIE da informação, e este é o lugar do qual retiramos as sequências que aparecerão ao longo deste trabalho, servindo como materialidade discursiva a ser investigada. Chamaremos este aparelho de AIE da mídia,

pois acreditamos que esta denominação é a que melhor se adapta à conjuntura atual dos meios de comunicação inseridos na sociedade contemporânea. Nele estão reunidos todos os tipos de veículos impressos, radiofônicos, televisivos e virtuais, constituindo o que muitos consideram como o quarto poder (ou o primeiro?) dentro de uma sociedade democrático-capitalista.

Numa formação social capitalista, o Estado está a serviço dos interesses dominantes e não poderia ser diferente, se o próprio nome do sistema carrega o peso e o poder do capital, em detrimento aos valores humanos: “o Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, ele é, ao contrário, a condição de toda distinção entre o público e o privado” (Ibidem, p. 63). Althusser destaca, ainda, a dificuldade encontrada por uma classe em exercer, por muito tempo, o domínio do Estado, e conseguir alcançar/manter sua penetração nos aparelhos ideológicos.

Althusser ressalta que uma classe, mesmo sendo a detentora do poder Estatal, não consegue ter um alcance pleno (controle) de todos os AIEs. Considerando o impeachment/golpe de 2016, podemos nos questionar o quanto o AIE da mídia (representado, em nosso caso, prioritariamente pelos veículos que compõem a chamada grande mídia) permitiu que um partido de esquerda penetrasse em sua estrutura com seus saberes e práticas, mesmo após quatro administrações consecutivas.

No caso brasileiro, apesar de um partido de esquerda ter permanecido mais de uma década no poder, a dominação histórica representada por posicionamentos ideológicos de direita instaurados, e há tempos estabelecidos na sociedade, falou mais alto. Os governos petistas agiram de modo a atender dois projetos distintos, para conseguir garantir-se no poder: de um lado, projetaram e executaram políticas que atendiam aos desígnios sociais, especialmente das classes mais carentes e desfavorecidas, mas, por outro lado, esforçaram-se para que políticas ligadas aos interesses diretos da elite nacional não ficassem desassistidas.

Esse movimento, no qual se buscou uma aliança entre modos de fazer política tão distintos, e até opostos/antagônicos, pode ter contribuído de maneira decisiva para o impeachment/golpe de 2016. A tentativa de promover a aliança entre os opostos gerou um clima insustentável para o governo petista, no qual entendemos que a atuação dos AIEs da mídia e jurídico foi determinante para o afastamento de Dilma da presidência.

Essa presença/intervenção dos dois aparelhos ideológicos ao longo de todo o processo pode ser concebida como sendo uma das condições de produção da segunda retirada de um presidente legalmente eleito no Brasil. Abordaremos esta questão com mais detalhes ao longo deste trabalho.

Em face disso, podemos dizer que Estado, luta de classes e aparelhos ideológicos necessitam, portanto, da existência um do outro para subsistirem. O sujeito discursivo demonstra, por intermédio de seus posicionamentos, as ideologias às quais se filia, sendo estas reflexos, em muitas circunstâncias, das ideologias que vigoram em um determinado AIE:

(...) o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema (...) ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais existem nos atos materiais de um sujeito agindo em consciência segundo a sua crença. (ALTHUSSER, 1980a, p. 90).

O vínculo dialético que se estabelece entre teoria e prática no campo da política faz com que as relações de poder sejam diretamente afetadas, ora por discursos que primem pelo embate, ora por discursos que busquem a conciliação. Esta correlação entre falar e agir promove constantes questionamentos entre os sujeitos que se veem imersos em uma sociedade pautada por valores tão distintos, como no caso brasileiro, no qual democracia e capitalismo tentam coabitar, mesmo tendo em suas matrizes de sentido bases diferenciadas e contraditórias.

De acordo com Orlandi (2016, p. 229) “o Estado, em uma sociedade de mercado predominantemente, falha em sua função de articular simbólico e político. E funciona pela falha”. E é esta a característica marcante do capitalismo em atividade atualmente, e o Brasil não escapa a esta lógica. Valores do capitalismo e da democracia se apresentam em todas as ações da vida em sociedade, porém, é por intermédio dos diversos veículos de comunicação de massa que estas características típicas de cada sistema são ressaltadas. Percebemos a ação da ideologia com força máxima nesse cenário.

A força da ideologia se faz presente no corpo social, conduzindo à organização deste, de modo que os sujeitos busquem/precisem se posicionar. Isso reflete a função desempenhada pela ideologia (particularmente encampada pelos AIEs) de modo mais específico dentro da formação social na qual está inserida. Ao agir conjugada com o inconsciente, a ideologia mascara as contradições atuantes em uma sociedade marcada pela luta de classes.

A historiadora Régine Robin destaca que a ideologia “é inconsciente de sua própria sistematicidade, da unidade, da coerência que a organiza” (ROBIN, 1977, p. 114). A autora complementa dizendo que as ideologias se apresentam dentro da formação social “como

conjuntos de sistemas e de subsistemas mais ou menos coerentes, mais ou menos contraditórios e moventes” (Ibidem, p. 114).

A mídia destaca que todo sujeito é um cidadão que tem liberdade, poder de decisão. Esse esforço tem um objetivo mercadológico: direcioná-lo para o consumo. Nesse cenário, o que temos é a constituição de um cidadão-consumidor - aquele a quem é dada liberdade e cidadania para tão somente melhor consumir, ou seja, melhor servir ao mercado.

A este sujeito, portanto, é dada a alcunha de “livre”, com o intuito de coagi-lo de maneira dócil a responder impulsivamente aos valores fugazes e hedonistas da sociedade do capital. Esses valores distintos, que parecem se coadunar pela voz da mídia, agem contraditoriamente, ora legitimando, ora deslegitimando o poder dos sujeitos dentro de uma sociedade democrático-capitalista-midiática, na qual a manipulação aparece como palavra de ordem, a serviço da manutenção dos valores/saberes dominantes.

A ameaça está não apenas no excesso ou na falta de liberdade, mas na ausência de equilíbrio mínimo necessário para a manutenção do sistema. Com esse desequilíbrio estabelecido, vislumbramos o reflexo em toda a vida em sociedade: “a democracia está doente de seu descomedimento: a liberdade torna-se tirania, o povo se transforma em massa manipulável, o desejo de promover o progresso se converte em espírito de cruzada” (TODOROV, 2012, p. 197).

A questão é que não podemos nos iludir quanto à possibilidade de termos capitalismo e democracia funcionando a pleno e de forma associada em qualquer sociedade. O capitalismo voraz consegue atingir patamares de atuação nunca sonhados pela ingênua democracia. Acabamos por ter uma democracia que se adapta aos ditames do capital e apenas consegue se manifestar de maneira bastante tímida e ainda, na maioria das vezes, subjugada ao poder do mercado.

Será que não deveríamos repensar que tipo de democracia melhor nos representa sem que tivéssemos que ser representados em todas as instâncias? Será que a forma democrática direta, na qual todos teriam vez e voz, é tão utópica assim? O que temos, atualmente, olhando a nossa história política, contada desde que éramos colônia, passando por governos ditatoriais e republicanos, configura-se, em uma série desordenada e confusa de sistemas de governo que oscilam em seus formatos e que não conseguem se organizar nem interna e nem externamente para conjugar ações que visem a uma sociedade melhor estruturada.

Como o capitalismo pensa sob o viés imediatista e é movido pela lógica do ‘quanto mais consumo melhor’, temos a constituição de inúmeros problemas que vão se acumulando ao longo do tempo, pois o interesse máximo é sempre lucrar, mais e mais. Márcia Tiburi

(2017, p. 189) enfatiza que “o capitalismo é o gozo da avareza. Ele não dá nada de graça, não esbanja, não doa, tudo calcula, com tudo lucra, tudo logra. Ninguém lhe escapa”.

Os saberes e práticas do Estado se interligam, portanto, aos interesses do capital, relegando questões de cunho democrático e, portanto, de âmbito social, a um segundo plano. Essa relação visa prioritariamente atender às demandas do mercado e, com isso, o que resta aos sujeitos é tão somente assujeitar-se, mesmo que na teoria a mensagem passada seja outra.

Nesse cenário, busca-se o bem-estar do sujeito (em teoria), mas não para que ele se torne pleno em sua cidadania e passe a atuar no sistema democrático fazendo valer sua voz, e, sim, para que ele se converta em cidadão pelo viés do consumo puro e simples. Poder, desejo e falta fazem laço, portanto, com os saberes e práticas do capital, contribuindo para que a angústia e a sensação de desamparo, tão próprias e constitutivas dos sujeitos, tornem-se cotidianamente ressaltadas. Instaure-se, com isso, uma sociedade cada vez mais imersa nos valores efêmeros, fugazes da formação social atuante e, a cada dia, mais afastada/apartada dos saberes e práticas sociais, genuinamente democráticos.

O capitalismo, em nível mundial, soube se reinventar, se reformular, se ressignificar, passando da extinção anunciada à elevação redentora. Ele soube reescrever seu caminho, galgando espaços onde não se imaginava que pudesse chegar. Falar hoje em socialismo, ou em comunismo, ou em outro tipo de formação social soa muito mais do que descabido para muitas pessoas. Encaixa-se, pois, com o capitalismo, algo que se associa à própria democracia: ruim com ele, pior sem ele, ou, ainda, o melhor dos piores.

A partir deste cenário, precisamos ter em mente as palavras de Pêcheux (1988 [1975]), quando ele nos diz: “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe”. Baseados nisso, o que vemos funcionar na sociedade contemporânea brasileira (e mundial) é a supremacia do capital em prejuízo aos valores humanos, sociais, democráticos. E se o quadro atual não se modificar drasticamente, a tendência é que esta situação persista, fortalecendo-se cada vez mais.

As mudanças, as transformações ocorrem de tempos em tempos, porém as bases não se alteram. Quando alguns rumores e abalos de pequena escala começam a se tornar frequentes, o poder da ordem entra em ação, interrompendo a possibilidade de que um terremoto de grande proporção se instale. Quem agradece é sempre ele, o mercado, aquele que garante o poder apenas para alguns poucos, desde que estes sejam fiéis seguidores de sua cartilha.

A sociedade (ou melhor, as sociedades) que possuem conjugados valores do capital e da democracia estão submersas por uma lógica na qual se tenta vender todos os dias a ideia de

que os valores da democracia podem ser associados perfeitamente aos do dinheiro, sem que nenhum destes tenha prevalência. Sabemos que não é assim que funciona. Considerar que o ser tem supremacia frente ao ter, em nossa sociedade, é iludir-se de forma, no mínimo, ingênua. A ditadura voraz do lucro e da posse desmedidos atinge todas as esferas da vida cotidiana, desde as relações mais comezinhas, passando pelas mais complexas. Se assim não fosse o nome do sistema não seria capitalismo.

Assim foi e assim é. É possível imaginar que estamos diante de uma relação para além de contraditória, utópica. Será mesmo? Independentemente da resposta, o que nos cabe é tentar compreender as complexidades, os problemas e as características próprias instauradas pela democracia, sistema amado por uns e odiado por outros, buscando aperfeiçoá-la dentro da formação social capitalista. Para auxiliar nossa reflexão, podemos nos guiar pelas palavras de Winston Churchill, quando este ponderou que a democracia podia até ser o pior dos regimes políticos, mas não havia (e ainda não há, até o momento) nenhum sistema melhor que ela...



Fonte: <http://www.tribunadainternet.com.br/ninguem-pode-ser-contrario-aos-militares-mas-o-passado-deles-deve-ser-lembrado/>

### 3 MOVIMENTOS DA MEMÓRIA NO DISCURSO POLÍTICO

*(...) falar em memória, na AD, é falar de um tecido, que ora se esgarça, se perde, se esburaca, se rompe, mas que nos constitui irremediavelmente.*

MARIA CRISTINA LEANDRO FERREIRA

A noção de memória discursiva tornou-se mais presente no quadro teórico da AD a partir dos estudos de Jean-Jacques Courtine, que a abordou com profundidade em seu livro *O discurso comunista endereçado aos cristãos*, de 1981. A memória, segundo a visão do autor, pode ser compreendida como o externo, o já-lá que fala pelo sujeito. O discurso é, portanto, nesta perspectiva, interdependente da memória. Se apenas há sujeito pela interferência da ideologia, igualmente só há discurso pelo atravessamento da memória.

Ainda de acordo com Courtine (1999), a memória porta um caráter histórico constitutivo, fruto direto da atuação da ideologia, que pode ser percebida nos enunciados de um discurso. Estes, por sua vez, provêm do interdiscurso, sendo atravessados pelas condições de produção (CPs), afetando os sujeitos.

A memória, em face disso, está atrelada de maneira indissociável ao esquecimento, sendo, em essência, por este constituída. Conforme Orlandi (2015), a memória está localizada no chamado eixo da constituição do dizer, o qual Courtine denomina de nível do enunciado. A memória, conforme afirmou Pêcheux (1999, p. 46), “vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em sua relação ao próprio legível”.

Como a memória é acionada frente a um acontecimento? De que maneira estão inscritos os elementos que trabalham o processo dos sentidos na relação memória - fio do discurso? De que maneira a memória impacta as FDs, reproduzindo (com pequenas alterações) os sentidos com certa regularidade ou promovendo mudanças, rupturas nos sentidos previamente estabelecidos?

Esses são questionamentos que devem ser efetuados quando se busca trabalhar com a noção da memória sob o viés analítico-discursivo. Pensar desta maneira é, em outras palavras, levar em consideração que a memória é um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularizações (...) desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (ACHARD, 1999, p. 10).



Ao trabalharmos com essa categoria de análise, devemos estar atentos a algumas questões básicas. Precisamos partir do pressuposto de que estamos tratando de sentidos que são heterogêneos, mesmo quando situados em uma mesma FD. É necessário, dentro dessa perspectiva, buscarmos o sentido considerado hegemônico, aquele que se filia à matriz de sentido da FD, e questionarmos qual relação de forças permitiu tal hegemonia.

Após esse movimento, é importante buscar a filiação dos sentidos encontrados e relacioná-los às FDs em questão. A partir daí, podemos estabelecer, com mais propriedade, o objeto sobre o qual nos debruçaremos, apontando os sentidos dominantes e, também, os focos de resistência. Esses gestos de interpretação rompem com uma concepção estanque de uma sociedade marcada por movimentos semanticamente normais e previamente estabelecidos.

Os enunciados estão imersos na história e passam a interagir com o corpo social por meio das práticas discursivas, as quais aparecem subordinadas pelos diversos aparelhos ideológicos. E é por conta desse movimento que a noção de memória é considerada dentro do quadro teórico da AD. De quais memórias lembramos e de que forma e de que maneira, pela interpelação ideológica, essas lembranças são trabalhadas e como se manifestam via tomada de posição?

Esses são questionamentos relacionados à influência da memória dentro de uma FD, na qual lembrança, refutação, repetição e esquecimento aparecem vinculados aos enunciados, buscando estabelecer elementos para a materialidade discursiva a ser analisada. O batimento que ocorre entre interdiscurso e intradiscurso “representa neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’ e que designamos como efeito de memória” (COURTINE, (2014) [1981], p. 106).

Courtine traz o interdiscurso como ponto fundamental para a constituição da memória, entendendo-o como o domínio que possibilitaria o estabelecimento de uma modalidade de existência específica de memória, denominada por ele como histórico-discursiva. Na sequência, ele trabalha com a ideia de desnivelamento discursivo, representado pelos atos de repetir, lembrar e esquecer, disseminados no interior do discurso, especificamente o de cunho político.

Este desnivelamento, por sua vez, produziria um apagamento dos vestígios dos discursos antecessores, demonstrando, com isso, a eficácia do assujeitamento, no qual os sujeitos se esquecem da FD à qual pertencem, oferecendo subsídios para o instalar da ilusão narcísica de se enxergar como sendo a origem de seus dizeres. Esse movimento resulta na compreensão de que memória e esquecimento são imanentes à enunciação do político (e dos demais discursos, de forma geral).

Vindo, portanto, em um primeiro estágio, do interdiscurso, os dizeres são recortados via memória e adquirem múltiplas possibilidades interpretativas pelo viés da ideologia, institucionalizando-se no simbólico por intermédio das formações discursivas. Pode-se, então, depreender que as noções de memória e de formação discursiva estão intimamente entrelaçadas no cenário discursivo.

O pensamento de Courtine acerca da memória e sua relação muito próxima a outras noções, especialmente à de interdiscurso, teve influência nos estudos protagonizados por seu mestre, Michel Pêcheux, o qual começou a trilhar o caminho para uma teoria do discurso ainda no final dos anos 60, com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso* (AAD-69).

Neste livro, Pêcheux dá os primeiros passos na trajetória inquieta a qual se propôs. Sua tentativa é de trazer questionamentos e, por meio deles, instituir uma nova forma de lidar com os acontecimentos que cercam os sujeitos, uma maneira inédita, enfim, de ousar pensar por si mesmo. E nessa caminhada, muitas noções foram sendo concebidas, e uma delas e talvez a mais abrangente (e de difícil compreensão), seja a de interdiscurso.

### 3.1 INTERDISCURSO: A MORADA DOS SENTIDOS

Ao trabalharmos com a memória em Análise do Discurso pecheutiana é inevitável fazermos referência àquela que pode ser considerada como uma das mais complexas noções a serem entendidas/interpretadas dentro da cena discursiva: o interdiscurso. Este pode ser definido como o lugar não físico, onde habitam e de onde vêm todos os dizeres, espaço que abriga o pré-construído, o discurso transverso, todos os já-ditos / já-referenciados e que vêm, via formações ideológicas e imaginárias, constituir os saberes das FDs. Segundo palavras do próprio Pêcheux:

Interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. (PÊCHEUX (1988 [1975]), p. 167).

O fundador da AD também afirmou, em sua obra basilar - *Semântica e Discurso* -, que este conceito pode ser entendido como o todo complexo com dominante das formações discursivas. Os dizeres que configuram toda e qualquer FD, portanto, provêm desse lugar, que pode ser considerado como a morada dos dizeres/sentidos. Baseados nisso, propomos efetuar um paralelo do conceito de interdiscurso com o conceito de *nuvem*, utilizado na área da Informática<sup>5</sup>. Para tanto, traremos a noção de metáfora discursiva para nos auxiliar nesse processo de transferência dos sentidos.

Em *Semântica e Discurso* Pêcheux apresenta o efeito metafórico como um fenômeno semântico instituído por meio de uma substituição contextual, produzindo, por consequência, um deslizamento de sentido. Lacan (1985) corrobora com esta tese enfatizando que o sentido está sempre à mercê do efeito metafórico, significando, na prática, a relação simbólica de substituição de um significante por outro.

A *nuvem*, portanto, enquanto metáfora do interdiscurso, funciona como um espaço/local não físico que armazena/condensa todas as informações que, quando acessadas pelo usuário, advêm dela, funcionando como um repositório, um local onde todos os sentidos estão, *a priori*, armazenados.

Neste aspecto, a noção de interdiscurso se assemelha bastante à de *nuvem*, pois ela seria como um imenso banco de dados, um local não acessado fisicamente, portanto virtual, em que os já ditos sempre já lá estão e são, por sua vez, acessados discursivamente via um processo de recorte da memória para, finalmente, constituírem, no intradiscurso, os saberes e as práticas típicas de determinada FD.

O interdiscurso ou a *nuvem discursiva*, como chamaremos a partir de agora, seria como uma gigantesca biblioteca que comporta dizeres/saberes de todas as naturezas. Possui como característica primordial o fato de ser saturado(a), ou seja, absorver todos os sentidos já produzidos, mas, por outro lado, também dispõe de uma certa dose de plasticidade, visando a abarcar sempre novos dizeres. Porém, tal qual uma biblioteca de âmbito descomunal, os sujeitos apenas acessam os dizeres/sentidos que lhes afetam, via intervenção da memória e que terão uma razão de ser dentro das fronteiras porosas e heterogêneas das FDs.

Em face do exposto, compreendemos ser possível estabelecer, entre as noções de interdiscurso e de *nuvem*, uma relação de nível metafórico-discursivo, na medida em que

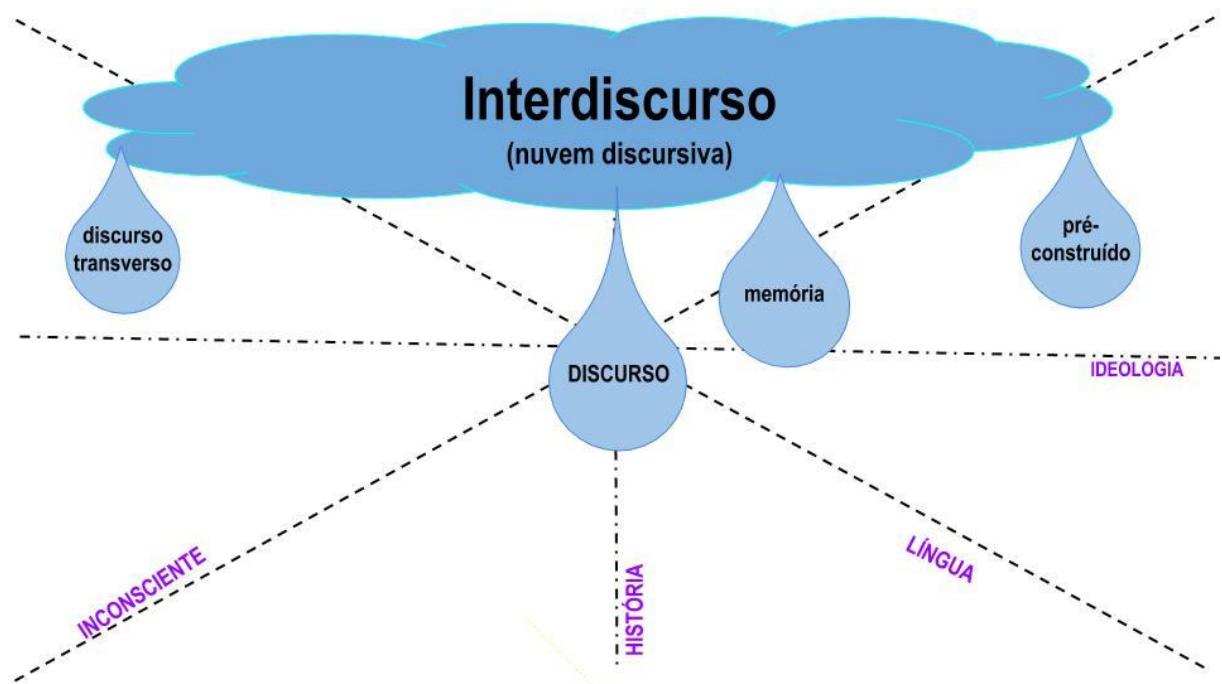
---

<sup>5</sup> O conceito de computação em nuvem (em inglês, cloud computing) refere-se à utilização da memória e da capacidade de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet. O armazenamento de dados é feito em serviços que poderão ser acessados de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, não havendo necessidade de instalação de programas ou de armazenar dados. O acesso a programas, serviços e arquivos é remoto, através da Internet - daí a alusão à nuvem.

considerarmos as palavras de Lacan (1985), quando este diz que o sentido parte de uma relação metafórica estabelecida entre os sujeitos e o simbólico.

E é a partir dessa premissa, portanto, que compreendemos a *nuvem discursiva* como o espaço não físico onde habitam todos os dizeres, fonte de todos os sentidos, de todos os já ditos que, ao serem recortados/reavivados pela memória, vão (res)significar no discurso pela inscrição dos sujeitos nas FDs.

Esquema 4 – Nuvem Discursiva



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

### 3.2 O FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA NO FIO DO DISCURSO

Memória e esquecimento estão contidos, em face do exposto acima, em um mesmo movimento, qual seja: ao nos lembramos de uma coisa, precisamos nos esquecer de outras; e, por consequência, ao nos esquecemos, existe algo do qual nos lembramos. E assim, a memória discursiva vai sendo costurada junto ao fio do discurso:

**SD 11:** “(...) se (Dilma) Rousseff for retirada do poder por seus adversários sem nenhuma evidência explícita de irregularidades, a democracia do Brasil pode ser mais frágil do que se pensava, o que leva a comparações com

um período que muitos brasileiros acreditavam ter superado” (*BBC Brasil, 17 de agosto de 2015, referindo-se à notícia do jornal The New York Times*).

A memória que precisa ser esquecida, mas que é retomada intradiscursivamente quando enunciamos a palavra golpe, por exemplo, refere-se a um importante momento político ocorrido em nosso país, conhecido ora como golpe de 1964, ora como ditadura militar, ora como revolução.

A memória discursiva trabalha com o que Courtine denominou de “formulações-origem” (COURTINE, (2014) [1981], p. 112). Porém, não podemos confundir essa noção com o local de constituição primeira do processo discursivo, mas, sim, como uma sinalização dos momentos históricos em que determinados enunciados foram proferidos e acabaram por ser rememorados via formações ideológicas que afetam uma certa FD.

A SD acima não traz textualmente qual fato da nossa história muitos brasileiros acreditavam ter superado, mas, se pensarmos nas condições de produção, ou seja, no que estava ocorrendo no Brasil em 2016 com a presidente Dilma, é possível compreendermos que o fato ainda não superado representa algo que não combina com os preceitos democráticos, aproximando o Brasil de 2016 ao Brasil de 1964.

Essa memória retorna no fio do discurso, nesse caso, por meio de um implícito, conforme no diz Pêcheux (1999, p. 46). Ao trazer elementos dessa natureza para interpretar/analisar discursivamente um acontecimento, o resgate da memória instaura, no fio do discurso, o “jogo de força” (Ibidem, p. 47), fazendo com que se avaliem os movimentos de regularização e de desregulação dos dizeres/sentidos.

Esses resgates moveriam sentidos já lá, previamente estabelecidos e regularizados, tendendo à repetição com pequenas mudanças mas, também, por outro lado, poderiam promover perturbação na rede de sentidos, indicando deslizamentos ou derivas e, com isso, instaurando novas possibilidades interpretativas.

Orlandi (1996a) nos fala que questões atinentes à história e à linguística também fazem parte do resgate feito pela memória e que a constituição dos sentidos é feita a partir deste movimento. E é por um determinado acontecimento ter sido esquecido aparentemente que ele consegue ser retomado no intradiscurso pelo resgate do histórico, feito pela memória.

Ao nos lembrarmos (ou tentarmos) nos lembrar da(o) ditadura/revolução/golpe ocorrida(o) no Brasil em 1964, podemos, em uma primeira visada, estarmos diante do que Régine Robin definiu como sendo “um acontecimento sem rastro” (ROBIN, 2016, p. 85). O silêncio que impera nesse caso nos suscita algumas questões: que memória é essa que não pode ser remexida e que precisa, a todo custo, ser apagada, esquecida, silenciada? Por que os

arquivos desse período não são publicizados, como ocorreu em outros países vizinhos ao Brasil, os quais tiveram regimes ditatoriais extremamente cruéis, como foi o caso da Argentina?

Essa tentativa forçada de não falar, de omitir os dizeres que remeteriam ao golpe de 1964, parece sinalizar um apagamento/silenciamento/interdição dos sentidos que poderiam advir da lembrança desse acontecimento marcante em nossa história. Marie-Anne Paveau (2015, p. 237) compreende que ao se produzir um “apagamento, consciente ou inconsciente, de um passado ou de um legado discursivo, de ‘formulações-origem’ sobre as quais o falante não gostaria de ter mais nada a dizer”, a busca seria por inaugurar um movimento denominado por ela de “amemória”.

É possível, ainda, a partir da análise desta SD, percebermos certas características ligadas à formação imaginária do povo brasileiro, relacionando estas a esquecimentos verificados frente à lembrança de alguns acontecimentos históricos, os quais aparecem discursivamente como um traço da identidade nacional.

Muitos sujeitos até lembram o que ocorreu em nossa história no ano de 1964, porém, por não terem sido diretamente atingidos, preferem acreditar que esse período não lhes corresponde, não lhes diz respeito. Os sentidos que provêm desse fato, para eles, referem-se a um período em que outros sujeitos, rebeldes e desobedientes, resolveram infringir as regras, ousando questionar o previamente instituído e, por isso mesmo, mereceram a punição recebida.

Alguns chegam a pensar que foi uma farsa os relatos de tortura, as mazelas sofridas e narradas. Vemos, nessas colocações, a presença de alguns traços culturais típicos do povo brasileiro e que remontam à nossa origem enquanto nação, aos mitos e associações feitos e que passaram a ser considerados como a identidade do brasileiro.

Já é possível percebermos aqui marcas de algo que trataremos com mais detalhes no próximo capítulo, relacionado ao ressentimento. A psicanalista Maria Rita Kehl nos mostra que o caso da ditadura pode ser entendido como uma memória que foi esquecida de forma muito rápida (apesar de sua recente ocorrência histórica) e que, ao ser acionada, demonstra estar envolta por um afeto velado:

Tomemos, como exemplo do ressentimento camuflado na sociedade brasileira, a rapidez com que grande parte da população pareceu esquecer, ou perdoar, os crimes da ditadura militar como se estes tivessem atingido apenas uma pequena parcela de militantes de esquerda, de jovens “radicais” que não representavam os interesses da maioria. (KEHL, 2004, p. 237).

Como não trabalhamos nossos problemas enquanto sociedade, o passado retorna como um fantasma a nos assombrar. Essa pressa do brasileiro em esquecer, em supostamente perdoar, pode parecer, à primeira vista, algo positivo; mas, na verdade, ajuda a mascarar nossa real identidade. Na mesma medida em que não elaboramos/superamos nossos traumas, igualmente não valorizamos nossas conquistas. Reconhecemo-nos pelo discurso produzido pelo outro, que nos remonta a um povo alegre, despreocupado, excessivamente sensual, designações que nos acompanham desde a época do descobrimento do país.

Desde seus primeiros passos, portanto, o Brasil acumula silenciamentos quanto a fatos ocorridos ao longo de sua história. O reconhecimento público de massacres coletivos, como o das tribos indígenas habitantes originais do Brasil nos idos de 1500, do período escravocrata que deixou suas marcas para além da servidão irracional e da barbárie representada pelo período no qual os militares detiveram o poder entre 1964 -1985 faz parte de uma memória que precisa ser esquecida, mas que insiste e resiste bravamente frente às inúmeras tentativas de ser silenciada.

Régine Robin (2016, p. 82) corrobora com nosso pensamento ao enfatizar que “os esquecimentos sistemáticos em forma de perdões ou de anistias são outra maneira de realizar o apagamento do passado das sociedades”. Nossa identidade parece ainda estar em construção, mesmo após 500 anos de existência. A impressão é de que ainda não estamos suficientemente maduros para elaborarmos quem somos enquanto coletividade, nação, povo.

#### Esquema 5 – Memória e suas características



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

E por conta da falta de autonomia, o que nos representa acaba por vir única e exclusivamente de fora, do outro. É como se estivéssemos mascarados em uma forma-sujeito nacional de felicidade plena e, por meio dela, escondêssemos nosso complexo de

inferioridade. Parece que ainda não nos convencemos da necessidade de sepultar o passado e encarar nossas mazelas de frente. Se conseguíssemos fazer isso, talvez o passado não nos amedrontasse tanto.

O resultado disso é que quanto mais negamos ou insistimos em esquecer, mais força parece que essas memórias adquirem, emergindo discursivamente de forma muitas vezes repentina:

Esses eventos esquecidos, sufocados, recortados da história sempre voltam, portanto, a fazer eco, sempre encontram uma brecha pela qual consigam mostrar-se, sempre acham um discurso em que se possa infiltrar, algo capaz de revelar sua inusitada e, às vezes, indesejada presença (...) o que ocorre é que há sempre uma memória trabalhando em nosso dizer, descortinando esquecidos dizeres, fazendo furo na língua, memória com a qual os discursos insistem em brincar de esconde-esconde, ora ocultando-a, ora fazendo com que reapareça (...). (DE NARDI, 2003, p. 66).

A característica faltante, lacunar da memória discursiva advém do fato de que o sujeito precisa, obrigatoriamente, recorrer à *nuvem* como fonte de lembranças, enunciados, pensamentos, mas também necessita deste movimento de retorno a ela para produzir o esquecimento.

O discurso político configura-se como um espaço no qual a memória trabalha de forma incessante. Discursos são retomados, recriados, atualizados e estão sempre em correlação com as condições de produção, sejam as de estrito, sejam as de amplo alcance. Considerando a contradição como constitutiva do sujeito e dos discursos, podemos nos questionar de que forma este sujeito discursivo repete, retoma, esquece (apaga ou silencia) certos enunciados e como estes são retomados no fio do discurso.

Este resgate vem, mais uma vez, pela *nuvem discursiva*, por meio do que Courtine (2006, p. 79) denominou como “domínio de memória”. Silenciar, esquecer, lembrar são movimentos possíveis da memória, principalmente quando se fala em discurso político. E é pela *nuvem*, portanto, que os enunciados são referenciados, rearranjados, e é por meio dela que ocorrem os deslocamentos e as derivas do sentido.

Os movimentos de memória que retornam ao fio do discurso não acontecem, contudo, de forma linear e, tampouco, são inabaláveis. Eles vêm trazendo novos sentidos, pois se encontram à margem dos acontecimentos, sendo atravessados por outras formulações, associadas a distintas FDs, fazendo com que o sujeito se remodele e reconfigure caso a caso.

E é também no discurso político que a memória se encontra com o poder. Courtine (2006, p. 88) nos lembra que “na política, a memória é um poder: ela funda uma possibilidade



de se exprimir, ela abre um direito à fala, ela possui, até mesmo, um valor performativo de proposição eficaz”. E este poder ao qual nos referimos é o poder do Estado. O Aparelho Repressivo do Estado (ARE) congrega todos os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) e estes possuem diversos meios para constituir e/ou destituir fatos que afetam a história dos sujeitos, fazendo com que eles ora se lembrem de certos acontecimentos e ora os esqueçam/silenciem.

### 3.3 *DISCURSO SOBRE NO APARELHO IDEOLÓGICO DA MÍDIA*

Os meios de comunicação fazem parte do que Althusser (1980a) denominou Aparelhos Ideológicos de Estado, e estes estão a serviço das forças dominantes, representadas pela figura do Estado. As relações de poder e a incessante luta de classes estão imbricadas nesse processo e se fazem presentes nos resgates da memória discursiva.

Um dos papéis desempenhados pelo AIE da mídia está representado pelas narrativas dos fatos elencados como noticiáveis, trazendo ao público várias versões de um mesmo assunto, com o intuito de dar voz a distintos pontos de vista. Para isso, a mídia faz uso de uma linguagem específica para cada público, utilizando, também, recursos que busquem informar/convencer pedagogicamente os sujeitos.

Este fato já foi abordado por Mariani (1998), e objetiva repassar ao público daquele(s) veículo(s) a realidade dos fatos, tentando, ao mesmo tempo, promover um verdadeiro silenciamento de vestígios interpretativos que colidam com um dos preceitos da atividade jornalística: a objetividade. Esta "(...) e sua evidência de visibilidade, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído (...) ao relatar os acontecimentos, os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos" (MARIANI, 1998, p. 63).

O discurso veiculado pelos diversos meios de comunicação trata, portanto, de institucionalizar os sentidos, pois trabalha com as formações imaginárias de toda a sociedade e sobre os sentidos já-lá, que vêm pela memória tomar nova forma no fio do discurso, sendo afetado por condições de produção específicas. Os diversos representantes da mídia ocupam determinados papéis na sociedade de caráter tão heterogêneo quanto algumas noções da

Análise do Discurso, fazendo com que o universo de possibilidades interpretativas torne-se multifacetado.

Todas as modalidades informativas pertencentes à seara jornalística, sejam estas textos ou imagens, são afetadas por incontáveis discursividades de naturezas distintas (discursos outros), podendo-se inferir que a busca por se fazer interpretar e significar a todo momento, presente nos veículos de comunicação, seja marcada constantemente pela historicidade.

E a historicidade, por sua vez, apresenta-se nas marcas de autoritarismo, de disputas, implícitos, polêmicas, silenciamentos, alianças etc, estando decisivamente ancorada na incompletude. Ademais, soma-se a este cenário uma importante palavra que faz parte do dia a dia do fazer jornalístico, com a decisiva missão de promover um agendamento tanto do que deve como do que não deve ser publicado, consoante à linha editorial do veículo: a manipulação.

O AIE da mídia, por meio da manipulação, acaba por expressar posicionamentos, ora de maneira mais explícita, ora de forma mais implícita. Aos veículos midiáticos, pois, é dada a prerrogativa de falar em nome de, assim como aborda Bethania Mariani:

*Os discurso sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória (...) discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de ('discurso-origem') situam-se entre este e o interlocutor (...) representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento (...). (MARIANI, 1998, p. 60).

O AIE da mídia, portanto, independentemente de sua linha ideológica e do público a ser atingido, apresenta, no rol de suas funções, a força de organizar o debate em sociedade. Para concretizar essa meta, este AIE utiliza-se de uma série de critérios e instrumentos para demarcar o que será divulgado e passará a ser consumido como informação pública.

Se a língua é heterogênea e é por meio da linguagem que se torna possível obter inúmeras interpretações acerca de um mesmo acontecimento, é salutar pensarmos que todas as notícias e informações contidas em um veículo de comunicação são suscetíveis à manipulação constante, transformando-se em incontáveis discursos, permeados por sentidos múltiplos e diferentes posicionamentos ideológicos.

Em suma, o discurso apresenta-se como o lugar da heterogeneidade, determinado pela não transparência, pela incompletude e pelo caráter polissêmico. Essa heterogeneidade faz-se presente, de maneira mais incisiva, como veremos ao longo deste trabalho, nos limites fluidos das formações discursivas, as quais serão alvo de nossa investigação analítica.

### 3.4 MEMÓRIA DISCURSIVA: RETOMADAS E ESQUECIMENTOS

A memória trabalhada pela AD, após o que já investigamos até o momento, está intimamente ligada ao processo discursivo como um todo, apesar de guardar uma aproximação bastante notória com o discurso político desde seu início. Courtine ((2014) [1981]) associa a memória a movimentos na esfera política que despertaram posicionamentos antagônicos e esse fato nos lembra das relações estabelecidas entre os sujeitos e suas formações imaginárias nas mais diversas situações de âmbito sócio-histórico. Os discursos políticos e todos os demais, por estarem sempre relacionados ao nível do interdiscurso (nuvem discursiva), partem de um já dito e estabelecem conexão com os ditos, com os enunciados/discursos anteriores, denotando uma verdadeira reação em cadeia.

A memória, ao estabelecer referência a discursos anteriores, dentro dos limites porosos de uma FD, trabalha o processo de transformação dos enunciados que remetem a FDs já posicionadas no âmbito histórico, promovendo movimentos de rejeição, mudança, atualização, consolidação. Esses movimentos denotam posicionamentos que podem ser vislumbrados de acordo com a identificação mais ou menos aproximada dos sujeitos aos saberes matrizes da FD analisada.

Os movimentos que determinam o que pode e deve ser dito e o que não pode e não deve ser dito no âmbito de uma FD advêm do trabalho da memória, entendida como um recorte da *nuvem discursiva*. Esse retorno pode vir de inúmeras formas, dependendo da influência das condições de produção de determinado momento histórico. Os “efeitos de memória” (Courtine, (2014) [1981]), relacionados ao intradiscurso, podem fazer com que um dito sofra pequenas ou grandes alterações ou, ainda, seja silenciado, esquecido, para, de uma maneira ou de outra, (re)significar dentro do espaço das FDs.

A memória discursiva se encontra, pois, em uma verdadeira zona de conflito, oscilando entre resgates/retomadas e esquecimentos/silenciamentos. Conforme o pensamento de Courtine (2006, p. 96-97) “(...) o discurso é reiteração, lembrança, reprodução, repetição na ordem de uma memória plena ou saturada: mas ele é também vazio, vácuo, inconsistência, repetição na ordem de uma memória lacunar: uma política do esquecimento”.

Esses movimentos abrem espaço para os “furos de memória” (Ibidem, p. 96-97), que aparecem nos processos de deslizamento, deriva, silenciamento etc. dos enunciados dentro da seara discursiva:

**SD 12:** “O processo caracterizou-se por polêmica e divergência de opiniões no Parlamento e na sociedade, o que diferencia do ocorrido com Fernando Collor, em 1992”. (*Senado Notícias, versão online, 28 de dezembro de 2016*).

**SD 13:** “O argentino Clarin afirma que o afastamento de Dilma marca ‘o fim de uma era no Brasil’. O jornal lembra que este é o segundo impeachment na história recente do país, e observa que as razões para os dois processos foram diferentes. No caso de Dilma, as razões ‘se baseiam em supostas irregularidades fiscais que, de acordo com sua defesa, não foram provadas’, diz o jornal, enquanto no caso do ex-presidente Fernando Collor de Mello ‘a história foi muito diferente; sua saída obedeceu às acusações de corrupção que pesaram sobre ele’”. (*G1, 31 de agosto de 2016*).

Os sentidos, em AD, apresentam como característica principal o fato de serem moventes. Não há, portanto, cristalização, direcionamento único para movimentos interpretativos frente a qualquer temática. Considerando isso, quando nos deparamos com as SDs acima, extraídas de veículos representantes da grande mídia brasileira, percebemos algo que estabelece uma regularidade.

Eles promovem esquecimentos/silenciamentos da palavra golpe ao enunciarem, no fio do discurso, apenas a palavra impeachment, estabelecendo esta como sua interpretação para o fato ocorrido com Dilma em 2016. Num primeiro momento, poderíamos pensar que esta ação apagaria os “sítios de significância” (Orlandi, 1993, p. 15) atrelados a quem enuncia golpe, assim como os saberes atrelados a esta matriz de sentido. Esse apagamento, via língua, porém, é ilusório, visto que o ato de esquecer é incompleto, não linear, pois sempre restam brechas, furos, falhas por onde o passado retorna e se (res)significa, originando novas possibilidades interpretativas, sentidos-outros.

No caso específico dos veículos brasileiros da grande mídia analisados, a palavra ‘processo’ foi utilizada nas duas SDs de maneiras distintas. Na SD 12, ela aparece sob a forma de uma indeterminação, na qual percebemos a referência implícita à palavra impeachment. Na SD 13, com as palavras ‘processo’ e ‘afastamento’ verificamos a ocorrência de uma anáfora, visto que as duas palavras aparecem relacionadas ao sintagma impeachment, estando a palavra explicitamente textualizada.

Mesmo enfatizando que há diferenças nos dois casos (de Dilma e de Collor), em nenhum momento se traz a palavra golpe como possibilidade significativa, reiterando que se trata de conceber o fato ocorrido tão somente como impeachment, refletindo o sentido dominante do AIE da (grande) mídia brasileira. De acordo com Paveau (2015, p. 238), o que vemos funcionar nesta duas SDs é “um esquecimento voluntário e orquestrado, um esquecimento ativo motivado pelo fato de que lembrar-se ou ‘ter em mente’ seria insuportável, por razões que podem ser muito variadas”.

Colaborando com este movimento da memória, Orlandi (2016, p. 103) nos diz: “necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária”. Se é, portanto, pela língua que o sujeito se expressa, é pela linguagem que se vislumbra “o tecido da memória” (Courtine, 1994, p. 10), e esse movimento língua/linguagem associado à memória, trama a ilusão do sujeito do discurso, afetado pelos dois esquecimentos propostos por Pêcheux (1988 [1975]).

A forma-sujeito e o efeito-sujeito discursivos são, portanto, constituídos por alguns fatos, dos quais é possível lembrar justamente porque esquecemos de outros - até porque lembrar-se de tudo é algo que foge ao movimento usual dos indivíduos, sendo considerado, inclusive, como algo patológico<sup>6</sup>. A memória está, assim, como as demais noções da AD, diretamente relacionada à linguagem e seus efeitos. Além disso, ela tem caráter social, o que a aproxima da história.

Dentro de seus movimentos, a memória busca vestígios que podem ser considerados pré-construídos e/ou discursos transversos, acionando, portanto, diretamente a *nuvem discursiva*. Os seus movimentos típicos podem ser representados por repetições, deslocamentos, esquecimentos, derivas, atualizações, retomadas, transformações, enfim, para citar algumas possibilidades.

Orlandi (2001) fala a respeito do que ela denomina como sendo a memória constitutiva, na qual os saberes estão baseados no funcionamento da *nuvem*, ou seja, todos os discursos existem dispersos no espaço não físico representado por ela, e de lá são reavivados pela memória no momento da enunciação do sujeito. Além desta, a autora faz menção à memória de arquivo, relacionada ao conjunto de saberes e sentidos atinentes a determinadas temáticas. Neste trabalho, a memória de arquivo que utilizamos para extrair o *corpus* investigado é a internet, considerada o arquivo digital da era contemporânea.

A partir desse duo memória/arquivo é que se torna possível analisarmos os movimentos da memória atualizada/(res)significada no intradiscurso. A partir disso, entendemos a memória através de um funcionamento que trabalha, em certa medida, possibilidades de regulação dos dizeres, como foi o caso das SDs 12 e 13. É por ela, também, que constituímos a “base para a regulação da materialidade discursiva complexa” e é também

---

<sup>6</sup> Ao se trabalhar com uma memória que ‘lembra de tudo’ podemos fazer menção ao conto Funes, o Memorioso, de Jorge Luis Borges, pertencente ao livro Ficciones (Ficções), de 1944. A obra narra a história de um rapaz que tinha uma memória prodigiosa, mas a utilizava com pouca inteligência. Funes era uma verdadeira enciclopédia, pois lembrava-se de incontáveis textos, apesar de não saber elaborar estes conhecimentos. Assim como em A Biblioteca de Babel, o autor lida com a metáfora da biblioteca incompreensível e inútil, sem que alguém consiga decifrar seu conteúdo.

por meio dos resgates advindos pela memória que conseguimos estabelecer a “condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 1999, p. 46).

De fato, podemos afirmar que nossa constituição enquanto sujeitos do discurso não se dá pelo nosso lembrar mas, sim, pelo nosso esquecer. O sujeito é o que dizem que ele é, não o que ele acha que é. Ao fazermos parte de uma formação social capitalista, como é o caso do Brasil, o que achamos que somos advém da lógica do mercado, e estes valores, saberes, práticas são impostos ideologicamente e funcionam em nossas vidas como se tivessem sido livremente escolhidos por nós.

Isso acontece justamente porque o que não pode ser acessado/lembrado é o que habita o real. E o que provém do real, como a luta de classes, que se faz presente em uma sociedade capitalista, não consegue ser simbolizado pelo sujeito. Essa impossibilidade, da ordem do inconsciente, na qual classes antagônicas estão e continuarão em eterno embate, instaura nos sujeitos um trauma insuperável.

Contudo, é por este furo, aberto pelo real, que esses dois esquecimentos essenciais, pensados por Pêcheux (1988 [1975]), adentram e se conjugam com os diversos movimentos da memória, resultando em sujeitos que acabam por se posicionar dentro do cenário da luta de classes para além de suas vontades racionais/conscientes. O próximo movimento fica por conta da ideologia, que naturaliza o que é produzido pela história, possibilitando a transposição de certas formas materiais em outras. A partir daí o que temos é a simulação (e não ocultação de conteúdos) na qual são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade), para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas.

### **3.4.1 Paráfrase e polissemia: regularidade e movência nos caminhos da memória**

Courtine ((2014) [1981]) aborda de que forma os enunciados são proferidos, levando-se em conta questões que consideram os sujeitos influenciados pelas formações imaginárias e interpelados pela ideologia, o que acaba por estabelecer dois processos, a saber: comemoração e repetição. Comemorar retoma formulações que estão na nuvem, representadas pelo já dito e estabelece um embate entre o dito e o já dito, inaugurando a polissemia. A repetição, por seu turno, retoma o que já foi dito e reformula-o parafrasticamente.

O sujeito resgata, portanto, saberes que estão na nuvem e os ressignifica intradiscursivamente para, a partir disso, produzir o seu dizer. Ao recorrer à nuvem discursiva, toda sorte de saberes já ditos, emergem do pré-construído e do discurso transversal, são retomados e reavivados pela memória, passando a constituir o discurso do sujeito nos limites permeáveis da FD.

Esta retomada via memória faz trabalhar os sentidos, seja por movimentos de paráfrase, seja por movimentos polissêmicos. Institui-se, com isso, a paráfrase pela repetição e a polissemia pela comemoração. Porém, é importante destacarmos que, mesmo que o sentido seja repetido e que a ação seja dominada pela paráfrase, não estamos aqui falando de uma reprodução pura e simples, isto porque o sentido nunca é o mesmo quando retomado, resgatado.

As condições de produção darão a tônica da dança dos sentidos, (re)escrevendo novas possibilidades interpretativas. Nessa mesma linha, quando se fala em polissemia, não se espera que a transformação ocorrida pelos sentidos seja necessariamente radical. A (res)significação pode ser tênue, em muitas situações, mas a movência dos sentidos se fará perceptível, fazendo com que algo além da reprodução pura e simples possa ser comemorado.

A relação, pois, da memória com o sujeito ultrapassa a formação das identidades para instaurar um indivíduo que se faz sujeito justamente pela intervenção do discurso:

A memória é um referencial vivo na construção das identidades, pois, em sua capacidade de filtrar e manter sentido, atua por meio de seus processos e efeitos, os quais podem ser tanto de lembrança, de redefinição e de transformação quanto de esquecimento, de ruptura e de negação do vivido e do já dito. Se a memória é, portanto, um fator inerente à construção de identidade, o discurso é o espaço de conhecimento e de interação através do qual o ser humano se faz sujeito, inscrevendo-se no campo da prática social, que é eminentemente histórica. (INDURSKY & CAMPOS, 2000, p. 12).

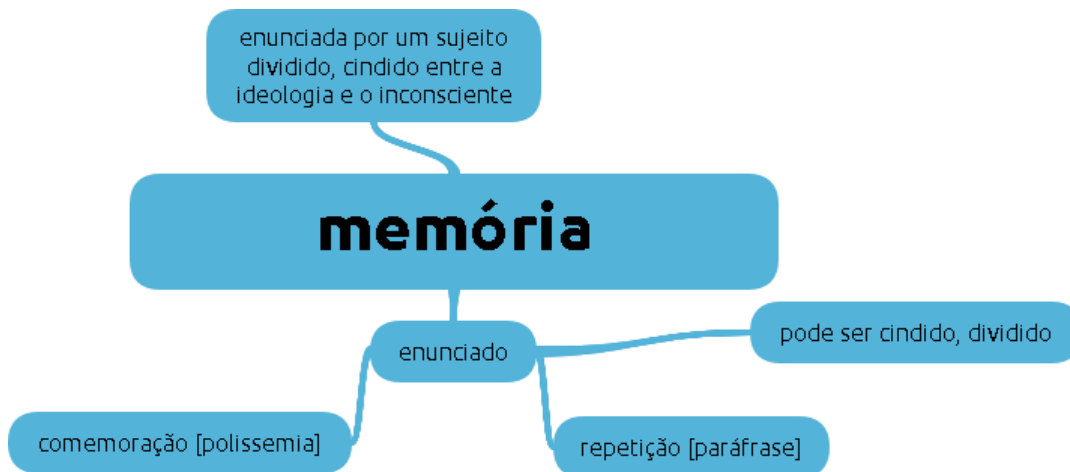
Sob a ótica discursiva, entendemos a paráfrase como algo que busca a manutenção de um dizer, por meio da memória, enfatizando uma intensa produção de variedades do já-dito, do mesmo, trabalhando um processo de permanência, de inalteração. Por outro lado, temos a polissemia como um movimento de deslocamento dos sentidos previamente estipulados, desenhando um movimento de ruptura com as possibilidades significativas dominantes.

A polissemia e a paráfrase, de maneira mais ou menos acentuada, trabalham lado a lado com o equívoco, tão próprio e constitutivo da linguagem. Podemos dizer que é típico dos discursos carregarem essa carga dual, representada pelos movimentos ora parafrásticos, ora polissêmicos, ou seja, estando constantemente à mercê do semelhante e do divergente. Em

determinadas circunstâncias, a tônica dos discursos prima pela manutenção, pela reprodução dos dizeres, enquanto que em certas instâncias o que prepondera são as alterações dos sentidos, a busca por um novo direcionamento, por transformação.

As condições de produção são determinantes na condução dos movimentos parafrásticos e/ou polissêmicos. Elas representam um mecanismo inquietante que move a cena discursiva e permite a convivência basilar entre sujeitos e sentidos. Como estas duas noções não estão finalizadas *a priori* (muito pelo contrário), elas necessitam estar em um incessante processo de (res)significação para conseguir, inclusive, significarem-se, constituindo uma relação tensa que afeta diretamente o movimento de (res)significação dos discursos em si.

#### Esquema 6 – Memória e enunciado



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

A Análise do Discurso considera, também, que os sentidos possuem caráter metafórico, entendendo que eles estão no centro de um intenso movimento que oscila entre deslocamento/deslizamento/deriva entre as FDs. Estas se apropriam momentaneamente de determinados sentidos, mas de modo algum são a fonte geradora deles. Estes são resgatados via memória e, precedente a ela, ainda, aparecem dispersos na nuvem (morada dos dizeres/sentidos). Os sentidos estão, portanto, em um incessante processo de instabilidade, de deriva, conforme atesta Pêcheux na obra *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (1983).

A AD está preocupada, destarte, com os olhares possíveis, com as múltiplas possibilidades de deslocamento/deslizamento/deriva dos sentidos, já que estes não carregam sentido original, literal, único. Ela pode ser considerada, por este viés, uma teoria que se debruça sobre o constructo dos sentidos, trabalhando com os processos que culminam na



profusão de sentidos/significados/interpretações possíveis dentro da formação social na qual os sujeitos estão inseridos.

### **3.4.2 Memória e enunciado dividido**

A noção de enunciado trazida por Courtine, ((2014) [1981]) se articula às categorias de singularidade e de repetição. A memória discursiva, por seu turno, é construída a partir do pensamento de Michel Foucault, em suas reflexões de cunho arqueológico, o qual compreende o discurso como sendo uma extensão do acontecimento.

A partir desta ótica, os discursos se dão e se instauram, na contemporaneidade, no palco montado pelos meios de comunicação, especialmente aqueles considerados de massa, que correspondem ao AIE da mídia. Esses espaços são marcados pela espetacularização, pelo excesso, típicos de uma sociedade do espetáculo, conforme delineou Guy Debord (2000). Neste cenário, a midiaticização estabelece “lugares de memória” (Courtine, 2006), e passa a referenciar discursos-outros que retornam à nuvem discursiva como vestígios de memória, trazendo novos sentidos, por intermédio da atuação de distintas CPs no fio do discurso.

Os enunciados, ao serem veiculados pelos canais midiáticos, são reformulados, mantendo, contudo, entre si, um certo conjunto de regularidades. Ao inscrever-se em uma FD, o enunciado que retorna via movimento da memória adquire uma nova roupagem pela interferência da história e das condições de produção, adquirindo outros/novos significados/sentidos.

E é na inter-relação estabelecida entre a nuvem e o intradiscurso que se faz possível notabilizar a presença da memória nos meandros do discurso e é justamente nesse imbricamento, nesta mistura entre antigos e novos saberes, que conseguimos vislumbrar os efeitos de sentido múltiplos, vinculados a diferentes ideologias (por vezes bastante opostas) em pleno funcionamento.

Para a Análise do Discurso, o sujeito empírico realiza formulações das quais desconhece a origem, e isto se deve à influência da ideologia e do inconsciente, associados à inscrição em uma memória, fazendo com que ele acabe por se posicionar, determinando os efeitos de sentido e, conseqüentemente, sua identificação a determinadas FDs. Isto pode ser

percebido, pois “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX (1988) [1975], p. 160).

O enunciado dividido, em face do exposto, configura-se em um dos tipos de enunciado passíveis de frequentar o discurso político. Duas formulações pertencentes a discursos antagônicos, portanto, a FDs opostas, levando-se em conta condições de produção semelhantes e elementos que não aceitam substituições, sejam estas palavras, frases, sintagmas, etc, instituem este tipo de enunciado, conforme veremos a seguir:

**SD 14:** Foi impeachment ou golpe? Veja a opinião de quem foi a protestos em SP e RJ ( *Uol, 31 de agosto de 2016*).

**SD 15:** Impeachment ou Golpe? ( Estado de São Paulo, 15 de outubro de 2015).

A linguagem é política. Essa afirmação pode ser evidenciada ao lembrarmos que não há neutralidade quando se pensa em sujeitos atravessados pelo ideológico. Os efeitos de sentido, portanto, denunciam direções distintas, expressas nas posições assumidas dentro das FDs, denotando que os sentidos caminham sempre em alguma direção e, por isso mesmo, acabam por manifestar seu caráter necessariamente dividido.

Entendemos que o enunciado ‘impeachment ou golpe’, apresentado pelas SDs 14 e 15, configura-se em um típico caso de enunciado dividido. Courtine (2006, p. 74) enfatiza que este tipo de enunciado reflete saberes de ordem antagônica que, pelo funcionamento da linguagem, representam efeitos de uma luta ideológica encenada por duas FDs distintas e/ou antagônicas.

A não-comutabilidade de elementos é uma das principais características deste tipo de enunciado (COURTINE, (2014) [1981], p. 97). É possível percebermos, ainda, FDs antagônicas que deflagram saberes distintos convivendo de forma tensa no mesmo enunciado. Seu aparecimento no fio do discurso acontece promovendo sentidos em embate, e se deve a um conjunto de fatores que perpassam as condições de produção, o atravessamento de fatos linguísticos e de elementos dispersos localizados na nuvem, na forma de pré-construídos e/ou discursos transversos, desembocando no seu reavivamento pela memória.

Mariani (1998) destaca a memória como um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. Dentro de determinado contexto enunciativo temos a predominância de uma interpretação que se associa ao esquecimento de outras, fazendo esta tornar-se hegemônica. Ao pensarmos no caso da grande mídia brasileira, o sentido hegemônico está do lado da FD que enuncia impeachment.

Em contrapartida, em diversos veículos internacionais, igualmente representantes da grande mídia, o que percebemos é a prevalência da FD que enuncia golpe.

Estes direcionamentos indicam posições que ultrapassam a simples distinção entre as formações discursivas, fazendo com que os sentidos trabalhados nas matrizes de cada uma das FDs as afaste de tal forma que entre elas se estabeleça um movimento de antagonismo. Percebemos, igualmente, por meio destes movimentos, a ocorrência de uma trama de sentidos se digladiando dentro de um mesmo cenário: o AIE da mídia.

Courtine, ao trazer a noção de enunciado dividido, trabalha com a ideia de que “uma formação discursiva é constitutivamente perseguida por seu outro (...) sobredeterminação pela qual a alteridade o afeta (...)” (COURTINE, (2014) [1981], p. 24). Por esta definição vemos funcionar discursivamente, também, as noções de contradição e heterogeneidade, seja dentro da mesma FD, seja na relação entre elas, como é o caso do enunciado ‘Impeachment ou golpe’.

Fatores de âmbito linguístico e ideológico fazem parte da estrutura do enunciado em análise, assim como estão presentes nos processos discursivos de forma geral. Eles são a expressão da luta política instaurada por lados opostos, por posicionamentos ideológicos distintos, sinalizando o que podemos conceber como uma “guerra ideológica de posição” (COURTINE, (2014) [1981], p. 209).

Algumas palavras foram descritas por Régine Robin (2016) para se referir ao que a autora denominou como sendo “passados esburacados”. É possível associarmos estes sintagmas a movimentos da memória discursiva que podem restaurar, transformar, contornar, distorcer, reescrever, reinventar, esquecer, tornar inacessível certos enunciados, saberes, fazendo com que, ao retornar ao fio do discurso, esses sejam remodelados, servindo a outros propósitos diferentes dos momentos históricos anteriores nos quais foram utilizados.

Considerando a possibilidade de resgatar pela memória fendas esquecidas no tempo, além de trabalharmos com a ideia de que o sentido é diretamente afetado por diversos fatores, entre eles o pré-construído e o discurso transversal, de acordo com Pêcheux (1988 [1975]), temos uma rede de saberes que advêm de outros lugares e que sofrem atualizações/modificações nas SDs analisadas. Robin (2016, p. 93) vem em nosso auxílio quando ressalta que “o verdadeiro esquecimento talvez não seja o vazio, mas o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar de outra (...)”.

Ao enunciarmos, pois, ‘impeachment ou golpe’, lidamos com posicionamentos ideológicos que tentam, na substituição de um ou de outro, trabalhar pelo viés do esquecimento o reforço a determinada posição do sujeito. No caso da grande mídia brasileira,

a tentativa parece ser a de ocultar a existência do sintagma “golpe”, dando à denominação impeachment espaço de destaque para delinear o que ocorreu no país em 2016. Ao considerarmos, por outro lado, os representantes da grande mídia internacional, é possível percebermos a prevalência de golpe como sendo a palavra que de forma mais adequada define o acontecimento político ocorrido no Brasil.

Vemos, portanto, que a troca, a substituição de um sintagma pelo outro, estabelecendo o posicionamento ideológico para um ou outro, sustenta-se justamente no apagamento/silenciamento/interdição provisório (a) de um deles. Não é possível, com isso, a substituição sinonímica, visto que o conjunto de saberes e práticas é bastante diferenciado, denotando uma rede de sentidos concernente/particular a cada uma das palavras, as quais localizam-se em formações discursivas distintas e, nesse caso em particular, opostas/antagônicas.

### **3.4.3 A memória enunciada no discurso político**

Ao tratar sobre a memória nos meandros do discurso precisamos ter em mente que “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta - faz circular - formulações anteriores, já enunciadas (...)” (COURTINE, (2014) [1981], p. 104). Dessa forma, a noção de memória está intimamente associada ao discurso de âmbito político, pois é possível identificarmos um “efeito de memória na atualidade de um acontecimento, sob a forma de um retorno da contradição nas formas de diálogo” (Ibidem, p. 104).

Questões atinentes à língua, à linguagem, à história e à constituição dos sentidos, portanto, fazem ressoar no fio do discurso a presença da memória: “os processos discursivos se realizam nas práticas discursivas do sujeito, por um ‘efeito em retorno dos processos discursivos sobre a língua’” (PÊCHEUX, (1988) [1975], p. 189). Investigaremos, pois, analiticamente estas relações a partir das SDs apresentadas:

**SD 16:** “O golpe de Estado militar de abril de 1964 foi uma tragédia que mergulhou o Brasil em vinte anos de ditadura militar, com centenas de mortos e milhares de torturados. O golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico (...) O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia”. (*Blog da Boitempo, 17 de maio de 2016*).

**SD 17:** “Golpe de 1964 e de 2016: o mesmo golpe de classe (...) Entre o golpe de 1964 e o golpe de 2016 há uma conaturalidade estrutural. Ambos são golpes de classe, dos donos do dinheiro e do poder: o primeiro usa os militares, o outro o parlamento”. (*Jornal do Brasil, coluna de Leonardo Boff, 05 de setembro de 2016*).

**SD 18:** “Collor foi apeado em 1992 depois de comprovadamente ter cometido crime. Com Dilma, isso não ocorreu. A deposição de 2016 pertence à família da de 1964. A saída à força da presidente é menos uma derrota pessoal e muito mais uma tragédia para o Brasil e a democracia tão golpeada”. (*UOL Notícias, retirado do Blog de Mário Magalhães, 29 de agosto de 2016*).

A interligação entre história e linguística é parte fundamental do movimento de resgate feito pela memória. Para ser retomado em um determinado momento, o enunciado precisou ser silenciado para que, com esse movimento, o sentido se instituísse. Em muitas situações percebemos isso nos sentidos entendidos como dominantes, literais.

Ao analisarmos discursivamente o afastamento de Dilma, abrimos a oportunidade para que as palavras impeachment e golpe já venham para o cenário político brasileiro carregadas de significados anteriores, já ditos em outras circunstâncias e atualizados para as condições de produção atuais. Sentidos que pareciam estar regularizados sofrem abalos e se remodelam. Com isso, uma nova rede/filiação de sentidos é criada, fazendo com que a memória sofra alterações, inaugurando uma “memória outra” (ORLANDI, 1993, p. 13).

Nas SDs apresentadas percebemos um movimento em comum: todas tentam aproximar e relacionar o afastamento de Dilma, ora com o golpe de 1964 (SDs 16 e 17), ora com o impeachment de Collor, em 1992 (SD 18), em algum grau. Porém, o movimento de regularidade que as une é a comparação a respeito do que ocorreu no Brasil, historicamente, entre 1964 e 1985, levando a uma interpretação comum entre elas. Nas SDs 16 e 17 encontramos uma relação anafórica, na qual percebemos a referência, na primeira, ao sintagma golpe, como sendo um golpe de Estado parlamentar e, na segunda, como sendo um golpe de classe.

A rede de sentidos que evoca a memória do fato ocorrido em 1964 retorna em 2016 trazendo elementos a serem reavivados, o que aproxima os dois eventos históricos. Podemos dizer que estamos diante, nesse caso, de uma repetição parafrástica. Porém, ao trazer para o fio do discurso essa repetição, também é possível vislumbrarmos um movimento de ordem polissêmica, conhecida como comemoração.

É possível, ainda, reconhecermos este movimento ao trazer a lembrança do que representou o golpe de 1964, instaurando uma atualização dessa memória. Isso pode ser percebido quando se apresentam elementos históricos que os diferenciam, relacionados às condições de produção de cada período histórico.

Na SD 16, percebemos a diferença conceitual funcionando pela escolha das designações ‘golpe de Estado militar’, referindo-se a 1964 e ‘golpe de Estado parlamentar’, relacionado a 2016. O que une, nesta SD, os dois acontecimentos é o ódio à democracia, mas o que os diferencia advém de suas CPs distintas, pois, em 1964, tivemos uma tragédia; já em 2016, presenciamos uma farsa.

O afastamento conceitual estabelecido pelos dois processos (golpe militar e golpe parlamentar) vem comemorar, no fio do discurso, uma nova rede de sentidos para a palavra golpe, instaurando a polissemia. Na SD 17, a diferença nas denominações se mantém idêntica à expressa na SD 16, reiterando o movimento polissêmico, contudo a repetição/paráfrase se mostra quando é dito textualmente que a aproximação entre os dois golpes se dá pelo fato de serem golpes de classe.

Além dessa leitura, é possível interpretarmos que o uso do sintagma ‘golpes de classe’ instaura um movimento de retorno da memória à nuvem, fazendo referência à temática abordada pelo livro de René Armand Dreifuss, intitulado *1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*<sup>7</sup>. Do mesmo modo, na SD 16, ao utilizar a expressão ‘ódio à democracia’, é possível interpretarmos que há uma referência à obra de Jacques Rancière, na qual o autor problematiza a democracia desde sua instauração no tecido social até a contemporaneidade.

Na SD 18, a comparação feita entre os processos de impeachment de Dilma e de Collor instaura uma rede de interpretações que os diferencia na esfera dos sentidos. O próximo movimento é da ordem da historicidade, no qual acontece a aproximação entre os anos de 2016 e 1964, assim como aparece nas SDs 16 e 17, instituindo o movimento parafrástico.

Ao fazermos uma correlação entre o que pode ter existido de comum entre o golpe de 1964 e o de 2016, trazemos, via redes de memória associativa, laços que aproximam os dois acontecimentos, e então fazemos consonância com as palavras de Singer (2016, p. 66), quando destaca que “os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular”.

A democracia é lembrada/reavivada, nas SDs 16 e 18, fazendo com que a memória novamente resgate discursos já enunciados anteriormente, no âmbito interdiscursivo, para

---

<sup>7</sup> O livro é resultado de uma pesquisa realizada entre 1976 e 1980 pelo cientista político René Armand Dreifuss, sobre o período do Golpe de 1964 no Brasil, mostrando o papel e a função das forças sociais, e de que formas concretas elas manifestavam seus interesses.

indicar sentidos que não se coadunam, em uma mesma FD, à rede de saberes advindas dos sintagmas democracia e golpe.

Entendemos, ademais, que as SDs 16, 17 e 18 reavivam, pelo trabalho da memória, o acontecimento de 2016, utilizando o impeachment de Collor, ocorrido em 1992 e o golpe de 1964 como “formulações-origem” (Courtine, (2014) [1981]), ou seja, como momentos históricos de onde advêm determinadas redes de saberes/sentidos que acabam por ser rememoradas/(res)significadas no fio do discurso.

A memória discursiva faz trabalhar o processo de constituição dos sentidos, associada ao imaginário (e às formações imaginárias), investigando seus efeitos. Esses efeitos retornam no intradiscurso e são atualizados, (res)significados. É perceptível, nesse movimento, a indissociável relação entre história e linguagem, resultando na historicidade.

Conforme nos disse Pêcheux (1999, p. 59), a memória representa o espaço no qual acontece o embate em torno da regularização e da hegemonia dos sentidos. O fundador da AD ressalta, ainda, que a memória pode ser entendida como “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”, o que nos leva à compreensão de que ela é sujeita a faltas, lacunas, instabilidade, tal qual outras noções da esfera discursiva.

Retomando questionamentos acerca da democracia brasileira, percebemos que ela é constituída por muitas lacunas, páginas arrancadas, esquecimentos obrigatórios. É uma democracia que é parceira do segredo, do silêncio. O medo de que memórias adormecidas sejam reavivadas/revisitadas tal qual fantasmas nos assombra desde a instituição do país, sendo acompanhado pela justificativa de que esquecer é a palavra de ordem:

(...) nossa ‘redemocratização’, a constituição de que chamamos de ‘Nova República’, foi baseada na tese de que os esquecimentos dos ‘excessos’ do passado seria o preço doloroso, mas necessário, a ser pago para garantir a estabilidade democrática, eliminando o trauma da violência estatal. (SAFATLE, 2017, p. 64).

Por tudo o que foi exposto até aqui podemos depreender que a memória, assim como outras noções da AD, é incompleta, lacunar e não passível de ser representada. A dispersão a constitui, assim como a possibilidade polissêmica de (res)significar-se. Os movimentos que tornaram possíveis os resgates, no caso do impeachment/golpe de 2016 ou ditadura/revolução/golpe de 1964 ou, ainda, impeachment de 1992, são provenientes deste reavivamento tipicamente polissêmico da memória discursiva.

Vislumbramos, ao nível do intradiscurso, as possibilidades, os diferentes movimentos do sentido no que tange a um mesmo objeto investigado. Esta capacidade

polissêmica/plurifacetada, advinda da historicidade, une-se à rede de filiações ideológicas, permitindo os direcionamentos, ou melhor, os posicionamentos dos sujeitos dentro das FDs, via ação da memória.

E como esse caráter polissêmico/plurifacetado se materializa? Pela língua e pela sua capacidade de produzir a migração e a dispersão dos sentidos, culminando nas variadas possibilidades de interpretação. Se considerarmos o próprio esquecimento como fator que suscita/alimenta a memória, compreenderemos ser também ele o motivador para que aconteça o retorno do que um dia foi esquecido/silenciado/interditado. Temos, pois, somado a isso, o fato de que a língua e sua inscrição na história instituem a historicidade dos dizeres/sentidos e é, a partir disso, que criamos o espaço para a atuação da memória, fazendo com que esse encaixe instaure os movimentos que irrompem na própria discursividade.





Fonte: <https://www.conversaafiada.com.br/bessinha>

## Temer Natalino



Fonte: <http://pataxocartoons.blogspot.com/2015/12/decorativo-sem-decoro.html>

#### 4 O RESSENTIMENTO NOSSO DE CADA DIA: UM SINTOMA?

*Teve que sofrer e dominar a situação teórica seguinte: ser para si próprio seu próprio pai, construir com suas mãos de artesão o espaço teórico seguinte: em que situar sua descoberta, tecer com fios emprestados, tomados de um lado e de outro, tateando, a grade onde iria aprisionar, nas profundezas da experiência cega, o redundante peixe do inconsciente, que os homens chamam mudo, porque fala mesmo quando eles dormem.*

LOUIS ALTHUSSER

A sociedade contemporânea pode ser concebida, de acordo com Guy Debord (2000), como marcada/afetada pelo espetáculo. Esta característica encontra respaldo no AIE da mídia, veículo que simboliza e contribui decisivamente para a reprodução e/ou transformação de diversos tipos de assuntos, naturalizando-os. Desde as temáticas mais triviais, passando pelas mais complexas, a mídia se encarrega de moldá-las para cada um de seus respectivos públicos-alvo, tendo sempre o cuidado de transfigurá-las em algo extraordinário, superdimensionando-as.

Márcia Tiburi (2017), no livro intitulado *Ridículo Político*, aproxima a cultura do espetáculo do que ela convencionou denominar como a cultura do ridículo. Trazendo a discussão para a esfera discursiva, podemos considerar que tanto o espetáculo quanto o político são campos em que as formações imaginárias atuam de forma intensa; seja de maneira ampla, pela espetacularização nossa de cada dia, seja nos embates que constituem a arena política, na qual estamos inseridos direta ou indiretamente.

Compreendemos, pois, a partir disso, ser o ridículo político brasileiro um dos sintomas da sociedade contemporânea, junto à espetacularização excessiva, o que, por sua vez, contribui para manifestações de afetos variados, como é o caso, por exemplo, do ressentimento, cada vez mais presente em nosso cotidiano.

Com o advento da modernidade, valores/saberes/práticas de âmbito individual passaram a ocupar espaços que antes estavam focados no estatuto da coletividade. A partir deste novo modo de atuar socialmente, o sujeito contemporâneo, movido pelo mote da subjetividade excessiva, é conduzido a centrar suas necessidades no prazer imediato, transformando esta satisfação, cada vez mais fugaz, em objetivo basilar da sua existência,

inaugurando um novo modo de agir no seio social, permeado pelo hedonismo<sup>8</sup>. Essa superestimulação cotidiana se faz no seio de uma organização social conflituosa, que tenta conjugar saberes e práticas que estão em embate, representados pelo capitalismo e pela democracia. Para auxiliar na institucionalização deste palco, temos a presença do capitalismo de viés neoliberal, concebido para estimular um sofisticado processo de subjetivação, no qual os sujeitos não se identificam mais, prioritariamente, por serem alguém, mas, sim, por possuírem algo.

Esta prática caracteriza-se por ressaltar traços prioritariamente egóicos, egoístas, hedonistas, enfim, sedimentados, em última análise, no efêmero. Podemos conceber este movimento como uma forma de tentar silenciar a todo custo a ferida narcísica freudiana<sup>9</sup>, inaugurando o cenário propício para a instauração do ressentimento.

Uma das críticas mais severas proferidas por Friedrich Nietzsche em suas obras refere-se à figura do Estado, sendo este, de acordo com o filósofo prussiano, desencadeador de importantes mudanças no seio social. Ele aborda o quanto o poder coercitivo estatal fez com que a humanidade passasse a desenvolver o sentimento de culpa.

Isso pode ser percebido quando o autor aborda, por exemplo, os embates entre fortes e fracos, aristocratas e escravos, vencedores e perdedores, todos estes interpretados como resultado da obrigação imposta aos sujeitos por quererem viver em sociedade e abdicando, com isso, de seus instintos mais básicos. A psicanalista Maria Rita Kehl (2004, p. 86) concorda com Nietzsche ao enfatizar que “o ressentimento é consequência inevitável das restrições pulsionais auto-impostas pelo homem ocidental ‘civilizado’”.

Encontramos, pois, no sujeito político contemporâneo - aquele que é cindido e atravessado pelos valores/saberes/práticas do capital e da democracia, e que se encontra à mercê de conflitos constantes das mais variadas ordens -, as marcas do ressentimento. O confronto quase que cotidiano e as tensas relações que embalam nossa formação social justificam a existência de sujeitos que não se consideram como simples e meros perdedores, mas, sim, como seres injustamente prejudicados.

---

<sup>8</sup> O hedonismo, do grego *hedonê*, significa prazer, vontade e é uma teoria ou doutrina de âmbito filosófico-moral que afirma ser o prazer o supremo bem da vida humana. Ela surgiu na Grécia, e seu mais célebre representante foi Aristipo de Cirene. O hedonismo filosófico moderno procura fundamentar-se numa concepção mais ampla de prazer, concebida como felicidade para o maior número de pessoas.

<sup>9</sup> Nicolau Copérnico, com a teoria heliocêntrica do Sistema Solar; Charles Darwin, com a Teoria de Evolução das Espécies e Sigmund Freud, com o advento da Psicanálise representam três importantes marcos para a vida dos sujeitos e pelo desconforto que causaram (e ainda causam) até hoje são considerados, por seus pensamentos, portadores das feridas que afrontam o poder imperioso do eu.

Zygmunt Bauman busca teorizar a respeito deste sujeito marcado pela individualidade excessiva e superestimada:

Uma pessoa se sente humilhada quando recebe a mensagem, por palavras ou ações, de que não pode ser quem pensa que é. Essa humilhação gera preconceito e ressentimento. Numa sociedade individualista como a nossa, este é um tipo venenoso e implacável de ressentimento e uma das comuns causas de conflito, rebelião e revolta. Ela destrói a autoestima - nega o reconhecimento, recusa o respeito e aplica a exclusão - substitui a exploração e assume a discriminação como explicação mais comumente usada para justificar o rancor do indivíduo em relação à sociedade. (BAUMAN, 2010, p. 78).

A aproximação entre esses sujeitos reside na forma como lidam com seus afetos, caracterizada por um *modus operandi* peculiar: o fato de entenderem que a culpa por todo o mal que lhes acomete precisa, obrigatoriamente, ser inscrita no outro. Esse sentimento/afeto, no qual o sujeito se sente desmerecido, desprivilegiado, desassistido em alguma instância de sua vida, conhecido como ressentimento, servirá como norteador para investigarmos discursivamente o impeachment/golpe de 2016.

Nossa proposta, já expressa no título deste capítulo, é trabalhar com a hipótese de que esse afeto pode ser interpretado como um sintoma social, o qual vem adquirindo bastante relevância na contemporaneidade. Com o intuito de nos auxiliar nesta reflexão, utilizaremos como aporte teórico a psicanálise freudo-laciana e os estudos realizados pelo filósofo Friedrich Nietzsche, pois compreendemos que esses pensadores podem nos oferecer subsídios para averiguar, sob o viés analítico-discursivo, de que maneira esse sofrimento psíquico atuou no afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República.

Para iniciar esta aventura teórica, faremos uma breve explanação acerca do uso do termo ressentimento ao longo da história, seja na literatura, seja no pensamento de quem se dedicou a estudar mais profundamente esta temática.

#### Esquema 7 – Ressentimento na sociedade contemporânea



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

#### 4.1 ALGUNS PENSADORES DO RESSENTIMENTO

O termo ressentimento tem suas primeiras aparições encontradas no universo da literatura e remonta aos escritos de Jean-Baptiste Poquelin, mais conhecido como Molière e Pierre Corneille, ambos no século XVII. Honoré de Balzac faz uso do termo no século XVIII. Esses autores não pareciam tratar do mesmo ressentimento que entendemos hoje, tampouco o enxergavam de forma semelhante à época.

Molière o concebe a partir de uma conotação positiva, diferente de Corneille, que o entende por um viés negativo. Já Balzac o emprega ora como um afeto positivo, ora como negativo, ao longo de sua obra. Fiódor Dostoiévski é outro célebre autor que faz alusão ao termo ao longo de sua obra. A partir dos escritos de Michel de Montaigne, porém, o termo passa a ser empregado com a carga negativa que o acompanha até hoje, apesar de guardar algumas diferenças conceituais se o compararmos à obra de Friedrich Nietzsche.

Mesmo assim, ao longo do século XIX, período em que Nietzsche fazia seus escritos, ainda existia muita inconstância no tocante ao uso do termo, que era utilizado como algo positivo, negativo e, às vezes, até com certa neutralidade. Contudo, é importante salientar que, apesar de o ressentimento estar associado há tempos à figura de Nietzsche, ele não foi pioneiro no uso do termo. Eugen Dühring utilizou-o, originalmente, em 1865, no livro *O valor da vida*; porém, historicamente, quem deu evidência e notabilidade a este afeto foi o ousado filósofo niilista.

A palavra francesa *ressentiment* foi utilizada pela primeira vez na obra nietzscheana no ano de 1875, quando o filósofo escreve um comentário a Dühring, manifestando suas concordâncias e discordâncias a respeito do uso da palavra. Após esse fato, Nietzsche volta a utilizar explicitamente o termo apenas em 1887, na primeira escrita de uma de suas principais obras: *Genealogia da moral*.

Todavia, já era possível perceber, em pequenas passagens de livros anteriores, a referência a algo que se assemelhava ao que viria a ser conceituado mais tarde como ressentimento, recebendo, porém, outras designações. Posteriormente, em *O crepúsculo dos ídolos*, *O anticristo* e *Ecce Homo*, o afeto volta a aparecer, relacionado intimamente ao conceito de moral. Em face disso, mesmo não tendo sido o primeiro a falar desse afeto, Friedrich Nietzsche é considerado por muitos como o filósofo do ressentimento.

Ele o abordou de forma contundente ao longo de sua trajetória, associando-o a diversos atos/ações humanos. Aliás, esse estudioso tratou de forma bastante crítica várias outras questões atreladas à vida em sociedade em sua época. Desde o *O nascimento da tragédia*, passando por *Assim falou Zaratustra*, *Além do bem e do mal*, *Genealogia da moral* e chegando em *O crepúsculo dos Ídolos* os assuntos centrais abordados versavam sobre aspectos ligados essencialmente à moral, à metafísica e à religião. Contudo, era contra a moral tradicionalmente propagada à época que Nietzsche tecia suas mais apuradas críticas, as quais resultaram na escrita de *Genealogia da moral*.

Neste livro, o filósofo aborda o ressentimento por meio de dois aspectos. O primeiro refere-se à instância individual dos sujeitos considerados por ele como fracos, que não conseguem se desvencilhar do sofrimento, acabando por se autoenvenenar com atitudes reativas que beiram a uma vingança eternamente adiada. Estes podem ser compreendidos como sujeitos que apresentam uma vontade de poder arrefecida. O segundo aspecto relaciona-se à instância social, entendendo o afeto como um problema coletivo, relacionado a preceitos de ordem moral. Para ele, o ressentido sofre e precisa buscar um culpado para ser a causa de tamanha aflição que o acomete.

O sujeito ressentido precisa da existência do outro, ao mesmo tempo em que necessita negar a existência do outro. Esse movimento paradoxal retrata alguém que, de forma persistente, sente-se obrigado a buscar um culpado externo para depositar o peso que, em verdade, habita seu âmago. O ressentimento pode ser compreendido, por este ponto de vista, como a impossibilidade de o sujeito lidar com as adversidades da existência.

Maria Rita Kehl enfatiza que o “desejo de vingança recusado é o núcleo doentio do ressentimento nietzscheano. Uma vez que não se permite reagir, só resta ao fraco - ressentir”. E complementa destacando que esta vingança recai sobre o próprio sujeito: “(...) é uma doença que se origina do retorno dos desejos vingativos sobre o eu (...) envenena e intoxica a alma” (KEHL, 2004, p. 93-94).

Nietzsche vai mais longe e afirma, de maneira categórica, em *Ecce homo*, a amplitude do ressentimento, entendendo-o não como um sentimento em si, mas, efetivamente, como uma patologia: “estar doente é em si uma forma de ressentimento” (NIETZSCHE, 1995, p. 30). Para o filósofo, ressentimento é aquilo que o abatido, o desprovido e o pobre sentem pelos seus superiores, os ricos.

Pode-se dizer que a causa mais profunda deste afeto está na dissonância cognitiva com que as pessoas buscam uma sensação de equilíbrio entre suas crenças, atitudes e comportamentos. Reconhecer os direitos de seus superiores seria equivalente a aceitar sua

própria inferioridade. No ressentimento estão misturados inveja e despeito, sinalizando na direção de um sujeito que precisa estabelecer inimigos externos, justamente para não ter que se defrontar com o seu verdadeiro inimigo (interno), desconhecido (conscientemente) de si mesmo.

Outro filósofo alemão que trabalhou com o ressentimento foi Max Scheler (1994). Ao contrário de seu compatriota, ele acreditava que o afeto surgia entre sujeitos iguais, ou seja, entre aqueles que haviam conquistado as mesmas coisas e/ou pertenciam às mesmas classes sociais. Nietzsche, por sua vez, interpretava o ressentimento como uma incessante luta contra a desigualdade, instaurando uma pressão que visava a nivelar por baixo as hierarquias existentes.

Scheler, por seu turno, achava que os sujeitos lutavam para chegar ao topo e, quando alcançavam esse objetivo, lutavam para que o outro fosse destituído dessa posição, para que pudessem reinar soberanos. Para o filósofo, a liberdade de cada um está diretamente relacionada à limitação da liberdade do outro, pois, em seu modo de pensar, todos almejavam chegar ao mesmo lugar. A partir desta argumentação, o autor assinalava ser o ressentimento uma das causas da competição em âmbito social, no qual se buscava, através do conflito, alcançar poder, reconhecimento e dignidade.

#### 4.2 O RESSENTIMENTO E A SOCIEDADE DEMOCRÁTICO-CAPITALISTA

O ressentimento é um afeto velado, não reconhecido por quem o manifesta. Está associado a sujeitos fracos, conforme definição nietzscheana, que não se consideram perdedores e, sim, prejudicados. Essa pode ser considerada uma das razões que justifica a não identificação do sujeito com este sentimento.

Como bem pontuou Kehl (2004, p. 29) ele “é um afeto que ‘não ousa dizer seu nome’”. Outra característica apresentada pelo ressentido refere-se à necessidade de estar envolto pelo manto de moral, de jamais efetuar uma autoanálise crítica de seus atos e de não conseguir, por consequência, duvidar de sua conduta. O foco se volta exclusivamente ao outro, àquele que injustamente o prejudicou, relegando-o à condição de eterna vítima. O historiador francês Marc Ferro (2009, p. 14) ressalta que no ressentimento “encontramos sempre uma ferida, uma violência sofrida, uma afronta, um trauma”.

Ao assumir este lugar, o que resta ao ressentido é queixar-se e promover acusações. Contudo, o simples ato de queixar-se reiteradamente não pode ser confundido com uma postura ativa, e isto pode ser compreendido quando Kehl aproxima o ressentido do neurótico obsessivo, enfatizando que a marca do ressentido é a passividade. Porém, de modo algum esta conduta pode se confundir com letargia, inércia.

De forma semelhante, as atitudes do ressentido podem parecer, à primeira vista, ativas, mas, ao observarmos com mais atenção, percebemos que este sujeito tão somente reage, defendendo-se de maneira contumaz. A busca é por depositar sempre a razão de suas desgraças terrenas no outro, isentando-se, dessa forma, do sentimento de culpar a si mesmo - conduta esta que o forçaria a trabalhar com a angústia e a sensação de desamparo, tão próprias dos sujeitos, mas também, tão desprezadas em nossa sociedade atual.

É possível entendermos que, assim como o obsessivo, o ressentido almeja por algum tipo de reconhecimento social. Mas essa busca, geralmente, culmina com o insucesso. Uma hipótese considerada por nós como relevante refere-se ao fato de que o derrotado passa a se enxergar como uma real vítima, manifestando sua não-concordância com o ocorrido por meio de queixas repetidas. Estas, por sua vez, podem vir camufladas sob a forma de acusações, denotando a não-aceitação da derrota e, com isso, tornando possível a instalação deste afeto, conforme é possível vislumbrarmos abaixo:

**SD 19:** “Além disso, o **ressentimento** presente é amplificado pelas mídias sociais, que potencializam o medo (...) ele repassa a trajetória da humanidade para argumentar que até houve outros momentos em que sobressaíram o **ressentimento** extremado e o ódio ao outro. Nunca, porém, na escala atual”. (*Folha de São Paulo, 19 de março de 2017*).

**SD 20:** “O guru também afirma que as mágoas e **ressentimentos** – que Aécio tem alimentado desde sua derrota em outubro de 2014 – são o caminho para a infelicidade. ‘Sinto que é tempo de construir uma nova política e uma nova economia em que o ser humano esteja em primeiro lugar e não a falsa ideia de poder. Sinto que a única saída para a humanidade é fazer com que o autoconhecimento se torne política pública. Para começar, um governante, no mínimo, precisaria se conhecer melhor. Do contrário, a nação estará nas mãos de uma criança ferida, cheia de mágoas, **ressentimentos** e pactos de vingança’.” (*Brasil 247, 29 de outubro de 2015*).

**SD 21:** “Pesquisador da Universidade de Salamanca, na Espanha, Myers descobriu que um derrotado pode ter um comportamento **ressentido**, questionando o resultado da eleição, ou de vencedor, ao aceitar o placar das urnas, o que o credenciaria para concorrer novamente”. (*O Globo, 11 de novembro de 2014*).

Aceitar a derrota, uma das possibilidades possíveis em um sistema pautado por valores democráticos, como foi o caso da disputa nas urnas envolvendo Aécio Neves e Dilma Rousseff, parece não ter sido, pela visualização das SDs acima, algo bem assimilado pelo candidato do PSDB. Soma-se a esse cenário a superestimulação proporcionada pelo AIE da mídia, no qual os sujeitos se veem forçados a se posicionar de forma que suas condutas não



firam os ditames democráticos, mesmo que isso signifique, como no caso de Aécio, sufocar/recalcar seus afetos.

O que temos nesse caso em particular, assim como em muitos outros, alguns dos ingredientes que podem desembocar no ressentimento, algo cada vez mais em voga na atualidade. Peter Sloterdijk, em seu livro *Ira e tempo* (2012b), enfatiza que a sociedade contemporânea está envolta, de maneira geral, pelo afeto do ressentimento. O autor defende, ainda, que o fazer político contemporâneo orbita em uma atmosfera de ódio, e que o ressentimento pode ser associado a um tipo de enfermidade típico das sociedades contemporâneas.

Kehl (2004) também nos alerta que o ressentimento não está associado, como regra, a quem foi derrotado. A psicanalista aproxima, com isso, o ressentimento da noção de covardia moral, cunhada por Freud. Porém, é importante destacar que nem sempre perder significa, necessária e obrigatoriamente, ressentir-se.

A fraqueza expressa pelo sujeito ressentido está ancorada na impossibilidade de esquecer, de se desfazer/desprender do agravo. Como o ressentido não consegue se desvencilhar da lembrança persistente, ele passa a acusar supostos culpados, porém essa atitude não visa ao ressarcimento pessoal frente ao agravo sofrido.

Como o sujeito do ressentimento é covarde, o máximo que ele se permite é reclamar, se queixar, possibilitando, com isso, que sua memória acerca do ocorrido permaneça latente. Essa é, paradoxalmente, sua maior fonte de sofrimento, e, também, seu *modus operandi*: “o ressentimento é designado como um sintoma, como a indicação do predomínio de um modo de agir nocivo, inibidor, que redundando naquele ‘entorpecimento’” (PASCHOAL, 2014, p. 57-58).

O que vemos é tão somente a manifestação da impotência, da incapacidade, mesmo que estas apareçam de forma sutil, ao longo de um processo que deveria ser de aceitação e superação frente a determinados fatos:

**SD 22:** “Três discursos a favor do impeachment: Aécio Neves, o ressentido (...) Derrotado na eleição para presidente da República de 2014, o senador Aécio Neves é reconhecido como um dos conspiradores do Golpe Parlamentar, cuja atividade política foi direcionada no intuito de construir a falsa tese de crime atribuído a presidente Dilma Rousseff (...) Durante o discurso, o ressentimento derrotista e o fato de ser acusado pelo MPF, inclusive no Caso Lava Jato, foi revelado nos interditos do discurso do senador”. (*Jornal Grande Bahia, 04 de setembro de 2016*).

**SD 23:** “Candidato derrotado por Dilma nas eleições presidenciais de 2014, Aécio logo de cara mostrou o sentimento de um segundo colocado. Referiu-se Dilma de “senhora presidente afastada” e disse que não havia o peso do ressentimento naquela fala. “Jamais imaginaria que depois dos nossos debates nós nos encontraríamos aqui”. (*Época Negócios, 29 de agosto de 2016*).

**SD 24:** “Aécio Neves não é um cara esperto, mas acha que é (...) Essa infantilidade de caráter se configura, na vida política do senador mineiro, como um misto de arrogância e **ressentimento**. Quando vence uma disputa, apenas consagra a distinção que julga merecer de nascença. Quando é derrotado, insiste em questionar o resultado e, na efetivação da perda, recolhe a bola ou tenta virar o tabuleiro e espalhar as peças”. (*Brasil de Fato, coluna de João Paulo Cunha, de 26 de abril de 2016*)

**SD 25:** “O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) rebateu a declaração do senador Aécio Neves dada ao jornalista Roberto D’Ávila, no canal GloboNews, que afirmou ter perdido a eleição para um “organização criminosa”. No plenário da Câmara dos Deputados, o parlamentar petista criticou o tucano, derrotado pela Presidenta Dilma, afirmando que ‘esse tipo de postura’, além de estimular o ódio e revelar um **ressentimento**, demonstra que Aécio Neves tem dificuldades em conviver com o resultado das urnas”. (*Conversa afiada, blog de Paulo Henrique Amorim, 02 de dezembro de 2014*)

No início do mês de dezembro de 2015, Michel Temer escreveu a Dilma uma carta que “supostamente” não era para ter vazado, mas que acabou repercutindo no AIE da mídia nacional e internacional. Nesta carta, o vice manifesta que se sente negligenciado, não assistido pela presidente, conforme é possível verificar nos trechos a seguir:

**SD 26:** “Esta é uma carta pessoal. É um **desabafo** que já deveria ter feito há muito tempo (...) Entretanto, sempre tive ciência da **absoluta desconfiança** da senhora e do seu entorno em relação a mim e ao PMDB. Desconfiança incompatível com o que fizemos para manter o apoio pessoal e partidário ao seu governo (...) **Isso tudo não gerou confiança em mim**. Gera **desconfiança e menosprezo** do governo (...) Passei os quatro primeiros anos de governo como **vice decorativo**. A Senhora sabe disso. **Perdi todo** protagonismo político que tivera no passado (...) **Jamais** eu ou o PMDB fomos chamados para discutir formulações econômicas ou políticas do país; éramos **meros acessórios, secundários, subsidiários** (...) **Quis**, portanto, **desvalorizar-me** (...) sou Presidente do PMDB e a **senhora resolveu ignorar-me** (...) Tudo isso tem significado **absoluta falta de confiança** (...) Finalmente, sei que a **senhora não tem confiança em mim e no PMDB, hoje, e não terá amanhã. Lamento**, mas esta é a minha convicção”. (*Trechos da carta enviada por Temer a Dilma em 07 de dezembro de 2015*).

A leitura de alguns trechos da carta enviada por Temer a Dilma nos revela, à luz do dispositivo teórico o qual estamos trabalhando, um típico caso de ressentimento. Como o ressentido busca inconscientemente por culpados, os quais, segundo ele, são os reais protagonistas de seu sofrimento, ele acaba por substituir a falta pelo prejuízo, o que o posiciona próximo ao narcisismo. Ao atingir esse estágio, estamos lidando com um sujeito que apresenta uma autoestima muito abaixo dos padrões aceitáveis (mesmo que aparente o contrário), flertando de maneira arriscada com o patológico.

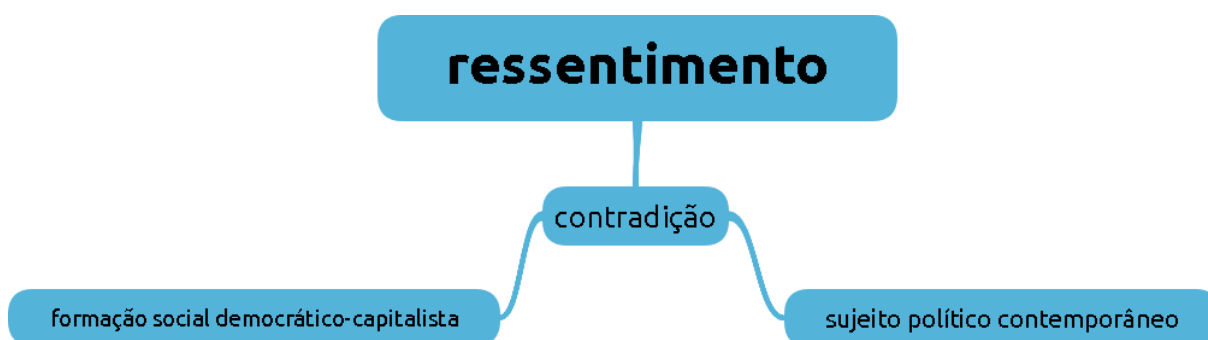
Entendemos ser este o caso de Temer. O vice, à época, não suportando mais a angústia que o afetava, resolveu queixar-se publicamente (apesar de enfatizar que a carta tinha sido encaminhada diretamente a Dilma, em caráter pessoal e sigiloso, portanto, sem a intenção de publicizá-las ao grande público).

Porém, a carta e seu conteúdo ressentido vazaram. Vazaram e significaram. E, por meio dela, a culpada pelas reclamações do peemedebista, por seu não reconhecimento, pelos prejuízos que toda aquela situação estava representando a ele tinha sido encontrada: era a

própria Dilma. A reclamação, a forma de expressar o prejuízo que o acometia há anos, teve que vir à moda antiga, demonstrando todo o sofrimento que o angustiava.

Ele parecia, inclusive, antever e/ou desconfiar o quanto Dilma (des)confiava dele, visto a quantidade de vezes que estas palavras são repetidas, reiteradas. O repertório de queixas e lamentações foi bem escolhido: ‘É um **desabafo** que já deveria ter feito há muito tempo’; ‘**Isso tudo não gerou confiança em mim**’; ‘Passei os quatro primeiros anos de governo como **vice decorativo**’; éramos **meros acessórios, secundários, subsidiários**; ‘**Quis, portanto, desvalorizar-me**’; ‘sei que a **senhora não tem confiança em mim e no PMDB, hoje, e não terá amanhã. Lamento**, mas esta é a minha convicção’.

Esquema 8 – Contradição e ressentimento



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

E é dessa forma passiva (apesar de não parecer) que se instala a tal ação reativa do ressentido. A ação/reação do vice é frágil, digna de um sujeito fraco. E, no caso, a fraqueza não se refere ao pensamento nietzscheano, que associava o afeto aos ditos fracos, relacionando-o diretamente aos escravos, ou a qualquer outro indivíduo desprestigiado pelo sistema econômico vigente.

As semelhanças nas ações de Temer e de Aécio representam discursivamente uma falha no ritual, especialmente se pensarmos em um universo minimamente estabilizado, como parecia ser o campo do ressentimento. A reação, o res(sentir) de Temer, beira ao ridículo, temática abordada por Márcia Tiburi (2017, p. 33), quando esta enfatiza que, assim como o ridículo político, o ressentimento pode ser comparado a “um poço no qual se mergulha com a ponta dos pés ou até o pescoço”.

Podemos compreender o ressentimento como um verdadeiro peso morto, o qual força o sujeito afetado por este sofrer a se portar e a desenvolver um discurso excessivamente vitimizado. O próprio Nietzsche, no livro *Assim falou Zaratustra*, cria um jogo metafórico entre a figura do morto e do ressentido, entendendo que nos dois casos há o peso da morte,

representado pelo sentir/queixar-se ininterrupto. A melhora viria da capacidade de reconhecer o quinhão de culpa que pertence exclusivamente ao ressentido, assumir a angústia, a sensação de desamparo, enfim, responsabilizar-se e, com isso, reconhecer ser ele o real algoz de si mesmo e o mais genuíno causador da própria dor que o aflige.

As lamúrias de Temer, o sofrimento sentido por ele há anos, justamente por ter sido preterido, desmerecido, irrompe no fio do discurso, fazendo res(significar)/res(sentir). Pode-se ousar dizer que as partes selecionadas para análise trabalham uma certa regularização dos sentidos, tendo o sofrimento, a queixa reiterada, o prejuízo, como tônicas que preponderam no documento “vazado” do início ao fim.

Ao sabermos que o ressentimento não ousa dizer seu nome, temos a prova disso na própria atitude de Temer (pelo menos a que foi apresentada pelo próprio), de que a carta seria restrita, sigilosa e não deveria ter ganhado dimensão na mídia, o que conduz à leitura de que ele se queixaria somente a ela, quase que em segredo. Essa reunião de fatores, que acabam por demarcar uma certa dose de regularidade na rede de sentidos intradiscursiva, revela-nos que uma rede de saberes e sentidos estava ali latente, aguardando o momento certo para ser liberada, deflagrada.

Porém, mais uma vez a contradição e/ou paradoxo se mostra(m). E se mostra(m) no fato de que apesar de Temer querer/precisar demonstrar o que sentia, existia também a vontade de que este afeto permanecesse escondido. É como se o fato de ter sido amplamente midiaticizado pudesse retirar a possibilidade de queixar-se novamente e, com isso, manter o recalque ativo.

A repetição, o sentir novamente, a insistência da queixa típicas do ressentido inauguram, por estes gestos, o gozo. A falta causada pelo ressentimento, mesmo que simbólica, próxima, portanto, do real, se expressa no sujeito como uma falta real, instaurando a condição desejante que se frustra e se queixa, fazendo com que a repetição seja fonte perene de gozo. Uma queixa reiterada que não tem como objetivo ser suprida. A partir disso, podemos compreender que o ressentido se fixa nos meios, sem almejar os fins.

Ao trabalharmos o ressentimento junto à realidade democrática, esta entendida como “resultado da construção/rememorização cotidiana de concepções de mundo que não se inauguram nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas sem que haja percepção crítica desse processo” (Mariani, 1998, p. 27), destacamos que a possibilidade de um segmento social considerado inferior ressentir-se está ligada a uma suposta promessa de igualdade dentro do plano simbólico, entendendo o não-cumprimento desta como uma

privação. A queixa, portanto, que representa uma perda, pode ser concebida como privação. Instaura-se, mais uma vez, o paradoxo, em que acontece a falta real de algo simbólico.

A falta que acomete o ressentido, sendo, pois, da ordem da privação, não advém dele enquanto sujeito em si, já que sua morada está no real. Esta falta, logo, é fictícia, imaginária. Por seu turno, a igualdade prometida pelos valores democráticos não deve ser entendida como uma conquista da classe considerada inferior (dominada), mas, sim, como algo presenteado pela classe superior (dominante).

O ressentimento, a partir do exposto, estaria, no âmbito social, fundamentado no fato de que o esperado era a igualdade entre os sujeitos, e não a desigualdade, algo interpretado como injusto, não aceito, e, por isso, digno de queixa, reclamação renovada. A falha no ritual democrático, representada pela desigualdade não esperada e excessivamente carregada de expectativas, irrompe no sujeito ressentido como um furo permanente, ocasionando a falta nunca mencionada, mas sempre depositada no outro.

Ao compreendermos a neurose como sendo o “paradigma da subjetividade moderna” (KEHL, 2001), nos deparamos com um sujeito que busca, a cada instante, e de maneira insensata, usufruir de sua individualidade, conseguida às custas de um estilo de vida considerado civilizado - no qual o Estado concede algumas características como proteção e segurança -, permitindo ao sujeito focar-se mais em seus desejos e deixar questões da coletividade nas mãos do ARE.

Encontramos aqui o cenário perfeito para a instauração do sujeito do ressentimento, no qual este se encontra liberto de seus deveres enquanto pertencente a um coletivo, para dedicar-se quase que exclusivamente à satisfação de suas vontades, de seus prazeres. O ressentimento aparece, neste contexto, como conceito fundamental para auxiliar na compreensão de certas promessas feitas pelo regime democrático e que, pelos mais variados motivos, não conseguiram ser efetivadas no seio da vida social.

A contradição instaurada pela luta de classes, perceptível nas desigualdades de âmbito político, econômico e social, é atravessada por este afeto, determinando as circunstâncias nas quais os fatos ocorrem. Entendemos, pois, que o ressentimento atua como uma das respostas possíveis às inúmeras questões atinentes ao campo da política.

No caso do Brasil, foco deste trabalho, ressaltamos a aproximação entre o ressentimento e o sentimento de inferioridade manifestado pela sociedade brasileira. Essa associação já é estudada por outros campos do saber, e corrobora para a instalação deste afeto como algo presente em vários momentos da história nacional, sendo o motivador, em maior ou menor grau, de atitudes/ações dos mais variados tipos.

Buscamos, com isso, estabelecer o ressentimento como um afeto de abrangência social, que aparece como consequência de sujeitos marcados pela submissão voluntária e pela dependência da figura do Estado. Percebe-se, por este viés, conflitos incitados pela luta de classes, pelas relações de poder e de força combinadas na figura de um Estado - repressor e ideológico - segundo Althusser (1980a) no qual estão imersos sujeitos passivos e culpados (pela ótica nietzscheana), resignados, portanto, a um certo grau de obediência moral que os limita consciente e inconscientemente em sua vontade de potência.

O ressentimento seria o resultado quase que inevitável dessas tensões de ordem interna e externa vivenciadas pelos sujeitos nas sociedades consideradas civilizadas. O Estado democrático-capitalista, portanto, seria um palco fértil para a instauração deste afeto:

(...) o ressentimento é uma constelação afetiva que serve aos conflitos característicos dos indivíduos e dos grupos sociais no contexto das democracias modernas. Não por acaso, o ressentimento só se tornou objeto de reflexão filosófica a partir do século XIX (...). (KEHL, 2004, p. 205).

Contudo, seguindo a ótica nietzscheana, esse sentimento estaria próximo do lado mais fraco da luta de classes, sendo manifestação típica das classes dominadas. Contrariando, pois, essa perspectiva, temos o caso de Aécio Neves e de Michel Temer, como representantes de partidos políticos comprometidos com as classes dominantes, os quais subverteram a lógica preconizada por Nietzsche, manifestando publicamente atitudes consideradas ressentidas.

É possível perceber algo que foge à regra das políticas do ressentimento no caso de Aécio e de Temer. O Estado democrático-capitalista aqui, continua a falhar em sua promessa de promover a igualdade entre os sujeitos; continua incentivando a elite irresponsável em seus rompantes megalomânicos, porém, o que se percebe não são os fracos, economicamente falando (como era de se esperar), que transformaram suas angústias em sofrimento. O recalque<sup>10</sup>, gerador do ressentimento, desta vez, mudou de lado e afetou quem antes dele parecia estar protegido.

A explicação talvez esteja amparada, em alguma medida, na relação torta estabelecida entre os sujeitos e a identidade nacional, ou seja, na relação simbólica/imaginária do indivíduo

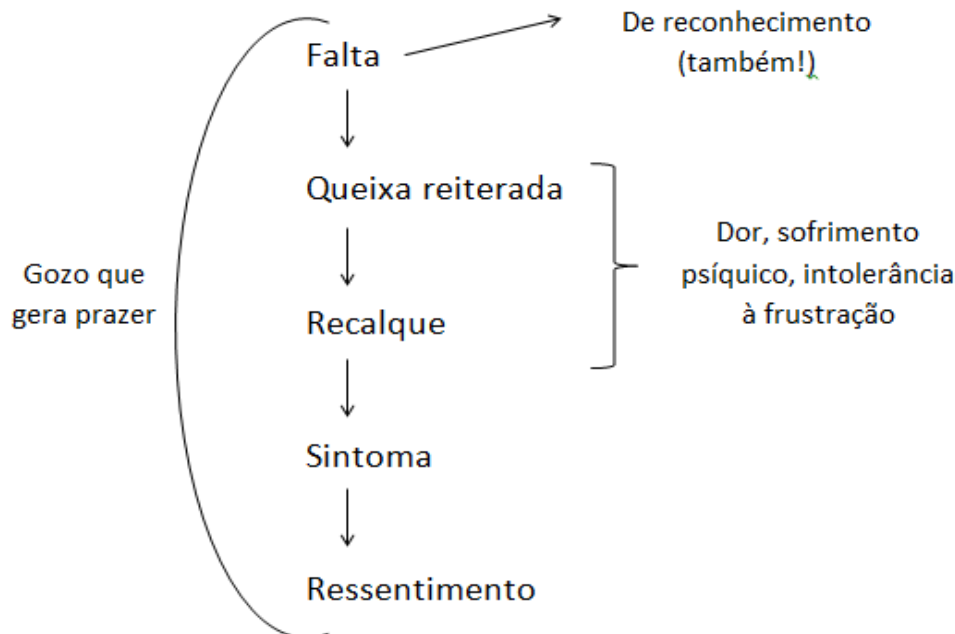
---

<sup>10</sup> Recalque é um dos conceitos fundamentais da psicanálise, tendo sido desenvolvido por Sigmund Freud. Denota um mecanismo mental de defesa contra ideias que sejam incompatíveis com o eu. Freud dividiu a repressão psicológica em dois tipos: a repressão primária, na qual o inconsciente é constituído; e a repressão secundária, que envolve a rejeição de representações inconscientes. A repressão é o processo psíquico através do qual o sujeito rejeita determinadas representações, ideias, pensamentos, lembranças ou desejos, submergindo-os na negação inconsciente, no esquecimento, bloqueando, assim, os conflitos geradores de angústia.

com seu país, refletindo uma nação marcada pela baixa autoestima, pela desvalorização do que é nosso, em detrimento ao que vem de fora.

Sendo a instauração do ressentimento no sujeito advinda de uma demanda prioritariamente inconsciente, a constatação provisória que fazemos nos coloca diante do que Pêcheux (1988 [1975]) conceituou como sendo uma falha no ritual, pois, segundo nossos movimentos preliminares de análise, aqueles que pareciam imunes aos efeitos do ressentimento, conheceram nele seu afeto norteador: a elite nacional, a classe dominante e privilegiada. Temos, com isso, o ressentimento atuando como um importante ator de questões atinentes à seara política, especialmente nas sociedades democrático-capitalistas.

Esquema 9 – O ciclo do ressentimento



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

É importante salientar que a presença/ausência do ressentimento no objeto investigado por este trabalho ultrapassa sua simples ocorrência enquanto um afeto passível de ser manifesto pelo sujeito na contemporaneidade, para alçar-se ao estatuto de uma das condições de produção relacionadas ao processo de impeachment/golpe ocorrido no Brasil, em 2016.

As condições de produção são compreendidas como o cenário no qual determinado acontecimento se desenrola, pelo viés discursivo. A conjuntura, as contingências, a própria formação social delineiam as diversas formas de os sujeitos se inserirem em determinadas temáticas, identificando-se e posicionando-se. Estes movimentos são possíveis porque todos os sujeitos são atravessados e constituídos por inúmeras formações ideológicas (assim como

são afetados pela ação invisível do inconsciente). Esses fatores alinhados contribuem para a constituição de uma verdadeira teia de sentidos.

Esta relação de pertença a um coletivo faz com que o indivíduo seja interpelado, inevitavelmente, pela ideologia, sendo esta percebida como condição essencial para que ele se torne sujeito de seu discurso. A partir deste movimento de afetação pelo ideológico, o sujeito consegue/precisa submeter-se livremente tanto às condições de produção quanto ao que lhe é estabelecido previamente por uma ordem superior, apesar de parecer ser o autor deste ato, ou seja, apesar de ter a ilusão de possuir alguma autonomia (PÊCHEUX, (1993) [1969]).

As relações, portanto, do sujeito com o que está ocorrendo em seu entorno estabelecem as condições de produção dos discursos. Vale ressaltar que a interação (externa) do sujeito com as situações que o circundam não é a única a lhe afetar. O movimento que se estabelece é de uma troca, ou seja, o sujeito expressa, sem perceber, algo que ele mesmo não reconhece e isso pode ser fator determinante para a ocorrência de determinados atos. É como se o sujeito trouxesse para o fio do discurso, pela ação impossível de ser vislumbrada e compreendida pela razão consciente, as marcas do que lhe aflige e o constitui em seu âmago.

Essas marcas não possuem dimensão visível e, portanto, não conseguem ser claramente identificáveis, mas, apesar disso, demarcam o agir deste sujeito na vida em sociedade. E é justamente dessa forma que enxergamos o ressentimento, manifestado por Aécio Neves e Michel Temer, como uma das condições de produção do impeachment/golpe de 2016.

Este afeto, que parte diretamente da relação do sujeito com seu inconsciente, pela sua própria forma de atuar, como vimos, não é possível de ser identificado e nem nominado a olho nu. Essa invisibilidade é tão forte que acomete o próprio ressentido. Mas, quando este sujeito vai para o coletivo e expressa seus posicionamentos, acontece a manifestação, seja esta velada ou amplamente publicizada, do ressentimento que o afeta e que acaba por constitui-lo nas diversas relações sociais, sempre à revelia de sua vontade.

No próximo capítulo, no qual versaremos sobre o cinismo, outras condições de produção relativas ao impeachment/golpe de 2016 serão abordadas, como a atuação dos AIEs jurídico e da mídia e o próprio cenário político da época.



### 4.3 DIFERENÇAS ENTRE RESENTIR E VINGAR-SE

A palavra ressentimento, em sua etimologia, significa tornar a sentir, ou seja, (res)sentir. Mas sentir novamente o quê? Algo doloroso, uma lembrança que não foi sentida o suficiente e que pode ser considerada uma mágoa, à primeira vista. Kehl (2004, p. 12) nos diz que “o ressentido não é alguém incapaz de esquecer ou de perdoar; é um que não quer se esquecer, ou que ‘quer não se esquecer’, não perdoar, não deixar barato o mal que o vitimou”.

O ressentido, portanto, vê-se envolto por uma série de sentimentos, quais sejam: vingança, ciúmes, inveja, rancor, raiva, entre outros. Porém, o ressentimento não pode ser considerado sinônimo de nenhum destes sentimentos/afetos. Ele pode ser concebido como uma das possibilidades que o sujeito encontra para significar a si mesmo, nos planos psicológico, mental e sentimental, a partir de determinadas experiências vividas. Por isso ocorre o retorno ininterrupto e exaustivo à situação e/ao afeto gerador.

Há de se ter, contudo, muito cuidado ao, por exemplo, considerar o ressentido como um sujeito movido pelo ímpeto da vingança. Isto porque a diferença decisiva entre os dois tipos está no fato de o vingativo não manifestar pudor em admitir que pretende se vingar, ao contrário do ressentido, que, como regra, não se reconhece como tal.

Nietzsche reitera que no ressentimento o que ocorre com o sujeito é uma vingança adiada e, frente a isso, podemos complementar que essa vingança será transferida indefinidamente, visto que, em muitos casos, não existe sequer a recusa do sujeito ao ser considerado ressentido, isso porque ele próprio desconhece estar à mercê deste afeto: “(...) o maior prejudicado pelo ressentimento é o próprio doente que, sob o efeito de uma espécie de encantamento, parece não poder mais sair do círculo que esse tipo de reação traça em torno dele” (PASCHOAL, 2014, p. 64).

O fato de sentir repetidamente algo que o aflige, até pode perturbar o ressentido, mas não ao ponto de produzir necessariamente uma atitude que faça com que esse afeto seja manifestado (identificado pelo próprio sujeito). Por esta razão, consideramos, para fins deste trabalho, que ressentimento e vingança são dois afetos distintos, sendo possível apenas aproximá-los num primeiro momento, mas tendo o cuidado de traçar uma clara linha de separação entre seus conceitos e abrangência.

Abordaremos estas diferenças a partir das SDs elencadas neste capítulo, nas quais apresentaremos o que nos move a considerar o ressentimento não apenas como um afeto

possível de se manifestar no sujeito, mas também passível de ser considerado como um sintoma social da contemporaneidade.

A título de comparação entre o que concebemos como vingança, em oposição ao ressentimento, elencamos, abaixo, SDs que retratam as atitudes e o *modus operandi* de uma figura decisiva no cenário do impeachment/golpe de 2016: o presidente da Câmara dos Deputados à época, Eduardo Cunha:

**SD 27:** “Processo aberto por vingança: Para Cardozo, Cunha decidiu abrir o processo de impeachment porque o PT votou pela continuidade de processo que investiga o peemedebista no Conselho de Ética (...) ‘Conforme fartamente documentado pela imprensa, a decisão do presidente Eduardo Cunha não visou o cumprimento da Constituição. Os fatos ficaram claros. A sua excelência senhor Eduardo Cunha usou da sua competência para fazer uma vingança e retaliação à chefe do Executivo porque esta se recusava a garantir no Conselho de Ética os votos que seu partido poderia lhe dar para que não fosse processado’”, disse. (*G1, de 04 de abril de 2016*)

**SD 28:** “Defesa de Dilma: impeachment é falho e uma “vingança” de Cunha (...) O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, escolheu o termo “vingança” para descrever a motivação do processo em curso. Cardozo disse que o impeachment só começou seu caminho na Câmara por represália do presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que fora abandonado pelos três deputados petistas no Conselho de Ética que avalia a quebra de decoro do peemedebista (...) ‘O presidente da Câmara usou de sua competência para fazer vingança à chefe do Executivo’, bradou ao microfone Cardozo durante uma reunião tensa”. (*El País, 05 de abril de 2016*).

**SD 29:** “Em entrevista exclusiva ao SBT Brasil nesta segunda-feira, o presidente Michel Temer admitiu que o ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha tenha agido por “vingança” ao deferir o pedido de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff. Mas ressaltou que foi um processo “avassalador” e que, se Cunha não o tivesse feito, o caso chegaria ao plenário, que pediria o afastamento da presidente. ‘Esse episódio não anula o impeachment’, disse Temer. O presidente disse que se houve “subjetividade” no gesto de Cunha, não foi o que conduziu os deputados e senadores que aprovaram o impeachment. Acrescentou ainda que houve aval do Supremo Tribunal Federal”. (*Valor Econômico, de 17 de abril de 2017*).

Eduardo Cunha tinha em suas mãos a chance de permitir ou não que o processo de afastamento de Dilma fosse votado na primeira casa que compõe o Congresso Nacional. Tentou barganhar, demonstrando o poder que detinha em suas mãos, ao propor que o Partido dos Trabalhadores ficasse ao seu lado, o que impossibilitaria a abertura de um processo que visava investigá-lo por corrupção. Ao perceber que suas tentativas seriam em vão, tomou uma atitude ativa e não reativa: vingou-se, aceitando a admissão do pedido de impeachment para posterior votação na Câmara dos Deputados.

Percebemos, a partir da atitude de Cunha, apresentada nas SDs 27 e 28, uma importante característica que faz uso do mecanismo da vingança, diferentemente do agir de quem é afetado pelo ressentimento. O deputado expressa sua queixa para além de uma simples reclamação. Ele não se coloca como vitimado. Ao contrário, ele age, de forma ativa.

O ressentido não consegue ser protagonista de seus atos, pois gasta todas as suas energias buscando identificar culpados externos. Ele brada, muitas vezes, em alto e bom tom, que foi injustiçado, mas nada além disso consegue fazer para livrar-se deste sofrimento. O

vingativo, ao contrário, é o personagem central de seus atos. Ele não apenas brada. Ele faz. Este sujeito, definitivamente, não é abalado pela covardia moral expressa por Freud.

O próprio Michel Temer, na SD 29, assume que Eduardo Cunha foi motivado pela vingança, apesar de logo depois ele mesmo entrar em contradição ao afirmar que os políticos que votaram pela saída de Dilma até poderiam estar motivados por causas de ordem subjetiva, mas que estas não foram decisivas.

Se Temer identifica subjetividade no ato de vingança de Cunha, porque os demais deputados estariam isentos de agir sob valores predominantemente subjetivos, parecidos com os manifestos pelo próprio presidente da casa legislativa? A contradição se mostra na tentativa de Temer em afastar o sujeito de sua subjetividade. É equivalente a não querer mais que o inconsciente atue, simplesmente pela vontade racional do sujeito.

Não podemos e nem conseguimos nos afastar de nossa subjetividade pelo simples ato de querer, pois, ao pensarmos discursivamente, isto equivale a apartarmos os traços ideológicos e inconscientes que nos constituem enquanto sujeitos. Conforme já nos disse Althusser (1980b, p. 79) “a ideologia é eterna, como o inconsciente”. O sujeito discursivo, desse modo, apenas assim o é por suas marcas de subjetividade únicas, ou seja, por sua dupla interpelação/afetação advindas das esferas do ideológico e do inconsciente.

A partir das diferenças entre o ressentimento e a vingança apresentadas até aqui, podemos ressaltar que a compreensão de atitudes/ações ressentidas, para além de manifestarem uma reação passiva do sujeito, evidencia, também, uma falta de reconhecimento. O ato de ser reconhecido, assim como suas consequências na vida em sociedade, foi estudado pelo sociólogo Axel Honneth (2003).

Esquema 10 – Diferenças entre ressentimento e vingança



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

O ressentimento, enquanto afeto reativo, convoca uma reação refletida exclusivamente no ato de queixar-se. A passividade, com isso, deve-se ao fato de que essa queixa não se transforma em atitudes práticas, que ultrapassem o simples lamento queixoso. Não existe,

portanto, a busca por transformar as condições que produziram o agravo/prejuízo, o qual culminou com o recalque e a posterior instauração de algo sintomático - visto que estamos trabalhando com a hipótese de ser o ressentimento um sintoma.

O sujeito ressentido é, ao mesmo tempo, revoltado e submisso. Essa estranha contradição o (res)significa, e o movimento adotado por ele, apesar de sentir-se culpado, caracteriza-se essencialmente por não admitir sua culpabilidade e tentar, de forma insistente, depositá-la no outro. Seu intuito é, com este gesto, tentar deslocar o peso que carrega por sua inapetência, ou, como diria Nietzsche, sua limitada vontade de potência.

E essa passividade denota a existência de um gozo, mas este, por sua vez, não almeja uma solução (daí a passividade). Frente a isso, o que temos é o instalar da contradição vivenciada rotineiramente por este sujeito, retroalimentando-se de sua fraqueza subjetiva. E esta falta de reconhecimento público, portanto, do outro, pode ser vislumbrada em diversas instâncias do convívio social.

O ressentimento, em face do exposto, está atrelado à sensibilidade excessiva, à vulnerabilidade. Para fins deste trabalho, entendemos a falta de reconhecimento como uma das causas do ressentimento e sobre ela faremos algumas considerações mais aprofundadas, as quais serão melhor trabalhadas a partir de agora.

#### 4.4 SER RECONHECIDO PODE EVITAR O RESSENTIMENTO?

Axel Honneth é um filósofo alemão que trata a respeito do reconhecimento, relacionando-o a questões morais, dentro da esfera social. O autor tem como base os ensinamentos de outro filósofo, considerado por muitos como um dos mais importantes da história: Hegel.

Honneth atrela temáticas de caráter universalista a questões próprias à singularidade dos sujeitos. Em seu livro *Luta por reconhecimento* (2003), ele trabalha com diversas situações nas quais se trava uma real luta pelo reconhecimento cotidiano, baseada em ações morais que atuam no desenvolvimento dos sujeitos em suas relações com os outros.

Este reconhecimento necessário a todo e qualquer sujeito se daria de três formas que, por seu turno, se manifestam de três modos: 1. relações primárias, relativas ao amor e à amizade, refletindo uma dedicação emotiva e, por consequência, trabalhando a autoconfiança;

2. relações jurídicas, atinentes à esfera dos direitos individuais e coletivos, nas quais aparece o respeito cognitivo, refletindo, portanto, no autorrespeito e 3. comunidade de valores, relacionada ao sentimento de solidariedade, a qual se vislumbra a autoestima.

A sociedade, como um corpo orgânico atravessado pela intersubjetividade, precisa respeitar e funcionar tendo como bússola “(...) o imperativo de um reconhecimento recíproco, porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais” (HONNETH, 2003, p. 155).

Compreendemos, com isso, que o processo de individuação, de autoconhecimento, necessita - para além de um melhor conhecimento de si enquanto membro social - de forma imprescindível, da existência de relações de reconhecimento mútuo. O pesquisador ressalta que a mola propulsora dos processos de interação social é o conflito, e este, obrigatoriamente, deve passar pelo reconhecimento.

Frente ao que foi abordado até aqui conseguimos perceber o quanto o reconhecimento recíproco é importante para a aquisição de uma estrutura psíquica considerada aceitável, minimamente saudável, não permitindo, pois, a instauração de afetos e de reações consideradas negativas e, portanto, maléficas ao sujeito.

Quando alguma dessas etapas não acontece de maneira satisfatória, surge algo que Honneth (2003) denominou como lacuna psíquica. Ela seria o espaço aberto, a brecha, o furo no sujeito, que não consegue obter satisfatório reconhecimento em alguma(s) ou em todas as três esferas enunciadas, abrindo espaço para a instauração das reações emocionais negativas, nas quais vamos incluir o ressentimento.

Este afeto, por sua vez, traduz-se na forma de sintoma, reflexo, pois, de um recalque causador de intenso sofrimento ao sujeito. Além disso, ele atua como manifestação psíquica de alguém que foi acometido por um agravo, uma privação, e que busca ressarcimento frente a esta falta de reconhecimento social. Esse recalque, que mascara uma falta, retorna ao sujeito via sintoma, e se manifesta como ressentimento. É exatamente isso que podemos vislumbrar nos atos de Aécio Neves e Michel Temer.

Cabe aqui uma rápida reflexão acerca dos possíveis danos que a falta de reconhecimento pode causar em sociedades democrático-capitalistas, como a nossa. Honneth aborda essas questões em vários âmbitos da vida coletiva em seu livro, visando ao entendimento acerca das mudanças sociais proporcionadas pelas relações dos sujeitos com o capital.

O filósofo trabalha assuntos nos quais os papéis do Estado e do mercado são questionados, inter-relacionando os objetivos destes dois atores frente às necessidades humanas, principalmente no que tange aos aspectos moral e social. Em face disso, podemos dizer que o capitalismo possibilita, por sua limitada preocupação com os seres e suas amplas necessidades para além do material, a instauração de um cenário propício para que se desenhem os mais variados tipos de conflitos considerados problemáticos na relação sujeito-sujeito e sujeito-sociedade.

Com isso, o que podemos esperar são inúmeras lacunas psíquicas se formando nos/pelos sujeitos, por não verem suas necessidades serem atendidas pelas instituições, apesar de existir a promessa latente, por parte da democracia, de que todos são iguais e terão seus anseios garantidos por lei, ou seja, atendidos na prática, em suas vidas cotidianas.

Mais uma vez percebemos a relação desproporcional, desmedida, que rege sociedades que conjugam (ou tentam conjugar) valores de ordem capitalista e democrática. As necessidades do sujeito seriam, teoricamente, atendidas por um sistema democrático que estivesse em pleno funcionamento (à moda de Marx). Porém, o que se vê, na prática, são os princípios que regem o sistema capitalista atuando de maneira prevalente, ostensiva.

A democracia existente em países como o Brasil, mais uma vez, mostra sua fragilidade e, com ela, vemos todos os valores sociais sendo colocados em segundo plano, o que abre uma fenda confortável e bastante propícia à instalação do ressentimento. Temos, a partir disso, as atitudes de Aécio, ao perder as eleições de 2014 e a emblemática carta de Temer, “acidentalmente” vazada na mídia, como exemplos de como a falta de reconhecimento pode desencadear ações/atitudes ressentidas.

Aécio não podia ser presidente no lugar de Dilma, não após perder as eleições. Esta manobra seria algo impossível dentro do sistema democrático. Mas ele não se contentou e desde que os resultados foram publicizados, tratou de reagir ao que não lhe convinha, ao que lhe frustrava, no caso, perder as eleições. Ao não ter seu primeiro pedido aceito (recontagem dos votos), partiu para as redes sociais e começou novamente uma campanha, desta vez para convocar as pessoas, que estavam descontentes com a situação do país, a irem às ruas protestar.

Mas o protesto, a convocação virtual e as manifestações em si não fariam dele presidente. Mesmo assim ele precisou continuar se queixando. E o fez. Repetidas vezes. Dizia que era para combater a corrupção e defender o Estado democrático. O ressentimento jamais permite que usem seu nome em vão...

De forma similar o fez Michel Temer. Estava insuportável permanecer calado e não reivindicar seu devido lugar como vice-presidente da República. Como é um homem à moda antiga, resolveu escrever uma carta à Dilma. Nela, demonstra toda sua insatisfação por ser tão somente um vice decorativo. Por não ter sido acionado. Por nunca terem lhe dado o valor que julgava merecer.

Ele também precisava se queixar. E o fez. Repetidas vezes ao longo da carta. De diferentes formas. Dizia que estava cansado de ser preterido. O ressentimento jamais permite que usem seu nome em vão...

Ao longo de todas essas lamentações encenadas por Aécio e Temer, não houve abalo aos valores e preceitos democráticos (pelo menos até aquele momento). Nenhum deles podia ter a certeza, à época, acerca do sucesso no empreendimento do ‘projeto impeachment’. Isso porque suas obstinações mais íntimas não tinham garantia alguma de que seriam atendidas.

Aécio sabia que não seria possível ser presidente no lugar de Dilma e Temer termina a carta conformado de que nada se alteraria com sua condição ornamental. Mesmo assim, por que calar-se? É preciso parecer que estamos tentando mudar as coisas, sem que, de fato, nada se altere. É preciso parecer ativo, mas ser, de fato, reativo. É preciso parecer que se está usando da liberdade de expressão garantida pela democracia, mas ser, de fato, apenas um sujeito frustrado ao qual só restou reclamar. É preciso parecer que o alvo é a corrupção e a negligência por parte de alguns, quando, de fato, o que está em jogo é algo que não se pode nomear, pelo simples fato de ser invisível a quem está por ele afetado:

O ressentimento social também viceja entre grupos ou classes que perderam seus privilégios históricos, sobretudo em se tratando dos herdeiros da geração dos conquistadores, que consideram seus privilégios como direitos adquiridos (...) os ressentidos que perderam seus privilégios julgam a nova classe em ascensão como usurpadores de seus direitos naturais, repetindo de maneira caricata e inconsciente o ressentimento da criança que se vê deslocada do lugar de único objeto de amor dos pais, diante do nascimento de um irmão mais novo (...). (KEHL, 2004, p. 222).

Como sujeitos que perderam seu lugar por/de direito, falam Aécio Neves e Michel Temer, os quais acabam por representar o sentimento da classe dominante no Brasil. Esta, identificada com uma ideologia de direita, viu-se afrontada pela ascensão democrática e legítima tomada de poder de um partido de esquerda, representante das classes dominadas.

Chegar ao mais alto cargo de poder em uma sociedade democrática, pela vontade popular, por quatro vezes consecutivas, foi demais para o ego da elite/direita brasileira. Foi preciso tomar uma atitude, ou melhor, foi preciso “parecer” ter tomado uma atitude. Foi

preciso aparentar ser protagonista, quando, na verdade, se era tão somente uma vítima de si mesmo. Foi preciso se expor, para tentar esconder a dor. Foi preciso repetir para que o recalque se instalasse.

Essa memória que insiste em permanecer latente, na qual as lembranças não são superadas, em que o repetir incessante é regra, torna-se o lugar ideal para a instalação do ressentimento enquanto sintoma. Sofrimento e injustiça invadem a memória e fazem com que o ressentimento esteja sempre ativo, instaurando passado e presente em um único tempo. “(...) a existência do ressentimento mostra o quanto é artificial o corte entre passado e presente - um vive no outro, o passado tornando-se presente, mais presente que o presente (...)” (FERRO, 2009, p. 14).

O sujeito ressentido sofre por não esquecer, por não superar a dor que um dia o afligiu e causou uma perda, uma falta. Essa inscrição permanente no campo da memória é fonte de um sofrimento que beira o insuperável. E essa inscrição marca o sujeito de tal forma que a ele só resta trazer este afeto do imaginário para o simbólico, abrindo espaço para que este buraco deixado pelo ressentir transforme-se em sintoma.

Podemos dizer que o fato de o ressentimento ser observável em dois sujeitos identificados com as classes dominantes conflita com o que enfatizou Nietzsche, quando este associou o ressentimento a um afeto que estava ligado aos fracos, aos escravos, portanto, a quem pertencia às classes dominadas. O ressentimento, no caso em que estamos analisando, não habita mais somente a senzala. Ele ousou e invadiu a casa grande. Seu caráter democrático fez-se perceber. A covardia moral freudiana, que pode ser aproximada do afeto do ressentido, parece ter mudado de lado.

Podemos dizer que temos, nesse caso, uma quebra, uma ruptura, uma real falha no ritual. Uma verdadeira rachadura nos sentidos circunscritos a um universo que parecia estar/ser logicamente estabilizado. Algo foge, portanto, do esperado, do pré-definido e irrompe no fio do discurso, denotando uma nova faceta do ressentimento na contemporaneidade. É chegada a hora, portanto, de sujeitos favorecidos pelo sistema democrático-capitalista demonstrarem suas fraquezas e queixarem-se publicamente. É a falha no ritual materializada discursivamente.

Leandro Ferreira destaca de que maneira o sujeito do discurso é entremeado por diversas brechas, que o constituem e, ao mesmo tempo, interferem e direcionam seus posicionamentos, denotando sua incompletude e, com isso, a presença/ausência da falta insuperável:



O sujeito estaria assim sendo afetado, simultaneamente, por distintas ordens e deixando em cada uma delas *um furo: o furo da linguagem*, representado pelo *equivoco*; *o furo da ideologia*, expresso pela *contradição*, e *o furo do próprio sujeito*, manifestado pelo *inconsciente*. Poderíamos aí fazer intervir uma outra tríade - a do real, a saber: o real da língua, o real da história e o real do sujeito. (LEANDRO FERREIRA, 2011, p. 344).

Ao enunciarmos um discurso, ocorre a ruptura com determinados acontecimentos, simultaneamente à retomada de outros. Os sentidos podem parecer regularizados, até cristalizados em algumas situações, mas, na verdade, estão sempre em movimento. Em nosso caso, ocorreu uma ressignificação, passando a constituir o que denominamos exceção à regra, ou, pela ótica da AD, uma falha no ritual.

A ideologia, que tem uma existência material, aparece como produtora de evidências, relacionando o sujeito às suas condições materiais de existência, refletindo seus anseios, faltas, falhas. “A ideologia representa a relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1980b, p. 79).

Isso ocorre porque os gestos de interpretação se atualizam, se renovam, se reciclam, provocando sentidos que se movem entre os sujeitos dentro de suas posições nas FDs: “(...) a questão crucial é construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no ‘não-importa-o quê’ de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal” (PÊCHEUX, 2016, p. 294).

A partir disso, podemos trabalhar com a ideia do ressentimento como sendo uma das maneiras encontradas pelo sujeito de exteriorizar algo recalcado, advindo da impossibilidade de concretizar uma vontade, um desejo, um objetivo. Seu alcance no corpo social não consegue ser mensurado, e a explicação pode estar na maneira como ele se molda/se esconde nas ações dos sujeitos: “(...) o ressentimento é mais intangível do que, digamos, a luta de classes ou o racismo (...)” (FERRO, 2009, p. 09).

Em termos psicanalíticos, podemos considerar que os afetados pelo ressentimento não sabem/conseguem trabalhar com a falta constitutiva presente em todo e qualquer sujeito. A sensação de angústia, de desamparo, de não sentido, o processo de aceitação do sofrimento e da dor, somados às incertezas próprias do viver em sociedade, podem contribuir para a instauração e a manutenção do ressentimento nos sujeitos contemporâneos.

#### 4.5 AFINAL, SERÁ O RESENTIMENTO UM SINTOMA?

Nosso objetivo neste capítulo é relacionar as noções de sintoma e ressentimento, isto porque entendemos ser o ressentimento um tipo de sintoma da própria sociedade contemporânea, o qual figura, pelas análises apresentadas, também, como uma das condições de produção do impeachment/golpe de 2016.

Iniciamos dizendo que o sintoma é um conceito que deriva de uma estrutura maior, desconhecida em essência por todos os sujeitos, podendo ser concebida como o mistério que nos governa: “(...) um conceito forjado no rastro daquilo que opera para constituir o sujeito” (LACAN, 1998, p. 844). O sucessor de Freud aproxima o inconsciente da falta constitutiva dos sujeitos ao afirmar: “o inconsciente não é ambiguidade de condutas, futuro saber que já se sabe por não se saber, mas lacuna, corte, ruptura que se inscreve em certa falta” (LACAN, (1985) [1964], p. 146).

Freud denominou o inconsciente de Aqueronte, o rio do inferno, local onde, segundo a mitologia grega, os desejos, os sonhos e as demais formações do inconsciente eram deixados. “Um sintoma é um sinal e um substituto de uma satisfação pulsional que permaneceu em estado jacente; é uma consequência do processo de recalque” (FREUD, (2014) [1926] [1925], p. 96).

O inconsciente, enquanto conceito, ainda é envolto por muitos enigmas. O pouco que dele sabemos se deve às chamadas formações do inconsciente, nas quais repousam os chistes, os sonhos, as parapraxias, os atos falhos, os sintomas. Estes são processos que coadunam aspectos tanto de ordem psíquica quanto simbólica. O sintoma, junto às outras formações, são entendidos como “significantes, inscritos na cadeia de um discurso inconsciente, dublando, em silêncio, ou seja, em voz ensurdecadora, no desconhecimento do recalque, a cadeia do discurso verbal do sujeito humano”. (ALTHUSSER, (1984) [1964], p. 63).

Lacan admite que foi Marx quem produziu o sintoma, concebendo-o como um afeto social, ao associá-lo à forma como nos relacionamos uns com os outros, mediados pela formação social capitalista: “(...) uma formação cuja própria consistência implica um certo não-conhecimento por parte do sujeito: o sujeito só pode ‘gozar com seu sintoma’ na medida em que sua lógica lhe escapa” (ZIZEK, 1996, p. 306).

O sintoma, portanto, pode ser entendido como o resultado de um embate de âmbito psíquico, de acordo com os estudos promovidos por Freud e Lacan. Ele expressa algo que

habita o inconsciente. Louis Althusser esboça seu pensamento a respeito do inconsciente e de suas relações com o discurso:

(...) Por aí, nos é dada uma abordagem conceitual sobre o inconsciente, que é, em cada ser humano, o lugar absoluto em que seu discurso singular procura seu próprio lugar, procura, falha, e, ao falhar, encontra seu próprio lugar, na imposição, na impostura, na cumplicidade e na denegação de suas próprias fascinações imaginárias. (ALTHUSSER, 1980b, p. 124).

De acordo com Lacan (1998) é possível associarmos o sintoma à metáfora, trabalhando pela viés da substituição. E se podemos entender o sintoma como algo de efeito metafórico, logo, podemos considerar que ele é capaz de produzir sentidos, discursivamente falando. Isso também vai ao encontro do que defendia Freud, ao afirmar: “o sentido do sintoma é um par contraditório de realizações de desejos”. (FREUD, (1996) [1899], p. 330).

Compreendemos o ressentimento, em nosso caso, como forma sintomática dos sentidos interditados/recalcados pelo sujeito se manifestarem. Seria, portanto, por meio da instauração do sintoma (ressentimento) que a possibilidade metafórica de produzir sentidos aconteceria, externada nas ações/atitudes expressas socialmente. O sintoma representa, metaforicamente, a maneira encontrada pelo sujeito de externar a angústia, a sensação de desamparo. Seria, pois, a maneira de buscar ter/fazer sentido no não-sentido da existência.

Esquema 11 – Ressentimento enquanto sintoma



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

O sentido, ou a possibilidade de existir sentido no não sentido existencial, auxilia na instauração do sintoma que, por ter efeito metafórico, possibilita múltiplas manifestações dos sentidos (efeitos). O sentido, portanto, produz e é produzido, em sua relação com o sintoma. O psicanalista Maurício Maliska (2017, p. 42) ressalta que “(...) é importante marcar no mínimo duas articulações do sentido com o sintoma, pois se por um lado ele produz

significação, na sua função de metáfora, por outro, ele é produzido como um significante oriundo do inconsciente”.

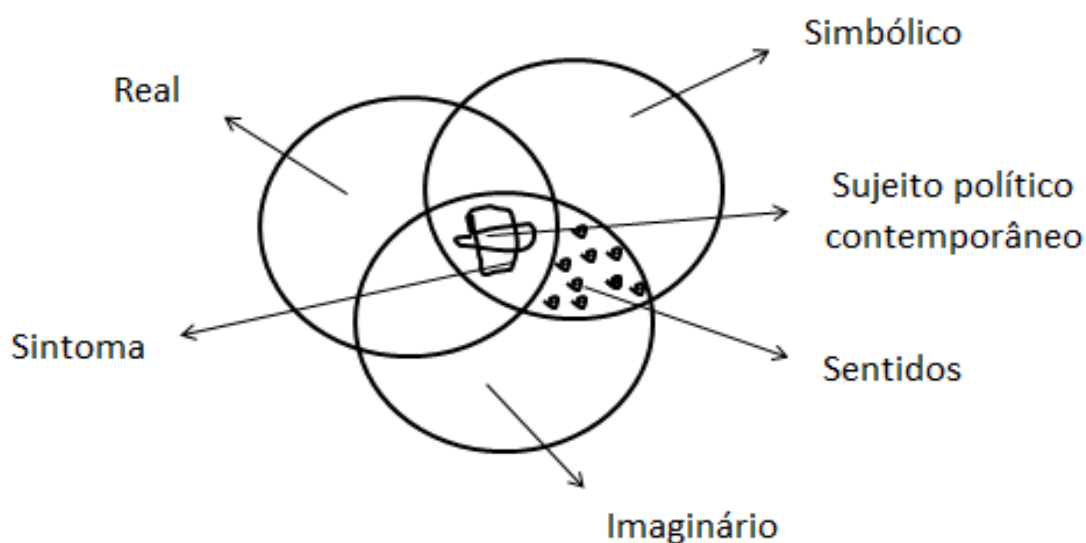
E, por ser manifestação do inconsciente, o sintoma contribui para a formação do próprio sujeito. Nesse sentido, o que temos são sujeitos afetados por algo que provém da ordem do mistério, manifestando-se na forma de um sintoma, algo desconhecido, portanto, à luz da consciência, no qual vislumbramos ações/atitudes que são expressas, no nosso caso, sob as vestes do ressentimento.

Lacan postula que os sujeitos são afetados por três ordens heterogêneas, denominadas por ele como trindade infernal (LACAN, 1975). Real, simbólico e imaginário são os três elementos constitutivos do nó borromeano. Estes são concebidos como "três registros bem distintos que são, efetivamente, os registros essenciais da realidade humana" (LACAN, (2005) [1953]) O sentido figuraria, dentro do nó, como resultado da junção entre imaginário e simbólico (LACAN, (1988) [1974]). Podemos compreender o sintoma, a partir disso, como sendo um dos resultados da intersecção do nó, o ponto de união dos três elementos que possibilita a instauração do próprio sujeito.

O simbólico se instaura na falha possibilitada pelo real, instituindo o ressentimento como um buraco, uma perda, manifestada no sujeito como significante simbólico. No sintoma, portanto, o significante sofre contínuas transformações, além de encontrar-se diretamente atrelado ao gozo. Com isso, o que se percebe é que a queixa é um efeito do recalque, o qual instaura o sintoma, representado pelo ressentimento, e este, por sua vez, retroalimenta-se continuamente e se converte em uma forma de gozo.

Temos, portanto, o sujeito político contemporâneo não apenas como resultado da intersecção do nó estabelecido entre real, simbólico e imaginário, mas também como *lugar* em que o sentidos se disseminam/proliferam e no qual é possível percebermos a instauração do sintoma. Os sentidos se constituem pela inter-relação entre simbólico e imaginário, porém, é pela afetação do real que o sujeito *se significa* no fio do discurso, possibilitando a manifestação de sintomas, como o ressentimento (esquema 12).

Esquema 12 – Sintoma e a tríade infernal



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

O ressentido, assim, sofre, mas, em alguma escala, este sofrimento também lhe causa prazer. Por esse motivo, inconscientemente ele não se vê como afetado e, dessa forma, não busca reagir contra os efeitos causados pelo ressentimento.

Para Lacan ((1992) [1978], p. 15), o sujeito por excelência é o sujeito do inconsciente, diferenciando-se do eu, que possui função imaginária e consciente. Portanto, o sintoma, como sendo uma das formações do inconsciente, encontra no sujeito por excelência o mote para a manifestação inconsciente do ressentimento, fazendo com que o eu dele (ressentimento) não tenha conhecimento consciente, manifestando, com isso, este afeto sem reconhecê-lo como tal.

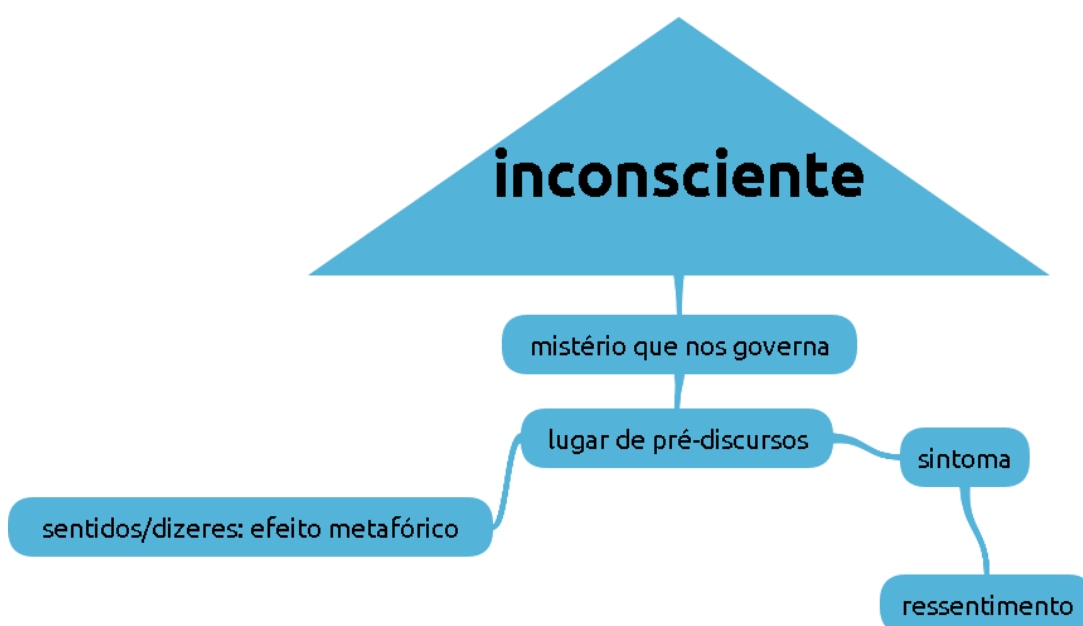
Se partirmos das premissas apresentadas por Lacan no Seminário VI, intitulado *O desejo e sua interpretação* e o que Marie-Anne Paveau defende como sendo o *pré-discurso*, em sua obra homônima - cada qual em seu campo do saber -, podemos estabelecer uma interessante relação.

É possível considerarmos, por esta ótica, o inconsciente como o espaço nato de pré-discursos, de acordo com a definição do termo por Paveau (2013, p. 17): “o que provém do que se passa antes do discurso”. Podemos, ainda, complementar este conceito definindo-o como um conjunto coletivo de saberes, práticas, crenças com papel instrucional para a produção e a interpretação do sentido.

Inconsciente, pré-discursos e sentidos estariam, com isso, muito próximos e seria, em tese, possível compreendermos o sintoma - originalmente manifestação do inconsciente -

também como um pré-discurso. A partir desse pensamento, sob a luz da AD, temos a constituição dos sentidos como sendo algo advindo do inconsciente na forma de pré-discurso, manifestando-se intradiscursivamente por meio da identificação do sujeito a uma posição situada dentro de uma FD. Temos, portanto, o simbólico como lugar do sujeito, e o inconsciente como morada do discurso outro, lugar da alteridade. Ambos, sujeito e discurso, estão atrelados ao sentido, sendo, este, por sua vez, atravessado pela linguagem nas suas mais variadas formas.

Esquema 13 – O inconsciente e seu funcionamento



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Ao trabalharmos o ressentimento como sintoma em nossa sociedade marcada pela tônica do espetáculo e da liquidez, buscamos debater questões atinentes à subjetividade, entendendo estarmos diante de um sujeito político atravessado pelo simbólico e que busca se significar e ressignificar continuamente dentro de uma sociedade marcada pela contradição, a qual intitulamos democrático-capitalista.

O sintoma, representado pelo ressentimento, é aquele que poderia auxiliar nas investigações acerca do que Freud denominou como sendo o *mal-estar da civilização*. Lacan, na conferência *A Terceira*, interpreta o sintoma como sendo a *música do ser*. E ele ainda complementa, entendendo-o como o que vem do real e este como a “a-versão do sentido”.

Discursivamente, podemos dizer que é pela linguagem que o sintoma se desvela. E é pelo sujeito e sua inseparável relação com a linguagem que ele se manifesta. Concebemos o sintoma, portanto, como aquilo que se infiltra e se instala por intermédio de brechas do

sujeito, estendendo essa marca na linguagem e, conseqüentemente, no simbólico. O sentido, então, passa a ecoar pela falha e esta apenas pode ser estabelecida por ser resultado da falta inerente a todo e qualquer sujeito: “(...) nessa experiência singular da falha (fracasso, bem-estar...) se marca a tomada inconsciente pela qual o sujeito está submetido à castração simbólica” (PÊCHEUX, 2016, p. 290).

Comprendemos, pois, diante de tudo que foi apresentado até aqui, ser o ressentimento um afeto sintomático que atuou decisivamente como uma das condições de produção que culminaram com o impeachment/golpe de Dilma Rousseff, ocorrido em 2016. Entender o sintoma, pois, como efeito do social, é conceber que o sujeito é, em última análise, movido por seus desejos, fato que o torna, em muitas situações, escravo deles. No nosso caso, o ressentimento revelou-se como um sintoma resultante de um recalque, de um sofrer intenso, de um não saber lidar com a frustração, da incapacidade de suportar a angústia e o desamparo tão próprios (e constitutivos) de todos nós.



Fonte: <http://reporterm7.blogspot.com/2015/10/pt-ja-sabe-pmdb-cobra-aliados-de-temer.html>



## 5 DA VIRTUDE À DESFAÇATEZ: O CINISMO NAS DOBRAS DO DISCURSO

*Quanto mais uma sociedade moderna se vê sem alternativa, mais ela é cínica. No fim das contas, ela ironiza suas próprias legitimações.*  
PETER SLOTERDIJK

A palavra Kynismos se refere a uma vertente filosófica originária da Grécia antiga, tendo a figura de Diógenes de Sínope como seu representante maior. O pensamento desta corrente estava voltado à vida simples, na qual imperava o desprezo pelas convenções sociais, e, por meio da qual fazer filosofia e agir no mundo estavam interligados em todas as ações realizadas.

A virtude posta em prática cotidianamente era o propósito norteador da existência para os cínicos desse período. A crítica imposta às normas sociais aproximava-os da natureza, pois o contato mais íntimo seria o responsável por trazer a felicidade para o sujeito. Esse desapego às normativas trazia consigo uma certa dose de liberdade, conhecida como parrhesia (ou parrésia<sup>11</sup>, sendo esta considerada uma contundente forma de criticar o que era previamente instituído e aceito no âmbito social.

A crítica, porém, não estava centrada em princípios de ordem ética, nem na vida em sociedade de maneira mais ampla. O descontentamento dos cínicos estava relacionado às maneiras pré-concebidas em que as relações se davam, praticamente uma não aceitação do mundo logicamente estabilizado instituído à época. Para tanto, os cínicos faziam uso do humor e buscavam não apenas falar/pregar seus ensinamentos/pensamentos, preferindo que sua filosofia fosse entendida na prática, por meio de suas ações e atitudes diárias. Esse cinismo, denominado clássico, é também conhecido pela sua grafia em alemão, cunhada no século XIX - Kynismus.

Peter Sloterdijk (2012a), ao longo de sua obra, passa a utilizar a denominação Zynismus para se referendar ao cinismo enquanto conduta adotada a partir da era moderna, em contraposição à ideia clássica, empregada na antiguidade. A aproximação entre cinismo e moral desestabiliza as estruturas da sociedade, ao ponto de os sujeitos não conseguirem mais delimitar o que pertence ou não à esfera da moralidade: “o cinismo é a rejeição consciente e demonstrativa de uma atitude moral exigida” (NIEHUS-PROBSTING, 2007, p. 390).

---

<sup>11</sup> Na retórica, parrésia é descrita como franqueza, confiança ou ousadia para falar em público.

Antigamente, pela própria estruturação das sociedades, não existia espaço para o cinismo. Pelo menos o cinismo com o sentido que lhe é atribuído na contemporaneidade. A primeira concepção de cinismo, utilizada na Grécia antiga, relacionava-se a certos saberes e práticas bastante distintos, se pensarmos na forma como se dão as relações caracterizadas como cínicas atualmente.

Ao longo da história, vários estudiosos trataram sobre o tema. Nietzsche foi um deles e Sloterdijk (2012a) se refere ao filósofo prussiano em suas discussões acerca do cinismo no livro *Crítica da razão cínica*:

No “cinismo” de Nietzsche se apresenta uma relação modificada com o “dizer a verdade”: trata-se de uma relação de estratégia e tática, de suspeita e desinibição, de pragmatismo e instrumentalismo: tudo isso sob o controle de um eu político que pensa de início e em última instância em si mesmo, que internamente manobra e externamente se encouraja. (SLOTERDIJK, 2012a, p. 14).

Ao pensarmos em cinismo, outra palavra pode emergir nas discussões, instaurando o aspecto ambivalente. Estamos falando da transparência. Vladimir Safatle, autor da obra intitulada *Cinismo e falência da crítica* ressaltou que, por muito tempo, o título pensado por ele para o livro em questão seria “A transparência como obstáculo” (SAFATLE, 2008, p. 11). Por esta possibilidade de título, que carregava a palavra transparência inicialmente e que, no momento da publicação, foi preterida, cedendo lugar à palavra cinismo, podemos suscitar questões atinentes à associação construída por essas duas palavras/noções historicamente.

A relação existente entre cinismo e transparência, dois universos que, numa primeira visada, parecem tão distintos, mas também tão próximos, induz-nos a procurar mais detalhes acerca dessa inter-relação dentro do campo filosófico. Isto ocorre porque essas duas noções já foram e são problematizadas dentro desta área do conhecimento. O professor e jornalista Clóvis de Barros Filho<sup>12</sup>, que trabalha com temáticas relacionadas à ética e à moral, promove a conexão entre esses dois conceitos e suas aproximações/distanciamentos.

A transparência seria, pois, o alinhamento entre o que dizemos e o que efetivamente praticamos, ou seja, uma correspondência entre o que desejamos e como isso se traduz em atitudes práticas. Por consequência, o cinismo seria o movimento oposto, qual seja: um desalinhamento entre o que se pretende e o que é dito ao outro e, portanto, praticado.

---

<sup>12</sup>A palestra, na íntegra, intitulada *Transparência e Cinismo*, pode ser acessada em: <https://www.youtube.com/watch?v=7ML67XHJbTE>

No cenário político, por exemplo, dizer ‘A’ e fazer ‘B’ é a regra, o que aproxima o fazer político de ações/attitudes consideradas cínicas. Uma das explicações possíveis está centrada no fato de que o objetivo do político é obter o poder, acima de qualquer outra pretensão. Contudo, ele não pode manifestar publicamente essa vontade. É necessário, portanto, estruturar uma plataforma de ações políticas que visem outros tantos objetivos, sem nunca mencionar com todas as letras o real intuito do fazer político, que é, em última análise, alcançar o poder.

Todavia, é importante atentarmos para um fato interessante, algo que medeia as inter-relações entre transparência e cinismo, que os torna possíveis de serem problematizados: a existência do outro. A alteridade, a necessidade da empatia, de se colocar no lugar do outro ou, simplesmente, o fato de aceitar que o outro existe e que nossa própria existência está atrelada ao outro, fez com que a humanidade passasse a considerar questões relativas à transparência e ao cinismo em um dado momento de sua história.

Esta interconexão apenas adquiriu relevância a partir da modernidade, justamente quando os sujeitos passaram a perceber que suas relações não se davam prioritariamente por suas conexões com o cosmos ou com a figura idealizada de Deus, como ocorria até então no mundo grego ou no ápice do Cristianismo.

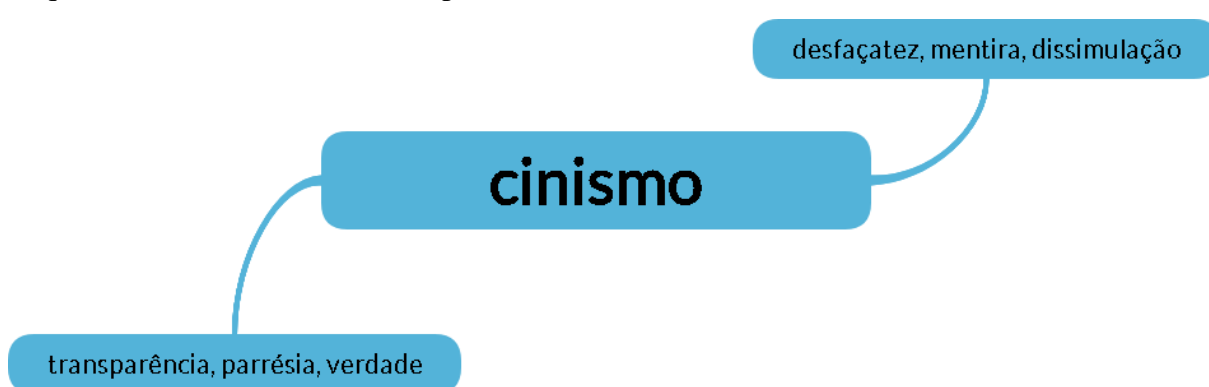
A partir de 1600, portanto, o sujeito chega à modernidade e, com isso, passa a perceber o universo infinito, caótico, no qual os laços, antes fortes e bem tramados, ou com o universo, ou com Deus, haviam se afrouxado. Instaurou-se, pois, uma nova rede de saberes, práticas e rituais a instigar o pensamento de diversos autores das mais distintas áreas do conhecimento.

Questões duais/binominais passam a atuar de forma constante, interferindo no laço social. René Descartes, Baruch Espinoza, Friedrich Nietzsche, Jean-Paul Sartre e Sigmund Freud, cada qual em sua época e com seus dizeres, passaram a fazer questionamentos mais apurados acerca da subjetividade, num primeiro estágio. O próximo movimento encaminhou-se na direção de considerar/aceitar a existência do outro como um fato inegável e, até, imprescindível para a constituição do próprio eu.

Em virtude disso, a questão da alteridade seria a tônica a dominar o pensamento de diferentes campos do saber, fato que se estende até a contemporaneidade. Podemos conceber que todos estes estudiosos, cada qual a seu modo, contribuíram de maneira decisiva para que os mistérios envolvendo as questões atinentes à subjetividade e à alteridade fossem investigados e seriamente considerados para o estabelecimento das relações entre os sujeitos.

Por este ponto de vista, afirmamos que o ato de viver em sociedade significa um constante negociar do eu com o outro. Contudo, esse outro não é facilmente acessível. Mesmo assim, eu preciso estabelecer uma inter-relação com ele, ou melhor, com a representação que eu faço dele, o que discursivamente podemos considerar como sendo a formação imaginária. Pois é justamente essa necessidade que o eu tem de se relacionar com o outro, para além da instauração do próprio eu, que faz surgir a possibilidade de escolha entre ser transparente e ser cínico.

Esquema 14 – Verdade e mentira pela ótica do cinismo



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Por esta perspectiva, eu preciso imaginar o que, em muitas situações, o outro gostaria de ver e ouvir a respeito de mim ou de uma situação qualquer e escolher (até certo ponto de forma consciente) o que eu digo e como eu posso agir. Mesmo sabendo de algo ou pensando de uma determinada forma, eu posso agir de maneira totalmente distinta (tendo alguma consciência disso e até premeditando esta ação).

Eis o cinismo atuando nas relações e atualizando a velha frase de Marx a respeito da ideologia, estudada por autores como Slavoj Žižek e Peter Sloterdijk: “disso eles sabem, mas o fazem”, a qual passa a adquirir um toque de modernidade cínica ao ser remodelada para “disso eles bem sabem, mas mesmo assim o fazem”.

A assimetria/dissonância existente entre os conceitos de transparência e de cinismo nas relações sociais nos conduz a algumas considerações importantes. Podemos, em primeiro lugar, compreender que a transparência é da ordem do real, ou seja, dificilmente ela pode ser colocada em prática de maneira mais ampla entre os sujeitos, e um dos motivos está na própria maneira como a sociedade foi e é constituída.

Isso ocorre porque todos somos induzidos/incentivados, em algum grau, a agirmos de forma ponderada, a não dizermos exatamente o que pensamos a respeito de certos assuntos,

em nome de um convívio social minimamente harmonioso e com uma menor incidência de conflito. Na cena política, esse cuidado com as palavras é ainda maior, visto que, de acordo com Charaudeau (2006, p. 105) “todo político sabe que lhe é impossível dizer tudo a todo momento e dizer todas as coisas exatamente como ele as pensa ou as percebe (...)”.

Em um segundo estágio, percebemos que há nessas atitudes repassadas desde muito cedo aos sujeitos por diversos AIEs (e dentre estes podemos especialmente citar a escola, a família, as religiões e a mídia), o intuito camuflado de promover uma certa higienização no corpo social. Isso se verifica quando, por exemplo, em algumas situações, mesmo querendo e pedindo para que o outro diga o que realmente pensa, o sujeito não suporta o que lhe é dito. É como se não fôssemos habituados a trabalhar com a verdade, entendida aqui no sentido estrito de delimitar aquilo que o outro pensa a respeito de mim ou sobre qualquer outra temática.

Se considerarmos o fato de que estas atitudes estão de tal maneira difundidas em nossas ações cotidianas como práticas e rituais, ao ponto de pouco serem contestadas, talvez seja possível compreender que acabamos de instaurar, enquanto sujeitos que necessitam do outro para estabelecer o laço social, um verdadeiro palco das ilusões. Esse simulacro criado por nós mesmos encena as relações com o eu e com o outro e se coloca como uma das maneiras mais aceitáveis/possíveis de (con)vivermos em sociedade.

Ao abordarmos o cinismo à luz da Análise do Discurso inspirada em Michel Pêcheux, pretendemos investigar como se dá sua inserção em nossa formação social democrático-capitalista contemporânea e de que maneira esse afeto atua nos sujeitos e nas relações destes consigo mesmo e com o outro. A importância de investirmos nessa direção se refere ao fato de que é impossível não considerarmos a forma como estão se dando as inter-relações atualmente.

O modo como (inter)agimos no seio social precisa ser avaliado sob pontos de vista que levem em conta a própria conexão dos sujeitos com seus afetos e com os afetos dos demais seres. Em 2016, no Brasil, presenciamos um fato/acontecimento que repercutiu em âmbito internacional, o qual denominamos, para efeitos deste trabalho, de impeachment/golpe. Neste caso em particular foi possível perceber a constituição/instalação de um palco das ilusões diferenciado, no qual tivemos o cinismo como protagonista ilustre:

**SD 30:** “(...) Na época em que fazia e acontecia, Cunha era recebido com aplausos pela mídia comercial conservadora (...) Depois de cumprir a missão a ele designada pelos golpistas de colocar na ordem do dia o impedimento, sem crime de responsabilidade, de Dilma (...) O lamentável dessa história toda é o cinismo de certos setores políticos e midiáticos que consideravam Cunha uma “grande figura” e hoje o tratam como se não tivessem nada a ver com ele (...)”. (*Brasil de Fato*, 31 de março de 2017).

A parrésia, definida de forma bastante ampla como a coragem de dizer a verdade - um conceito que se aproxima bastante da noção de transparência - é abordada por diversos autores importantes, dentre estes podemos citar Michel Foucault. Se transportarmos esse conceito para a sociedade democrático-capitalista brasileira atual, praticá-lo seria (é) impensável, simplesmente por não conseguirmos suportar a verdade *nua e crua* em quase nenhum âmbito na vida em sociedade.

Podemos, também, aproximar a parrésia e a transparência da ferida narcísica freudiana. O risco dessa aproximação repousa no fato de que, mais uma vez, os sujeitos estariam diante de um movimento de autoexposição de seus posicionamentos, identificações e opiniões, seja acerca de si, seja a respeito do outro, algo que definitivamente não é bem visto pelo corpo social, muito menos nos tempos atuais.

Isto acontece porque em qualquer esfera do social que se pense, especialmente se considerarmos o campo da política, está naturalizada a presença de uma certa dose de mentira/omissão/dissimulação. Foucault (2004, p. 44) conceitua a democracia como sendo um “campo político definido pela indiferença entre os sujeitos falantes” e, portanto, trabalhar com uma ideia perene de verdade extrema seria insuportável para um viver democrático minimamente saudável.

As relações entre os sujeitos se baseiam, portanto, no fato de que mesmo sabendo de algo, na prática e nas/pelas práticas o que se faz é, em muitos casos, completamente distinto. Este é o mote que justifica o funcionamento cínico a embasar os laços sociais contemporâneos. São esses saberes/práticas/rituais ideológicos que, postos a funcionar à exaustão, formatam nosso viver enquanto sujeitos e acabam por determinar certo poder de dominância em algumas situações específicas. E foi exatamente isso que vislumbramos no caso do impeachment/golpe de 2016.

## 5.1 A FORMAÇÃO SOCIAL DEMOCRÁTICO-CAPITALISTA E SEU *MODUS OPERANDI* CÍNICO

Nada pode ser considerado mais iluminista que o capitalismo adotado na contemporaneidade, principalmente se o atrelarmos à insígnia do cinismo. Essa afirmação pode ganhar contornos de aceitação entre os sujeitos, especialmente se pensarmos que ela

pode ser considerada como uma necessidade/produto da própria sociedade, a qual convive com uma certa dose de cinismo em praticamente todos os seus âmbitos, sem ter a mínima consciência desse fato.

Uma breve busca por alguns dicionários nos trouxe as seguintes definições para a palavra cinismo: *1. Fil. Doutrina filosófica grega que pregava as vantagens de uma vida simples e natural, valorizava a busca da virtude no autocontrole e autonomia individuais, desprezando convenções sociais; 2. Atitude ou ação de quem é cínico; falta de vergonha, imprudência; atrevimento; descaramento; despudor; imoralidade; obscenidade*<sup>13</sup>.

Safatle (2008, p. 15) destaca que a maneira pela qual a formação social capitalista se estrutura é atravessada por um movimento paradoxal, porém esta constatação não tem em si um valor crítico, se pensarmos que “a realização paradoxal da intenção é, de certa forma, realização legítima”. Outro importante fator a ser considerado é que o capitalismo praticado atualmente não se concentra mais na produção mas, sim, no consumo desenfreado.

O poder advindo do capital e sua influência no cotidiano dos sujeitos traz, além de superficialidade nas relações, um traço cínico cada vez mais difícil de silenciar:

*A Filosofia do dinheiro* descobre o fenômeno cínico no fato de que parece ser inerente ao dinheiro o poder de enredar em um negócio de troca até mesmo bens que não são de modo algum mercadorias. Trata-se evidentemente da venalidade de tudo e de cada coisa, que desencadeia na sociedade capitalista um processo paulatino, mas constantemente em aprofundamento, de corrupção cínica. (SLOTTERDIJK, 2012a, p. 423).

Esse novo modo de agir no seio social influencia a relação dos sujeitos com o desejo, o que nos leva a uma forma distinta de trabalhar a regulação do gozo. O que temos é um estímulo constante ao gozar, conduzindo-nos a um mais-gozar incessante e ininterrupto. Como esse gozo não pode ser suprido totalmente, gera-se uma necessidade de consumo desenfreado, retroalimentando as práticas capitalistas. Nesse sentido, o que temos é a instauração de uma sociedade insatisfeita por excelência.

Zygmunt Bauman, ao longo de sua obra, destacou com veemência que a sociedade de consumo gera (e precisa gerar para se manter) insatisfação eterna. É preciso, pois, não estar feliz (mesmo que, paradoxal e contraditoriamente, exista, também, a obrigação de uma felicidade contínua) e, portanto, insatisfeito, para que a máquina do consumo jamais pare de funcionar.

---

<sup>13</sup> Dicionários pesquisados: Aulete, Houaiss e Priberam.

Esta sociedade, moldada sob os contornos do cinismo, nutre-se não apenas de insatisfações, de paradoxos, mas também de ilusões, utopias, contradições. O psicanalista Pacheco Filho (2009, p. 159) ressalta, ao tratar das relações sociais na era mercadológica, sobre a presença da alienação cada vez mais crescente: “o que mais me assusta no sujeito do capitalismo é, ao contrário (do narcisismo), a progressão da disposição (e da ausência de resistência) que ele apresenta para se entregar à alienação do ‘discurso do capitalista’: a aceleração de sua tendência totalitária a essa alienação do laço social”.

As relações estão, portanto, na contemporaneidade, cada vez mais pautadas por um verdadeiro jogo de máscaras. E o cenário político é um dos locais mais propícios para evidenciarmos essa constatação. Isto porque a busca pelo poder faz com que os sujeitos passem a fazer uso de técnicas nas quais a mentira prevalece à verdade e, com isso, o cinismo parece ser o modo moderno (e prevalente) de agir neste palco das ilusões.

Esse jogo de máscaras em busca do poder e, também, do reconhecimento precisa, para se sustentar, ser mediado por relações dissimuladas, em que a desfaçatez seja a palavra de ordem. O bem comum passa a ser tão somente o bem de alguns poucos, mas essa verdade não pode ser dita em momento algum.

Os sujeitos afetados pelo cinismo são os convidados de honra de uma sociedade na qual enganar-se e enganar aos outros se tornou a regra. Esse novo modo de agir foi escancarado em 2016, em um dos acontecimentos políticos e sociais que abalou a ainda jovem e imatura democracia brasileira:

**SD 31:** “O cinismo do golpe — Sobre máscaras e outras performances políticas (...) O golpe foi bem orquestrado, mas como toda mentira deixou falhas. No entanto, o golpe não é uma mentira qualquer. Na gradação da desonestidade, a mentira tende a ser mais direta e menos perversa do que as mentiras revestidas de cinismo como este golpe (...) Sabemos que o melhor modo de mentir é sendo cínico. O mentiroso que mente para si mesmo não perde a compostura, tende a ganhar na força da expressão, mesmo quando a expressão é bizarra. Basta que ele se mantenha como está e finja não ouvir argumentos contrários (...) O cinismo sempre foi uma tática de poder, tanto do poderzinho diário do qual fazem uso as pessoas comuns, quanto dos grandes poderes que implicam a ordem política no Brasil e no mundo. O cinismo é uma força bruta, uma força venenosa, que tem o poder de cancelar o pensamento e a ação do outro. Somos enredados no cinismo sem chance de escapar dele porque não sabemos o que fazer com quem mente descaradamente”. (Uol, seção Cult, Coluna de Márcia Tiburi, de 31 de agosto de 2016).

A língua de madeira do Estado, que dissemina seu poder via ARE e demais aparelhos ideológicos, unificou-se, em 2016, à língua de vento do AIE da mídia, fazendo reverberar sentidos e posicionamentos. Estes, na atualidade, são disseminados e obtêm alcance mundial pela língua metálica da internet, propagando as formações ideológicas que mais convêm ao poder estatal e às classes dominantes.



A partir deste novo panorama, desta nova forma de atuar coletivamente - pelo mundo virtual e sua língua metálica - o cinismo, representando um modo possível de socialização em nossos tempos, vai adquirindo um espaço cada vez mais cativo em nossas vidas. Esse traço não se faz presente apenas no universo da política, como podem pensar alguns, visto que ele está disseminado de tal forma no corpo social que sua presença, mesmo quando percebida, passa a não ser contestada.

Se trouxermos a transparência mais uma vez para se confrontar com o cinismo que atua nas sociedades atuais, veremos que a afirmação de Norberto Bobbio acerca da relação existente entre democracia e transparência pode ser aplicada apenas até certo ponto:

Precisamente porque a democracia pressupõe a máxima liberdade dos indivíduos singularmente considerados, estes devem ser protegidos de um excessivo controle por parte dos poderes públicos sobre a esfera privada, e precisamente porque a democracia é o regime que prevê o máximo controle dos poderes públicos por parte dos indivíduos, esse controle é possível somente se os poderes públicos atuam com o máximo de transparência. (BOBBIO, 2015, p. 74-75).

Contudo, sob outro ponto de vista, esta relação pode representar uma ameaça, o que traz para o discurso a contradição a embalar as relações entre os sujeitos envolvidos em uma sociedade que tenta conjugar saberes de ordem democrática e capitalista. Percebemos, com o exposto acima, que novamente a tensão deflagrada na relação transparência/cinismo retorna à cena discursiva instaurando efeitos de sentido distintos.

O próprio Partido dos Trabalhadores, se pensarmos nos quase quatro mandatos consecutivos com Lula e Dilma no poder, ofereceu subsídios para que mecanismos de transparência se tornassem cada dia mais operantes, principalmente no que tange aos atos do poder executivo. Essa atitude, em tese, fez com que alguns AIEs, como o da mídia e o jurídico acabassem por agir, em retorno, de uma maneira que podemos considerar como cínica para com o próprio Partido dos Trabalhadores, instaurando a contradição.

A relação entre o AIE da mídia e a formação social capitalista se dá, em muitos aspectos, sob o viés da contradição, conforme nos alerta Mariani:

(...) de um lado, as mídias alardeiam o tudo dizer, o tudo consumir, o todo saber da ciência, o gozo de tudo; e, de outro, o esgarçamento dessa *todificação*, o furo no saber inscrevendo um nada comprometer-se, um nada saber e um nada afetar-se pelo outro. Nada e tudo, marcas do contemporâneo? (MARIANI, 2012a, p. 57).

Outra noção que é trabalhada por Bobbio (2015, p. 11) e que suscita contradições é a de poder. O autor ressalta que um governo democrático possui um Estado duplo, apresentando uma forma de poder oculto. A democracia estaria, neste caso, diante de um dilema interno: é preciso contar com a transparência dos atos e ações do governo e de seus representantes, contudo, não é possível termos, na prática, apesar dessa necessidade primordial, uma transparência total e absoluta.

Portanto, nem total invisibilidade e nem completa transparência: o poder e, por consequência, a democracia, precisam contar com uma certa dose de cada um desses dois aspectos. A contradição, como vimos, instaura o conflito que, por sua vez, está na base da própria sociedade democrático-capitalista, a qual tem na luta de classes a disputa pelos sentidos ocorrendo de maneira ininterrupta.

Essa contradição também deixou suas marcas no impeachment/golpe de 2016 no Brasil:

**SD 32:** “(...) Se ela cometeu crime de responsabilidade, também o fizeram e deveriam perder o cargo 16 dos 27 atuais governadores, que usaram o mesmo artifício para fechar as contas em seus estados (...) Mas, evidentemente, a presidente Dilma Rousseff não foi levada a julgamento por isso. As manifestações de rua contra seu governo, orquestradas por defensores dos mais diversos interesses, muitos deles espúrios, levantavam bandeiras anti-corrupção porém alimentavam-se de ressentimento (...) Assim, com o claro objetivo de arrancar a qualquer custo o poder das mãos da presidente Dilma Rousseff, as oposições, lideradas nas sombras pelo vice-presidente Michel Temer, passaram a articular demonstrações de força (...) Assentada em utopias, Dilma ousava afirmar que continua acreditando na luta por um Brasil mais justo. Somos medíocres, não atrevemos sonhar; somos hipócritas, não admitimos assumir nossas falhas. Cassar arbitrariamente o mandato da presidente Dilma Rousseff significou um ato de cinismo covarde contra o desejo manifestado nas urnas por 54.501.118 brasileiros. A isso se chama golpe de estado”. (*El País*, 01 de setembro de 2016).

No campo político, o segredo (Bobbio, 2015) revela-se como traço típico do poder e da democracia, transformando-se, em muitos casos, em escândalo. O autor italiano apresenta três formas possíveis de manifestação do que ele denomina poder invisível: a primeira é a que se volta contra o próprio Estado, instituído como segredo absoluto e que visa a se contrapor ao Estado em si; a segunda ressalta que a invisibilidade do poder se volta contra o próprio poder público, para dele conseguir benesses; e a terceira forma apresenta uma aparência institucionalizada no formato de serviços públicos ditos secretos, ou seja, que precisam permanecer dessa forma para o próprio bem dos indivíduos. Entendemos, com isso, pelas próprias palavras de Bobbio (2015, p. 35), que “o poder é opaco e a opacidade do poder é a negação da democracia”.

Ao pensarmos na transparência, outro tema que adentra às discussões é a publicidade, a qual, por seu turno, também está vinculada ao poder exercido em uma democracia. Contudo,

ao tratarmos da maneira como o Estado e/ou os políticos publicizam seus dizeres e fazeres, novamente estaremos diante de um processo marcado pela contradição.

Isto ocorre porque se a característica basilar da democracia é dar publicidade, ou seja, visibilidade aos fatos, como será possível fazer política se nos é demonstrada, cada vez mais, a habilidade que os políticos possuem de esconder mais do que mostrar, ou, serem cínicos de forma mais frequente (e competentes) do que transparentes?

Em face do apresentado até este momento, é possível compreendermos que, assim como diversas contradições, o que temos são diversas inconsistências ao compararmos teoria e prática. Como é possível a democracia, que se pauta por ser um regime no qual a tônica seja, pelo menos em teoria, a do poder visível, comportar, em seu bojo, a presença de um poder invisível que, por vezes, atua paralelamente ao poder do Estado?

Trazer o cinismo para atuar nos meandros do discurso se justifica porque entendemos que as relações instauradas no universo coletivo estão cada vez mais permeadas pelo capitalismo, o qual visa a estimular, desmedida e irracionalmente, o consumo. Este novo modo de atuar dos sujeitos inaugura as condições necessárias para que as relações se tornem, a cada dia, mais efêmeras, focadas na satisfação de prazeres momentâneos.

Esquema 15 – Impeachment/golpe de 2016 e o cinismo



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

A maneira, pois, de racionalizar, a partir desta nova forma de agir do corpo social, dá suporte à institucionalização do cinismo nas relações. O filósofo Vladimir Safatle (2008, p. 13) enfatiza categoricamente que “(...) se há uma razão cínica é porque o cinismo vê a si mesmo como uma figura da racionalidade. Para o cínico, não é apenas racional ser cínico, só é possível ser racional sendo cínico”.

Essa racionalidade cínica é expressa não apenas no momento atual vivido pela sociedade capitalista, em plena crise de legitimação (mais uma!), mas também pode ser compreendida como um processo que já se torna partícipe do capitalismo e que, há tempos, justifica-o e legitima-o.

A modernidade, espaço temporal-histórico a partir do qual o cinismo passa a ganhar campo para atuar, já era problematizada por um grande pensador de nossa história: Hegel. Em seus estudos, o filósofo foi crítico desse novo comportamento coletivo, que passaria a vigorar com a instauração massiva do capitalismo, inaugurando inconstâncias e indeterminações nos sujeitos e em seus modos de agir e de viver em sociedade.

Mais adiante, nos anos 1970, pós-estruturalistas como Félix Guattari, Gilles Deleuze e Jean-François Lyotard começaram a perceber o quanto o capitalismo, para existir no seio social, necessitava incorporar condutas/posturas cínicas. Até mesmo Jacques Lacan ((1992) [1978]), já percebendo a forma cínica pela qual os sujeitos enunciavam na formação social capitalista, chegou a abordar o que ele considerava ser o “discurso do capitalista”, no qual a relação necessária, basilar, calcada na possibilidade de estabelecer empatia entre os sujeitos, dissolve-se, desatando os laços que tramam os vínculos sociais mais essenciais.

Este agir social consagra um sujeito que tem um único objetivo primordial: possuir, ter, consumir ao ponto de transformar essas ações na maneira contemporânea de suprimir a angústia, o desprazer, a sensação de desamparo, advindos da falta constitutiva e inexorável de todos nós. Todos os acontecimentos sociais, pautados pelos valores mercantis em primeiro lugar, interferem no eu e na inter-relação eu/outro, sendo fonte de sintomas. Estes, em nosso caso, não se referem estritamente à visão da medicina ortodoxa, mas, sim, relacionam-se aos estudos psicanalíticos.

Os sintomas, especialmente os contemporâneos, emergem do eu, do âmago da subjetividade, mas afloram e acabam por ser identificados nas relações com o outro, nas ações do cotidiano. Eles refletem o quanto estamos mal, adoecidos, enquanto civilização e, pelo simples fato de serem fonte de gozo para o sujeito afetado, tendem à repetição compulsória. O cinismo parece, por este ponto de vista, ser a forma encontrada para que o sujeito moderno consiga se suportar e suportar a convivência com os outros.

Sloterdijk (2012a, p. 31) é categórico ao afirmar que “o mal-estar na cultura assumiu uma nova qualidade: ele aparece como um difuso cinismo universal”:

**SD 33:** “Tento entender a tese de um impeachment, embora traumático de todo jeito, mas não consigo, juro por Nossa Senhora do Desterro. Meu padim, padim Ciço de Juazeiro, nem a sagaz raposa Floro Bartolomeu seria

capaz de tal trama —estou certo, biógrafo Lira Neto? A política no Brasil é a mesma dos anos 1930? (...) Juro, colegas dos telejornais, sou todo vistas e oíças para entender as edições... Compreendo as linhas editoriais, os compromissos das casas mais conservadoras, ah quantos passaralhos rolaram, etc. A democracia, todavia, estrebucha quando não se leva em conta 54 milhões de votos. Tudo é cobrado pela história, embora no momento prevaleça o cinismo sorridente dos golpistas. Deixa quieto? (...) Juro que tento entender como as delações não valem quando os atingidos são personagens tipo Michel Temer, José Serra —eterno protegido de toda mídia, amém!—, Aécio Neves, etc etc (...) Tento, juro, mas reparo que se trata de um golpe parlamentar sem tanques, com uma tese (pedalada fiscal) armada por técnicos em falso-moralismo, é o que fica evidente ao mirar no olho desses boçais, deixa quieto? Juro que tento” (*El País, Coluna de Xico Sá, de 26 de agosto de 2016*).

A repetição que ocasiona o gozo, para além de se relacionar com o ressentimento enquanto sintoma e como uma das condições de produção do impeachment/golpe de 2016, aparece no caso do cinismo ao entendermos que o agir cínico está intimamente ligado ao poder. Percebemos, a partir disso, que essa inter-relação inaugura uma fonte de prazer.

Esse movimento, por sua vez, faz com que, segundo o psicanalista Maurício Maliska (2017, p. 112) “o sujeito busque gozar e, muitas vezes, gozar a qualquer preço”. O autor nos diz que o gozo, em Lacan, relaciona-se com o real e com a pulsão (retomando a teorização freudiana e compreendendo seu alcance na ordem do psíquico), movimento este que podemos associar, também, ao agir cínico:

A operação com o gozo é uma operação com o Real. O gozo não busca a parcialidade, não busca o término, mas a máxima tensão, a constante força pulsional, tentando romper seus limites. No gozo não há o jogo de presença e ausência, é pura presença, nesse sentido, não se inscreve no simbólico, mas no Real; não há início e fim. (MALISKA, 2017, p. 112-113).

O gozo, porém, é preciso destacar, diferencia-se do desejo, na medida em que busca recobrir a falta. É possível, neste caso, aproximarmos a noção de gozo em Lacan à de vontade de poder - ou vontade de potência - de Nietzsche, entendendo que a pulsão, o desejo ou a vontade estão sempre em relação a certos objetos e/ou finalidades.

Não existe, portanto, uma descarga de pulsão/desejo/vontade *per se*, pois esta sempre almeja algo, e esse algo pode ser compreendido como a busca incessante pelo poder. Este querer não pode ser menosprezado, pois correríamos o risco, caso o fizéssemos, de denegar a própria política. Os efeitos de sentido manifestos pelos sujeitos imersos nessa formação social caracterizada por um movimento cínico crescente, precisam conjugar, também, saberes e práticas advindas do capitalismo e da democracia.

O resultado da associação entre ideologias tão distintas e contraditórias se mostra desastroso no agir cotidiano dos sujeitos, abrindo espaço para que patologias sociais como o cinismo e o ressentimento ganhem força e se perpetuem. Os traços da modernidade nos

mostram sujeitos que nunca tiveram tanta liberdade de escolha, mas que, ao mesmo tempo, demonstram um subordinação, servidão voluntária e inconsciente nunca antes vista. Retrato dos novos/nossos tempos afetados pela contradição.

## 5.2 RELAÇÕES PERIGOSAS: CINISMO E POLÍTICA

Se falamos em mentira logo vem à mente uma outra palavra, que pode ser considerada seu polo oposto: a verdade. Sem a pretensão de nos alongarmos nas diferenciações conceituais acerca desses dois termos, podemos, por ora, traçar um paralelo entre o real e o dizer verdadeiro ou a verdade.

O real, como algo que não pode ser representado, inaugura, em suas bordas, através de brechas/fendas/buracos, todos pertencentes à ordem do invisível, a possibilidade da falha, a qual promove ranhura no sujeito e no discurso. E é nesse espaço que a verdade ou o dizer verdadeiro podem se apresentar sob a forma dissimulada, visto que “o cinismo ousa se mostrar com verdades nuas, que mantêm algo falso no modo como são expostas” (SLOTERDIJK, 2012a, p. 26).

A “despolitização da política”, de acordo com Courtine (2015), que vislumbramos atualmente, pode ser melhor apreendida se pensarmos em dois fenômenos que tomaram conta de nossa sociedade há algum tempo: a espetacularização e a consequente superficialidade das relações. Contribuindo decisivamente para este fato, temos os meios de comunicação de massa, que atuam nos mais diversos setores de âmbito social.

O discurso político teve que, forçosamente, adaptar-se a este novo cenário (da despolitização/espetacularização), remodelando-se, pois, apesar de já existir certa dose de espetáculo em seu fazer usual, ocorreu uma atualização deste cenário, com a presença constante da mídia, forçando os atores políticos a respeitar novas regras de funcionamento.

Podemos mesmo afirmar que o impeachment/golpe de 2016, nos moldes em que ocorreu, representou/significou/chancelou um momento histórico no qual se conjugaram valores/saberes/práticas cínicas e do espetáculo dentro de um mesmo universo: o campo político. O agir cínico, portanto, tornou-se natural, banal, como se não fosse possível fazer política sem que contornos desta natureza fossem notabilizados.

A política apresenta-se, a partir disso, como o real palco onde se encena o espetáculo quem tem o cinismo como protagonista:

**SD 34:** “Golpe no Brasil ‘é mostra internacional do cinismo’ (...) Quanto ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, Raúl Vera ressalta que é ‘um artifício dos grandes ricos do mundo, que se valem dos serviços que cumprem os políticos, para se distanciar de um processo social de um governo que se preocupava com os pobres’, e representa “uma mostra internacional do cinismo dos políticos’ (...) A prova é que logo no primeiro dia começaram a suspender todos os programas sociais. É uma mostra internacional do cinismo dos políticos atuais. Uma grande parte destes senhores que Temer colocou em seu gabinete são pessoas que tem problemas de corrupção. É um golpe suave de Estado”. (*Brasil de Fato*, 23 de setembro de 2016).

O livro *A arte da mentira política*, de Jonathan Swift (2006), apresenta uma série de ações a serem empregadas pelos governantes com o objetivo de enganar o povo. A obra enfatiza que os sujeitos precisam ser ludibriados para o seu próprio bem. A partir dessa premissa, são relacionados três tipos de mentira, a saber: de calúnia, de adição e de traslado. Em cada uma dessas, apesar de suas peculiaridades, temos uma característica que precisa ser comum a todas: a verossimilhança.

A mentira política seria destinada ao povo (ou à massa), enquanto a verdade seria privilégio tão somente de alguns. Com base nisso, a *arte do mentir verdadeiro* deve suportar as múltiplas possibilidades de verificação ou contradição; é vital que não rompa os limites da verossimilhança; é essencial, acima de tudo, que o rol de mentiras possíveis e aceitáveis seja bem pensado e estruturado, para que não gere dúvidas quanto ao seu potencial persuasivo.

O partido político representaria o lugar social em que esses princípios seriam executados em grau máximo, entendendo, pois, que, desde que surgiu, guardadas as diferenças de cada época, fazer política sempre esteve ligado à arte de enganar.

Ao longo do tempo, porém, a mentira sofreu modificações e modernizou-se. A indústria cultural trouxe para o viver em sociedade a produção em massa, representada na formação social capitalista pelo consumo generalizado. A contemporaneidade, em face disso, contribui dando novos suportes para a atualização da mentira política.

Em face disso, é possível pensarmos que há mentiras específicas, tanto para sistemas autoritários quanto para democráticos. A mentira democrática, por exemplo, tem um caráter mais pluralista, justamente por compreender-se que sua natureza tenderia a aceitar variados pontos de vista. Ela convive, portanto, com a concorrência, de forma a estabelecer um certo nível de tolerância.

A mentira pode ter dois propósitos bem definidos, segundo Jonathan Swift: afastar o povo, imprimindo o terror, por um lado e, por outro, animá-lo e encorajá-lo. Essas duas técnicas precisam ser bem utilizadas, escolhendo-se minuciosamente as situações em que

melhor se encaixam. Mentir, em política, segundo os estratagemas apresentados pelo autor, requer uma série de estratégias, podendo ser compreendido, portanto, como algo que iria ao encontro de uma postura/consciência cínica.

A arte do mentir verdadeiro seria, portanto, tão importante na cena política que, para além de traços estratégicos e, até certo ponto, conscientes, era preciso acreditar na mentira travestida de verdade: “(...) não há homem que debite e espalhe uma mentira com tanta graça como aquele que nela acredita” (SWIFT, 2006, p. 49).

Pelo pensamento do autor é possível cogitarmos que não apenas a política induziria ao mentir verdadeiro, mas também seria o espaço apto à instauração do cinismo em suas dobras. Segundo Zoppi-Fontana (2011, p. 71) “a língua da política, assim como a da propaganda, mostra-se como um ‘mentir verdadeiro’, o espaço da mentira deliberada, de uma ‘dupla linguagem’, de um ‘pensamento duplo’, uma língua justificada pelos seus fins”.

No livro *Crítica da razão cínica*, Peter Sloterdijk (2012a) define o cinismo como “a falsa consciência esclarecida” e, também, como uma “ideologia reflexiva”. Ao falarmos em uma falsa consciência esclarecida e/ou de uma ideologia reflexiva é importante retomarmos o pensamento de Althusser, quando este afirma que a ideologia não pode ser concebida como falsa consciência. Isto porque, segundo seus preceitos, o fator de consciência não era o que deveria ser preponderante mas, sim, a ideia de que é por meio da repetição reiterada de certas práticas e/ou rituais que a ideologia adquiriria estatuto material no cotidiano dos sujeitos.

Ao proclamarmos a expressão “Eles sabem muito bem o que fazem, mas mesmo assim continuam a fazê-lo” é preciso considerar que o saber consciente opera junto ao fazer, visto que não se tem consciência da atuação da ideologia nos sujeitos, pois esta atua por meio do desconhecimento, ou, como podemos considerar pela ótica discursiva, por seu necessário silenciamento, advindo justamente da atuação do inconsciente.

O poder exercido, pois, na formação social democrático-capitalista, em muitas situações, usa as vestes do cinismo para legitimar sujeitos que detêm altos cargos e que precisam, em seu dia a dia, conjugar o movimento incongruente de dizer uma coisa e, na prática, executar outra. Zizék (1992, p. 60) sustenta que “o cínico vive da discordância entre os princípios proclamados e a prática”.

E é por meio de ações como essa que podemos conceber o cinismo ou o agir cínico como uma verdade mentirosa, um autoenganar-se para conseguir melhor enganar aos outros, dentro de limites marcados pelo paradoxo e/ou pela contradição:



**SD 35:** “Houve um golpe cínico ocultado por procedimentos e prazos, comandado por um consórcio integrado pela mídia oligopolista, parcela da alta burocracia estatal (PF, MP e judiciário), empresários e setores da política tradicional. O impeachment foi apenas um disfarce mal ajambrado, como são os processos conduzidos de trás para frente: escolhe-se primeiro o resultado e depois pescam-se os fundamentos para ampará-lo (...) Tudo muito bem edulcorado pela mídia parceira de todas as horas, já que, como dizem os manuais, o poder para se sustentar deve mesclar a coerção com o convencimento; a violência física com a simbólica (...) Este golpe cínico e careta não pode entrar para o cotidiano, tolerável como o carnê da prestação do carro”. (*Carta Capital, Seção Justificando, de 19 de maio de 2018*).

A falsa consciência esclarecida (Sloterdijk, 2012a) se refere à conduta do sujeito moderno que consegue antever as consequências de seus atos, mas, mesmo assim, não declina em realizá-los. É a atitude cínica que se faz presente de forma dominante no universo político da modernidade. As críticas não parecem abalar o sujeito cínico. Ao contrário, ele parece contar com elas para moldar o próximo passo.

Ele é capaz, muitas vezes de, inclusive, antever as posições e as críticas dos interlocutores. O sujeito cínico, de forma astuta, estrutura um discurso pautado por saberes/práticas/rituais típicos do sistema capitalista, o qual está permeado pela tríade exploração/dominação/segregação. Seus interesses precisam estar intocados, apesar de, no fio do discurso, e/ou de forma explícita, jamais admitirem suas reais intenções/posicionamentos ideológicos.

O cinismo se faz presente nos mais diferentes âmbitos da sociedade, mas é nas esferas do poder que ele mostra sua desfaçatez de maneira mais acentuada. Dentre essas estruturas, podemos citar os diversos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs) como representantes da ideologia dominante e que atuam no seio social pelo viés cínico. “Há muito os postos-chave da sociedade pertencem ao cinismo difuso (...) pois cínicos não são bobos, e olham simplesmente para o nada e novamente para o nada a que tudo conduz” (SLOTERDIJK, 2012a, p. 33).

A legitimidade do capitalismo contemporâneo de consumo estaria alicerçada, portanto, em uma racionalidade cínica. E não somente a formação social, mas as próprias classes dominantes se utilizam do cinismo como uma forma possível de se portar frente aos seus próprios interesses. E esse uso pelas classes dominantes é alicerçado pelos AIEs que, no caso do objeto analisado neste trabalho, tem como representantes maiores os aparelhos ideológicos jurídico e da mídia.

Essa linha de raciocínio nos conduz a pensar que o capitalismo não necessita mais provar nem comprovar a força que detém, muito menos justificar o porquê de suas escolhas, pois sua legitimação torta se dá pela sua não justificativa, ou melhor, pelo cinismo que, ao mesmo tempo que parece desmerecê-lo, enaltece-o: “a força do capitalismo viria do fato de

ele não se levar mais a sério, já que minaria a todo momento o valor da lei que ele próprio enuncia (...) não exigiria mais espécie alguma de crença cega nos conteúdos normativos que ele próprio apresenta” (SAFATLE, 2008, p. 92).

Neste caso, o que estamos vendo funcionar mais uma vez é a contradição. É como se o capitalismo parecesse (cínicamente e perversamente) se desmerecer para, dessa forma, afirmar-se. Acontece, pois, uma torção dos sentidos relacionados aos saberes capitalistas que precisam promover uma autodepreciação em alguma medida, para, com isso, penetrar cada vez mais e com mais força no cotidiano dos sujeitos, sem se fazer perceber.

Esse funcionamento ideológico dissimulado, cínico e perverso é o que define as relações entre os sujeitos no mundo capitalista de nossos tempos. Ao entendermos o cinismo, portanto, como uma prática advinda do poder, entendemos como ele se faz presente não apenas nas altas esferas sociais, mas também nos AIEs.

Essas práticas orientam o laço social na contemporaneidade, visto que a própria formação social faz uso da ‘arte de saber, mas mesmo assim continuar a fazer’ - postura cínica esta reinante no capitalismo. Essas atitudes podem ser concebidas como portadoras de uma consciência cínica e, aqui, reiteramos que a palavra consciência não se refere a um processo que seja plenamente da ordem do consciente, do racional, do plenamente premeditado, mas, sim, que, em sua predominância, seria feita muito mais calcada em bases lógicas, que seguem ditames essencialmente cartesianos, em detrimento ao aspecto inconsciente.

Se trouxermos Pêcheux ((1988) [1975], p. 303), lembraremos sua ênfase ao dizer que “o pensamento é fundamentalmente inconsciente”. Porém, mesmo que a base do sujeito advenha de sua conturbada (e muitas vezes não aceita) relação com o mistério que o habita, representado pelo inconsciente, a luta do discurso dominante é de tentar fazer prevalecer o aspecto unicamente racional. Este, por sua vez, apesar de também sofrer a ação inconsciente de uma maneira que não entendemos, prima por priorizar um raciocínio lógico, estruturado em princípios atestados, em nossa sociedade atual, tão somente pelo viés científico.

Essa é a ilusão do sujeito, do controle que acredita ter plenamente em suas ações cotidianas. Frente a isso, temos a associação do ideológico com o registro inconsciente, visto que eles se mostram/atuam no sujeito de maneira inseparável. E mesmo que o sujeito negue, essa ação é inabalável, ocorre à revelia do seu querer puramente consciente/racional.

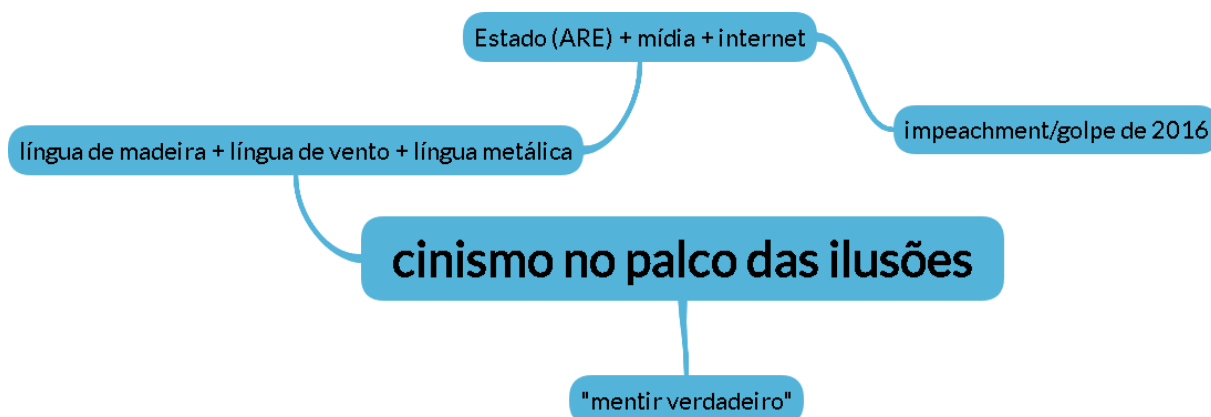
Considerando, pois, que a ideologia atua de forma inconsciente nos sujeitos, assim podemos também conceber a atuação do cinismo, compreendendo-o como um tipo peculiar de funcionamento do corpo social, o qual reflete as relações destes com a ideologia, se

lembrarmos que “(...) ideologia e inconsciente operam se ocultando (...)” (MARIANI, B; ROMÃO, L.M.S; MEDEIROS, V; 2012, p. 09).

A ideologia com a qual trabalha a AD está centrada na interpretação dos sentidos, seguindo um direcionamento, o qual demarca as identificações dos sujeitos e suas posições no fio do discurso. Segundo Orlandi (2008), ela está relacionada ao excesso, almejando a completude que faz surgir o efeito de evidência, visto que está constantemente sendo retroalimentada pelos saberes advindos da *nuvem discursiva* que é, essencialmente, saturada.

Os sentidos que advêm da ação da ideologia e da afetação do inconsciente conduzem os sujeitos a interpretarem e, portanto, a (res)significarem, necessária e obrigatoriamente. As possibilidades interpretativas/significantes são orientadas pelas condições de produção, sejam estas amplas e/ou específicas, que conduzem os sentidos a serem associados às formações discursivas, de acordo com os saberes específicos.

Esquema 16 – Cinismo como palco das ilusões



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

É possível compreendermos o cinismo, dessa forma, pelo seu particular funcionamento no social, atrelado ao aspecto ideológico e estritamente relacionado às condições de produção. No caso do impeachment/golpe de 2016, entendemos como condições de produção (CPs) a influência dos AIEs jurídico e da mídia, alinhada ao descontentamento de setores mais à direita da política nacional, como fortes impulsionadores do afastamento de Dilma.

Essas condições, por seu turno, engendram-se em movimentos de memória relacionados a alguns fatos históricos marcantes na trajetória política nacional, como o golpe/revolução/ditadura de 1964 e o impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992. A união existente entre CPs e memória torna possível a instauração das duas FDs com as quais trabalhamos aqui, quais sejam: a que enuncia impeachment e a que enuncia golpe para o

mesmo fato ocorrido no Brasil, no ano de 2016. E uma das características que aparece vinculada diretamente à FD que enuncia impeachment é o cinismo.

Este novo funcionamento do corpo social e de suas relações de poder inaugura uma relação diferenciada dos sujeitos com o discurso, associando questões ligadas principalmente à memória e às condições de produção, desembocando nos efeitos de sentidos que conduzem a uma postura/consciência/razão cínica.

A postura/consciência/razão cínica, apresentada pela FD que enuncia o ocorrido em 2016 como impeachment, reflete uma maneira de se posicionar ideologicamente frente ao acontecimento em questão. E esta forma de se posicionar, por si só, já denuncia a própria contradição que constitui a FD. Isto porque há um embate de diferentes questões que são de natureza ambivalente e aparecem funcionando na matriz de sentido dessa formação discursiva.

Podemos citar o conflito entre verdade e mentira, por exemplo. O que é verdade e o que é mentira quando o objetivo maior é enganar os outros (e a si próprio)? O que é moral e imoral nesse contexto? Até onde se pode ir? O que é o real e a realidade nesse agir? Verdade/mentira/enganação (con)fundem-se nesse espaço ideológico/cínico, em que o sujeito assume posturas nas quais a contradição ultrapassa o plano teórico, dos saberes e dos sentidos, para atingir o campo dos agir, das práticas. É a dialética da contradição cínica em funcionamento...

Esquema 17 – O cinismo e seus efeitos de sentido



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

### 5.3 PERVERSÃO E CINISMO: MARCAS DO CONTEMPORÂNEO

A partir da era moderna e, principalmente, por meio das transformações ocorridas com as sociedades em diversos âmbitos, é possível percebermos não apenas a instauração do cinismo enquanto uma postura/um agir cada vez mais presente nas ações dos sujeitos, como também podemos considerar outra característica peculiar presente nas relações intersubjetivas de maneira marcante: a perversão. “Na verdade se ele não faz o que, em função de suas crenças, deveria fazer, é porque faz algo diferente (...) deixa perceber que ele tem em mente ideias diferentes das que proclama (...) seja como um homem ‘inconsequente’ (...), ou cínico, ou perverso” (ALTHUSSER, 1980b, p. 85).

A perversão, entendida como um ato de linguagem, e não apenas como uma subversão de fundo sexual, tornou-se a base das relações entre os sujeitos na contemporaneidade, conforme podemos atestar pelas palavras de Kehl & Bucci (2005, p. 74): “a perversão, e não a neurose, é o modo dominante, invisível, de organização do laço social”.

Seria possível, neste contexto, interpretarmos a perversão como um sintoma, algo que, em uma primeira visada, parece bastante aceitável, porém devemos tomar cuidado com tal pensamento, pois, de acordo com o psicanalista Maurício Maliska:

(...) o que o perverso constrói não é um sintoma, mas talvez o seu avesso, pois ele se configura numa inversão do sintoma. No lugar do sintoma aparece um ato, e esse ato é o avesso do sintoma, é um invertido. Se o sintoma é uma formação do inconsciente, o ato perverso é a sua perversão, é uma outra versão para aquilo que poderia ser um sintoma (...) a perversão apresenta uma versão do sintoma, um ato que denota uma versão em direção ao sintoma. O ato perverso é o avesso do sintoma, pois o rejeita e faz com que ecloda a angústia no outro. (MALISKA, 2017, p. 84).

E é o próprio *modus operandi* do capitalismo que vigora nas sociedades contemporâneas o principal responsável pela instauração e disseminação do agir perverso nas relações interpessoais. Por esta perspectiva, temos, no caso da FD que enuncia impeachment, a associação/atrelamento entre valores/saberes/práticas do capitalismo, do cinismo e da perversão.

Podemos, inclusive, ousar dizer que o maior representante moderno/contemporâneo da perversão é a própria formação social capitalista e é por meio dela e em nome dela que o cinismo se instala no seio social. Esse laço direciona a matriz de sentido da FD que enuncia

impeachment em direção ao agir cínico, o qual se relaciona, por sua vez, com a perversão, marcando, pela união destes dois fatores, a constituição do sentido dominante desta formação discursiva.

A perversão, portanto, faz eco ao cinismo, criando contornos simbólicos que resultam em ações/práticas nas quais o sujeito perverso/cínico molda de acordo com sua vontade, seus interesses narcísicos. Dessa forma, o sujeito perverso/cínico ultrapassa o racional/consciente, enganando os outros e a si mesmo e estabelecendo, para além de mal entendidos, “verdades mentirosas” para sustentar seus dizeres e práticas. A repetição/reprodução deste agir precisa ser efetiva ao ponto de que o próprio enunciador passe “a acreditar em suas próprias mentiras” (SLOTERDIJK, 2012a, p. 641).

A partir desta postura/agir cínico/perverso, moldam-se falsas expectativas, já que este sujeito é essencialmente um mal intencionado em seu agir. Ele se engana e engana os outros para se satisfazer a curto prazo, sem refletir acerca das consequências de seus atos. Sua conduta reflete o caos no qual estamos vivendo atualmente, imersos em uma sociedade que não aprendeu a lidar com a frustração e busca, a todo custo, satisfação imediata, efêmera. Nesse jogo de interesses, o outro é usado tão somente como meio para que o perverso/cínico consiga alcançar seus prazeres fugazes e vazios de sentido e significado.

Para além das definições de Pêcheux (1988 [1975]), quando este aborda o bom e o mau sujeito como posições subjetivas possíveis dentro de uma FD, consideramos que, além de não serem essas as duas únicas possibilidades de identificação de um sujeito com a formação discursiva, compreendemos que a postura instaurada por um sujeito que apresenta uma consciência cínica inaugura um novo modo deste se subjetivar nos limites permeáveis da FD.

Esta nova forma de subjetivação está além das definições de bom e de mau sujeito, pensadas inicialmente por Pêcheux. Temos, pois, o sujeito político contemporâneo (e discursivo) afetado pela falta/ falha constitutivas, atravessado pela contradição, pelo equívoco, interceptado pelo fator ideológico e pela ação do inconsciente, além de encontrar-se subjugado por práticas/saberes da formação social democrático-capitalista. A forma cínica/perversa seria, pois, uma das maneiras de o sujeito se subjetivar e, portanto, apresentar-se socialmente dentro das condições de produção impostas a ele pelo perverso/cínico sistema capitalista hodierno.

Entendemos, pois, que o pensar e o agir cínico (que se agrega à perversão) reflete-se na tomada de posição de um sujeito que não apenas engana os outros por meio do discurso cínico, como também acaba, em última análise, enganando a si próprio. Suas motivações não são legítimas nem a ele mesmo, visto que se erguem calcadas em mentiras, embasadas por

dizeres que inauguram um jogo no nível do simbólico tão inacessível quanto o próprio universo do real:

**SD 36:** “A jovem democracia brasileira sofreu um duríssimo Golpe de Estado em 2016 com o impeachment (Golpe travestido de impeachment) da Presidenta Dilma Rousseff (...) Como poderá ser visto, não faltaram outros pequenos astros e estrelinhas na Operação Golpeachment, solapando a lei e a moral kantiana e sublevando a 'perversão sadiana' como a medida desvairada da nova norma moral brasileira (...) Entretanto, na República Tupiniquim pós-Golpe talvez seja necessário invocar Sade, contudo identificando-se com Kant, após a derrocada golpista. Neste termos, a 'perversão' pode ser sublime”. (*Brasil 247, 20 de março de 2017*).

**SD 37:** “O impeachment é golpe, é crime; é um atentado à democracia (...) É assustador o ambiente de perversão dos valores democráticos e morais, e de banalização desta perversão. A narrativa fascista naturaliza o fato de julgadores investigados por crimes praticados condenarem uma vítima comprovadamente inocente”. (*Carta Maior, seção de Política, de 27 de março de 2016*).

A filiação à FD que enuncia impeachment, portanto, quando afetada pelo cinismo, se dá, também, marcada pela contradição. Ao considerarmos as condições de produção que culminaram com a saída de Dilma, percebemos um sujeito que se identifica plenamente com os saberes matrizes da FD em questão.

Isso é possível se pensarmos em uma formação discursiva afetada predominantemente por saberes cínicos e perversos, com objetivos previamente delineados (portadores, portanto, de certa dose de consciência) e sedimentados em mentiras que precisavam parecer verdades indiscutíveis. Porém, ao ponderarmos que a interpelação ideológica se dá de maneira inconsciente nos meandros do discurso, essa predominância da consciência cínica está a todo momento sofrendo a ação inconsciente, o que permite, ao mesmo tempo, ao sujeito perverso/cínico, enganar e ser enganado.

Esquema 18 – Um retrato do sujeito político contemporâneo



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Elisabeth Roudinesco (2008) ressalta que a sociedade se encarrega de excluir e estigmatizar os perversos, esquecendo que esta característica faz parte da espécie humana

como tantas outras, e que apenas consegue espaço em função do livre arbítrio ao qual estamos condicionados. Destacamos que essa forma de se subjetivar (perversa) ganha espaço cada vez maior em nossa formação social democrático-capitalista, tendo o cinismo como ingrediente associativo.

Em face disso, é possível compreendermos em que medida devemos às leis e aos regramentos de toda ordem - assim como a todos os demais condicionamentos aos quais estamos expostos enquanto sociedade - o direcionamento a esta transgressão, a esta forma contemporânea de o sujeito se subjetivar no seio social. Estamos diante, neste caso, de acordo com Pêcheux (1988 [1975]), de mais uma falha no ritual, justamente quando dizemos que a perversão é uma das características mais representativas dos sujeitos atuais, apesar de sabermos que ela escapa à regra e resiste (persiste) no agir social.

É salutar lembrarmos que, além do cinismo perverso que reveste os saberes/práticas da FD que enuncia impeachment, temos o sujeito político contemporâneo (e discursivo), o qual tem na linguagem um dos elementos que o atravessa e constitui. Este sujeito é afetado, para além das práticas e dizeres da FD a qual se filia, por um verdadeiro embate interno/externo, o qual instaura a presença/ausência nos níveis ideológico e inconsciente, conforme nos mostra Leandro Ferreira:

O sujeito do discurso não é apenas o sujeito ideológico marxista-althusseriano, nem apenas o sujeito do inconsciente freudo-laciano; tampouco é apropriado afirmar que esse sujeito seja uma mera adição entre essas partes. O que vai fazer a diferença desse sujeito é o papel de intervenção da linguagem, na perspectiva de materialidade linguística e histórica que a AD lhe atribui. (LEANDRO FERREIRA, 2005, p. 15).

A frase proferida por Žižek (1992), na qual se percebe algum grau de consciência - eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem - demonstra a maneira *sui generis* do sujeito político contemporâneo de se relacionar nos meandros discursivos afetado pela díade cinismo/perversão.

Em face disso, consideramos a possibilidade de os discursos/sentidos serem constantemente atravessados por discursos outros, o que nos direciona às palavras de Pêcheux (2015 [1983], p. 56) e à relação do sujeito com as duas facetas que o constituem - inconsciente e ideologia - quando este considera o discurso como “índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação (...) mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes (...)”.



Slavoj Žižek (1992), ao tratar sobre a relação dos sujeitos com a ideologia, trabalha com o conceito psicanalítico da fantasia. Se considerarmos a postura/consciência cínica adotada pelos sujeitos que enunciam impeachment, podemos interpretar que essas atitudes/conduas estão, em algum grau, influenciadas por uma fantasia que faz laço entre os funcionamentos ideológico, cínico e perverso.

Podemos compreender, ainda, que essa interligação ideologia/cinismo/perversão em sociedades democrático-capitalistas instaura, conforme Mariani (2014, p. 219), “uma ficção generalizada que produz um efeito discursivo de hipocrisia, materializando na linguagem uma possível perversão social contemporânea”.

Se levarmos em conta o que nos diz Pêcheux, ao relacionar ideologia e inconsciente, podemos considerar, também, essas duas noções aproximadas de tal modo que poderíamos pensar na metáfora de uma moeda e seus dois lados, os quais, apesar de distintos, são inseparáveis na constituição do todo. Do mesmo modo valeria para o sujeito discursivo, no qual “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente” (PÊCHEUX (1988 [1975], p. 301).

O cinismo que afeta, por conseguinte, a FD que enuncia impeachment, pode ser evidenciado quando o combate à corrupção torna-se a motivação maior (publicamente propagada) que permeia sua matriz de sentido. Essa reiterada luta contra a corrupção tão alardeada, busca mascarar os reais sentidos e motivações dos que enunciam impeachment, que é a saída a todo custo de Dilma e, conseqüentemente, do PT da mais elevada esfera de poder nacional. Esta constatação é corroborada pelas palavras de Sloterdijk (2012a, p. 166): “(...) o cinismo moderno é a antítese dos senhores em relação ao seu próprio idealismo entendido como ideologia e como máscara. O senhor cínico retira a máscara, sorri para seu frágil adversário - e o oprime”.

Combater a corrupção pode ser entendido como reflexo da postura/consciência cínica/perversa que constitui os saberes e as práticas dessa FD. Esta fantasia cínica e perversa está presente no movimento que tenta, reiteradamente, enunciar que é preciso acabar/combater a corrupção e, ao mesmo, promover o silenciamento do que se quer de fato: retirar a todo custo o Partido dos Trabalhadores do poder.

Nessa situação, podemos nos questionar até que ponto a ideologia, que adquire contornos advindos do cinismo e da perversão, passando a agir por meio desses saberes, encontra-se naturalizada no sujeito, ao ponto de ser inconsciente e, até que ponto, por outro

viés, passa a atuar a postura/consciência cínica e perversa que racionaliza ou tem consciência das ações que toma?

É possível, também, refletirmos discursivamente acerca da relação existente entre ideologia e inconsciente na racionalidade/consciência da postura/agir cínico e perverso atuante em nossa formação social democrático-capitalista, relacionando as práticas estabelecidas entre sujeitos e linguagem.

#### 5.4 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016

A noção de condições de produção (CP) é, assim como tantas outras, bastante complexa dentro do quadro conceitual da AD. Isto se deve à sua abrangência e, também, por representar lugares que abrigam as contradições, nos quais há o atravessamento da heterogeneidade, entre tantas outras questões que poderiam ser levantadas.

O termo está ligado à exterioridade linguística que, para a Análise do Discurso, tem caráter constitutivo, fornecendo, com isso, a possibilidade de instauração dos sentidos. De acordo com Orlandi [2015], as condições de produção podem ser divididas em dois tipos, quais sejam: o de sentido estrito e o de sentido amplo.

O primeiro abarca as circunstâncias de enunciação, ou seja, o contexto imediato, enquanto o segundo contempla os contextos sócio-histórico-ideológicos. Mesmo apresentando definições estanques, no fio do discurso não podemos separar estes dois tipos, visto que seus funcionamentos ocorrem de forma sincrônica.

Podemos conceber, pois, de maneira bastante simplificada, que as CPs representam o cenário no qual se dão os fatos/acontecimentos, determinando o direcionamento dos processos discursivos. A seguir apresentamos o que entendemos como sendo as condições de produção do impeachment/golpe de 2016, materializadas nas SDs.

**SD 38:** “O processo de impeachment da Presidente Dilma, cujo pedido foi assinado por dois advogados do PSDB junto com um ex-petista despeitado por não receber o cargo que queria no governo Lula, é uma coleção de paradoxos, absurdos, ilegalidades e arbitrariedades (...) se baseia num *parecer de exceção* do conselheiro do TCU [Tribunal de Contas da União] (...) o pedido de *impeachment* formulado viola a Constituição e as Leis, porque considera o período anterior ao mandato atual da Presidente Dilma. Se existisse crime de responsabilidade – e não existe, porque Dilma seguiu o mesmo procedimento de governos anteriores (...) o pedido de *impeachment* foi aceito por um Presidente da Câmara dos Deputados que sequer poderia estar presidindo o Parlamento, porque é réu na Justiça e é também réu na Câmara; ele se agarra ao cargo para escapar

da condenação penal e da cassação política. Eduardo Cunha usa o *impeachment* como moeda de troca com o PSDB, PPS, DEM, PMDB, PTB, PP e outros golpistas para se salvar (...) a maioria dos parlamentares que vai julgar o *impeachment* é investigada em vários casos de corrupção. Estes parlamentares estão em suspeição e, enquanto estiverem em suspeição, não é legítimo que participem do julgamento de uma Presidente inocente, sobre a qual não recai nenhuma acusação concreta (...) Os agentes do condomínio jurídico-midiático-policial, que se desempenham a partir de lógicas de poder no Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e na mídia, estão naturalizando, de maneira perigosa e desagregadora, a introdução de dispositivos fascistas na sociedade brasileira". (*Carta Maior, seção de Política, de 27 de março de 2016*).

**SD 39:** "O afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira. Acusada de praticar uma manobra contábil, as chamadas 'pedaladas fiscais', contra ela não foram levantadas quaisquer suspeitas de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo em benefício próprio, ainda que sua vida, privada e pública, tenha sido vasculhada com lupa por seus adversários (...) Mas, evidentemente, a presidente Dilma Rousseff não foi levada a julgamento por isso. As manifestações de rua contra seu governo, orquestradas por defensores dos mais diversos interesses, muitos deles espúrios, levantavam bandeiras anti-corrupção porém alimentavam-se de ressentimento". (*El País, de 01 de setembro de 2016*).

**SD 40:** "(...) O jornal The New York Times afirma que para Dilma e seus aliados, o *impeachment* é uma tentativa de golpe, uma posição que gerou forte reação da esquerda. Ao contrário da renúncia do presidente Fernando Collor, que foi provocada por acusações de corrupção em 1992, a saída de Dilma deixa um rastro de ressentimento". (*Jornal do Brasil, 31 de agosto de 2016*).

**SD 41:** "(...) enquanto ocorria a fase de investigação no Senado, vieram a público os áudios de conversas nas quais o senador Romero Jucá (PMDB-RR), um dos principais articuladores do *impeachment* no Senado, aparentemente sugere que a troca de comando no governo federal seria o caminho para um pacto capaz de deter a Operação Lava Jato. 'Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o governo para estancar essa sangria' (...)". (*Globo.com, de 24 de maio de 2016*).

Michel Pêcheux traz a noção de condições de produção para o campo discursivo em 1969, quando se pensava as CPs como lugares específicos dentro de uma formação social. Esse primeiro passo, ainda bastante empírico, estava bastante atrelado a pensamentos de ordem psicossociológica.

A heterogeneidade que acompanha o conceito traz consigo a ideia de instabilidade. Para Courtine (2014 [1981]), a noção de CPs auxilia na definição de outro importante conceito da Análise do Discurso, qual seja: *corpus* discursivo. Isso porque, para este autor, um *corpus* pode ser entendido como "um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CPs do discurso" (COURTINE, (2014 [1981], p. 54).

Em face do exposto, nosso *corpus* de análise é representado por sequências discursivas (SDs) que foram extraídas da internet, de diversos veículos de comunicação brasileiros e de outros países. Estas SDs, assim como a própria noção de condições de produção, possuem, segundo palavras de Courtine (2014 [1981], p. 55), uma natureza variável, podendo ser compreendidas até como vagas.

Isto, no nosso caso, deve-se à predominância de sequências advindas de veículos representantes da grande mídia brasileira e internacional, apesar de, em alguns momentos, serem utilizadas sequências de veículos considerados alternativos. A explicação está no fato de que, ao elegermos a internet como o arquivo virtual que nos dará suporte, primou-se pela busca de um lugar que pudesse dar voz a uma pluralidade de versões acerca do mesmo fato e o mundo digital veio ao encontro dessa premissa.

Courtine (2014 [1981], p. 57) também trabalha com o que ele denomina “forma do *corpus*”, no qual se depreende que as sequências discursivas se formam por meio da inter-relação entre posições ideológicas homogêneas (que apresentam mais regularidade) e heterogêneas. Isto ocorre porque, segundo o autor, essa é uma das características que está intimamente atrelada a discursos de âmbito político.

Ao expressar a famosa frase que define discurso como efeitos de sentidos entre interlocutores, Pêcheux (1993 [1969]) promoveu uma aproximação entre as categorias de condições de produção e de formações imaginárias. As CPs, sejam em sentido amplo e/ou estrito, conjugadas às projeções/antecipações dos interlocutores na cena discursiva, acabam por determinar os conflitos, as tensões, ou seja, disputas intermediadas pelas relações de força e de poder.

As condições de produção são formadas, segundo Orlandi (2015), pela relação existente entre situação e sujeito. Elas se fazem presentes no âmago do discurso, sendo o elo motivador do cenário no qual ocorrerá a instalação das relações de força. Quando se fala em relações de força, estamos pensando no lugar social ocupado pelo sujeito não-empírico (posição-sujeito), que o define e delimita de acordo com a força proveniente deste lugar de onde ocorre a interlocução.

As condições de produção, portanto, desenham os lugares nos quais sujeito e situação atuam de forma atrelada, trabalhando, com isso, na tessitura semântica do discurso. A memória também é acionada na produção discursiva e se inter-relaciona com as CPs. Na análise do nosso objeto, as palavras impeachment e golpe, ao serem acionadas nos mais variados momentos e circunstâncias, vinculadas às CPs, promovem resgates de memória que possibilitam heterogeneidade/efeitos dos sentidos.

Passaremos a discorrer, a partir de agora, acerca de alguns fatores relevantes e que contribuíram, de forma decisiva, como condições de produção do impeachment/golpe de 2016.

A crise mundial, de ordem principalmente econômica, já se fazia presente no cenário brasileiro e passou a somar forças com as descobertas de inúmeros casos de corrupção

advindos pelas investigações da Operação Lava Jato, na qual políticos de diversos partidos apareciam envolvidos. Como Dilma permitia e até apoiava publicamente as investigações, esta atitude da presidente passou a se tornar um verdadeiro estorvo na vida de muitos parlamentares. Políticos que se opunham ideologicamente a ela passaram a buscar formas de contornar esta situação, revertendo-a em causa própria.

Alguns nomes da política nacional podem ser associados à forma como se deu o impeachment/golpe de 2016, são eles: o presidente da Câmara dos Deputados à época, Eduardo Cunha (MDB), o senador Aécio Neves, candidato do PSDB à presidência da República em 2014, o próprio vice de Dilma, Michel Temer (MDB) e o presidente do MDB, Romero Jucá.

Eduardo Cunha solicitou apoio ao PT para não ser cassado em processo que envolvia atos de corrupção, porém o Partido dos Trabalhadores não aceitou apoiá-lo e este fato pode ser entendido como umas das justificativas para a deflagração do processo de impeachment, pois estava em suas mãos o poder de aceitar ou não o pedido.

Igualmente, Aécio Neves aparece como importante partícipe do processo de afastamento de Dilma, pois, por mais de uma vez, após a divulgação oficial de que a petista havia sido reeleita, o tucano fez ouvir, nos diversos veículos de comunicação, seu descontentamento com o resultado das urnas. A partir disso, é possível interpretarmos tanto a atitude de Eduardo Cunha quanto as manifestações de Aécio Neves como sendo efeitos de origem do impeachment/golpe de 2016, conforme preconizou Indursky (2003).

O tucano, à época, assim que o veredicto das urnas veio à tona, não se contentou com o resultado das eleições e passou a instigar embates que tentavam, a todo custo, deslegitimar a conquista obtida por Dilma. Suas palavras eram sempre proferidas eivadas de ódio, enfatizando a cada oportunidade que estaria à frente de uma oposição ferrenha ao PT e aos seus aliados, pois um de seus objetivos, ditos textualmente em certa ocasião, foi de que queria ver 'o governo sangrar'. Quanto ao vice de Dilma, Michel Temer, não entraremos em detalhes, pois já abordamos sua participação no processo de impeachment/golpe no capítulo relacionado ao ressentimento e à carta por ele enviada.

Porém, o cenário ainda não estava completo. Faltava a incorporação de mais um importante ator para que o palco do impeachment/golpe ganhasse ainda mais força: a mídia nacional, representada, neste caso, pelos veículos de comunicação de maior expressividade junto às massas - conhecidos como integrantes da grande mídia - o que auxiliou, sobremaneira, na repercussão e no direcionamento dos fatos.

A mídia internacional, num primeiro momento, reproduziu o discurso dominante no Brasil a seu modo (o qual silenciava os sentidos atrelados à FD que enunciava golpe, dando destaque ao uso das palavras impeachment para se referir ao acontecimento). Mas, à medida que o processo se desenhou, a postura da grande mídia internacional assume um novo formato e passa a suscitar dúvidas acerca do processo de impeachment/golpe que ocorria no país, problematizando questões relacionadas à sua legalidade/legitimidade.

Ao concebermos o AIE da mídia como um lugar social, conforme Grigoletto (2007), é possível pensá-lo como construção do sujeito em sua relação com a língua e a história, sem que isso possa ser confundido com a noção de posição-sujeito: “(...) a mídia, enquanto um lugar discursivo, é atravessada por discursos oriundos de diferentes lugares sociais, de diferentes posições-sujeito e diferentes FDs” (INDURSKY, 2011, p. 183).

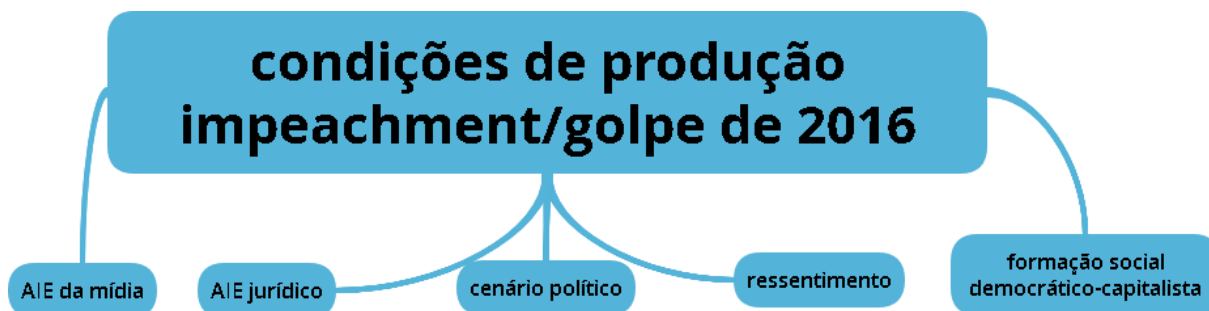
No caso da grande mídia brasileira, ao considerarmos a cobertura feita durante todo o processo de impeachment/golpe de 2016, fazemos coro com as palavras de Indursky (2017, p. 84), quando afirma, de maneira enfática, que “(...) as mídias tradicionais, defensoras do impeachment, certamente o fizeram sob o funcionamento cínico da ideologia: sabiam muito bem o que estavam fazendo, mas, mesmo assim, o fizeram”.

A mídia brasileira, especialmente os veículos representantes da grande mídia, mesmo antes da instauração oficial da democracia, já detinha o poder de direcionar as mentes em função de seus interesses. Seja apagando/silenciando/interditando informações, seja reconstruindo/redimensionando pontos de vista, o objetivo não explicitado com todas as letras era e é ainda o mesmo: fazer com que seus interesses fossem/sejam preservados a todo custo.

Esta influência aparece em condutas subliminares, que conduzem os posicionamentos ideológicos dos veículos à espreita, sem grandes alardes. Tivemos muitas demonstrações que atestam essa importante influência manipulatória da grande mídia, especialmente em momentos históricos relevantes. Dentre estes podemos citar a forma como a mídia conduziu e se posicionou durante o período da ditadura brasileira, assim como nos casos dos dois processos de afastamento de presidentes via impeachment (1992 e 2016).

Soma-se a essa conjuntura o ressentimento apresentado por Aécio Neves e Michel Temer - duas importantes figuras do impeachment/golpe - o qual, ao ser entendido como sintoma, expressa a relação que o sujeito tem com um ideal, com uma contradição, simbolizando o retorno do não admitido, do não reconhecido, segundo Dunker (2015).

Esquema 19 – Condições de produção do impeachment/golpe de 2016



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

O capítulo anterior abordou as questões relativas ao ressentimento de forma mais detalhada, no qual explicamos por quais motivos o entendemos como um sintoma. Além disso, compreendemos que sua presença no cenário do impeachment/golpe de 2016 se fez de maneira tão relevante que podemos considerá-lo, também, como uma das condições de produção que motivaram o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República.

Pode-se depreender, portanto, que o processo discursivo pontua sua abrangência a partir das condições de produção, e tem nas formações discursivas seu ponto de referência. É via identificação dos sujeitos com as FDs que podem ser visualizados os diversos posicionamentos - complexo provindo das formações ideológicas - frente às mais variadas questões.

Para Pêcheux (1988 [1975], p. 161), os sentidos se constituem de acordo com as posições ocupadas pelo sujeito do discurso, determinados pelas condições históricas e ideológicas. Desta forma, o sentido não é dado a partir da compreensão de significados isolados, contidos em palavras ou expressões. Os sentidos possíveis são constituídos pelas formações discursivas, “nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (Ibidem, p. 161).

Como o sentido não é dotado de pureza original, ou seja, como ele não possui uma literalidade e, sim, variadas possibilidades interpretativas, estas probabilidades de significação estão vinculadas diretamente às posições ideológicas que se fazem presentes no cenário sócio-histórico, fazendo com que a profusão de significados/sentidos se faça proporcional às posições ocupadas por quem delas faz uso (posições-sujeito).

## 5.5 O CINISMO E SEUS ENTREMEIOS DISCURSIVOS

As formações discursivas podem ser concebidas como sendo a projeção, na linguagem, das formações ideológicas. Isso está relacionado ao fato de uma determinada palavra ou expressão fazer um sentido 'x' em um determinado contexto e 'y' em outro, pois vai depender de quem a enuncia e à qual formação discursiva o sujeito está atrelado. Neste cenário, são indissociáveis as noções de sujeito, ideologia e sentido.

E, para se conseguir verificar a presença da ideologia, é necessário o suporte oferecido pela linguagem, visto que esta se configura na materialidade inerente ao próprio discurso. O sujeito em AD, portanto, institui-se pelo atravessamento do ideológico, o que nos leva ao entendimento de que a composição sujeito + sentido ocorre simultaneamente. O sentido, portanto, está referendado por sua conexão com os saberes das FDs, que, por seu turno, provêm da *nuvem discursiva*, funcionando discursivamente via FDs e, este (sentido), por conseguinte, é afetado incondicionalmente pelo ideológico e pela ação invisível do inconsciente.

O cinismo, em sua acepção clássica, estava associado a quem conseguia ser completamente verdadeiro. Suas bases o aproximavam da ideia de parrésia, na qual se pensa e age pela verdade, independentemente da reação que essa atitude provocará no outro. Atualmente, em sociedades condicionadas pelo capitalismo, nas quais se pratica uma pseudodemocracia e os valores do mercado estão acima dos valores humanos e sociais, dizer a verdade, mesmo que parcialmente, há muito não é visto como algo aceitável.

Ao pensarmos na verdade como um efeito do simbólico, podemos argumentar que o cinismo joga com a verdade, dissimulando-a. O próprio sistema capitalista funciona como lugar, como sistema de produção no qual prepondera o cinismo, no qual não há espaço para o questionamento, para a dúvida. Segundo Dunker (2015, p. 66) “o cinismo é, antes de tudo, uma patologia da crítica, uma patologia da possibilidade de dizer não de forma determinada ou indeterminada. O cínico recusa aceitando e aceita recusando (...)”.

No agir cínico, temos, portanto, a contradição funcionando a pleno: eu me filio a algo que sei não poder ser expressado, então, direciono os sentidos para outros lugares, orquestrando-os até certo ponto para que eles funcionem a meu favor, cuidando sempre para que minhas reais motivações não venham à tona. Porém, é preciso lembrar que esse agir do



sujeito, marcado pelo consciente/racional/direcionado, está afetado pelo inconsciente, que/o qual constitui o sujeito de maneira imanente/inescapável.

Os sentidos envoltos pela palavra cinismo sofreram alterações drásticas da antiguidade até os tempos atuais. Da filosofia, que dava ênfase à virtude e primava pela congruência entre o dizer e o fazer, os sentidos hoje se aproximam mais da enganação, da desfaçatez, predominando a dissonância entre o que se diz e o que faz. Tiburi (2017, p. 90) enfatiza que “os espertos surgem e passam a usar o cinismo como tática de enganação. É a melhor de todas. Ato de linguagem, verbal e performativo, o cinismo é uma postura e o cínico ocupa um lugar especial nela”.

E é a partir desse entendimento que a FD que enuncia impeachment está afetada, quando tenta, a todo custo, ratificar e apoiar a saída de Dilma, alegando crime de responsabilidade quando, em contrapartida, os discursos, as falas, as ações mostravam que o real motivo era de ordem eminentemente política, mas de um cunho político que não justificaria o afastamento via impeachment.

O que Dilma fez no governo foi de encontro ao interesse de muitos políticos influentes e isto acabou por desagradá-los, fazendo com que articulações de toda ordem e, principalmente, conchavos políticos que visavam o bem particular, tomassem conta do cenário nacional. O Brasil, por conta disso, transformou-se na “república do faz de conta” (Sloterdijk, 2012a, p. 546), na qual a dissimulação teve/tem lugar garantido sob os holofotes.

A política é um dos temas que mais desperta paixões e estimula posicionamentos bem marcados, e, por vezes, até antagônicos. Por este motivo, entendemos que a dissimulação seja um ato consciente, que se institui como fator que regula a relação governante/governado. Maquiavel (2004) ressalta que os enganadores sempre acham a quem enganar, pois o príncipe não necessita ter todas as características exigidas para um governante, bastando apenas parecer que as possui.

É possível, também, associarmos o ridículo político contemporâneo ao cinismo, se considerarmos que, no campo político, especialmente o político partidário, por vezes nos defrontamos com fingidores por excelência. Tiburi (2017) trabalha com a ideia do “Homo ridiculus”, o qual, segundo a filósofa, apresenta-se como a “nova condição subjetiva em que fingir para si mesmo tornou-se regra”.

Márcia chega explicitamente a mencionar que aprender a jogar com o ridículo (e com o cinismo, acrescentamos), conhecendo suas regras, pode render frutos: “quem percebe o jogo do ridículo e aprende a manipulá-lo pode se tornar até presidente da República” (TIBURI, 2017, p. 41). Ao se referir diretamente a Michel Temer, Tiburi enquadra-o como um típico

caso de ridículo político, o qual também podemos associar a um exemplo de cinismo acentuado por traços perversos.

Para finalizar, apenas por ora, podemos recordar uma passagem da obra *O Príncipe*, de Maquiavel, quando este afirma que se um governante não pode ser amado por seu povo, o que lhe resta é fazê-lo ‘temer’. Qualquer semelhança, pois, com nossa realidade pós impeachment/golpe de 2016 não parece ser mera coincidência...

**O FIGURINO DO GOLPE:**  
elegante, recatado e do lar



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

Fonte: <https://marcosalmeidalocutor.wordpress.com/2016/04/25/charge-do-dia-o-figurino-do-golpe/>

## 6 MARCAS DE UMA RESISTÊNCIA

*Hoje, como nunca, o golpe continua certo.*  
MICHEL PÊCHEUX

A resistência aparece no universo da Análise do Discurso como uma marca constitutiva da teoria, pois, como diz Pêcheux, o sujeito pode resistir sempre. Ainda trazendo referências do fundador da AD, percebemos que ela é intrínseca a todo e qualquer processo de âmbito social moldado a partir da luta de classes, visto que, novamente de acordo com Pêcheux (1988 [1975], p. 304) "não há dominação sem resistência". E ela se dá e é percebida no fio do discurso via efeitos de sentido e tomadas de posição.

Podemos igualmente pensar a resistência remontando-nos à instauração da própria Análise do Discurso enquanto disciplina pertencente ao âmbito das Ciências Sociais. A resistência pode ser entendida, ainda, como um traço da subjetividade, que se instaura nos meandros do discurso por sua necessária inscrição na língua.

É pela resistência, pois, que se abre espaço para as múltiplas possibilidades interpretativas, para os diferentes gestos de leitura, para as formas difusas de promover significações. Inaugura-se, com isso, a possibilidade outra, no instante em que enunciamos uma palavra ao invés da outra e provocamos o deslizamento, a deriva dos sentidos previamente instituídos. Resistir, enfim, é trabalhar o historicamente previsível por outras vias, inscrevendo no fio do discurso diferentes gestos/trajetos interpretativos.

A linguagem e a língua comportam a possibilidade da resistência dentro de suas próprias estruturas, isto porque estamos trabalhando sob o viés de uma teoria que se organiza em torno justamente da falta, da falha, do sentido-outro que, a qualquer momento, pode surgir, justamente por não estarmos considerando o par língua/linguagem como algo rígido mas, sim, aberto à opacidade.

Resistir é, segundo palavras de Souza (2015, p. 136), "algo possível de ser tecido com palavras". Mariani (1998), baseada no pensamento de Michel Pêcheux, nos traz o sentido adquirido pela resistência nas tramas do discurso:

É a possibilidade de, ao dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. É ressignificar rituais enunciativos, deslocando processos interpretativos já existentes, seja dizendo uma palavra por outra (na forma de um

lapso, um equívoco) seja incorporando o *non sens*, ou simplesmente não dizendo nada. (MARIANI, 1998, p. 26).

No afastamento de Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, compreendemos que a FD que enuncia golpe foi marcada pela resistência, isso porque seus sentidos permaneceram (e ainda permanecem) interditados pela FD que enuncia impeachment, principalmente se considerarmos a grande mídia nacional:

**SD 42:** “Assistimos no Brasil a um golpe de Estado em transmissão direta, por vezes em câmara lenta, outras em aceleração frenética. É assim que se procede no século XXI: em vez de tanques nas ruas, tudo começa com um juiz que quer derrubar um governo, declarando guerra ao princípio da soberania democrática. É golpe curto, bem sei, prender para eliminar politicamente e depois deixar as coisas seguirem o seu destino (...) Este novo tipo de golpe é mais eficaz, mobiliza a dúvida e espalha os ódios, disputa a aceitação e mesmo a participação de parte da população, ocupa o terreno do simbólico, que é a sede da política. Esta técnica de golpe de Estado neutraliza a argumentação e assim exclui a razão, porque se baseia na hegemonia afirmada de um poder supremo e imune à democracia”. (*Blogues Público, seção Tudo menos economia, 22 de março de 2016*).

Resistir é aproveitar todas as brechas, rachaduras, abertas pela discursividade e, nesses espaços, tecer seus sentidos/discursos outros. E é justamente pelas fendas abertas/deixadas pela dominação que o resistir se molda. Foi pelas falhas da FD que enuncia impeachment que a FD que enuncia golpe penetrou, entretecendo seus saberes, práticas, rituais e, com isso, tornando-se visível/presente discursivamente.

Ao trabalharmos com a Análise do Discurso, precisamos fazê-lo à moda de Pêcheux, tomando partido pelo fogo, ou seja, expondo-nos ao previamente estabelecido e logicamente estabilizado, tentando (res)significá-lo. Se todo ritual comporta a possibilidade da falha, eis a resistência a se instalar aí, rompendo com os saberes muitas vezes dominantes e previamente instituídos.

Esquema 20 – FD que enuncia impeachment *versus* FD que enuncia golpe



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

## 6.1 CONTRADIÇÃO E RUPTURA NO ATO DE RESISTIR

E onde há resistência, geralmente há, também, ruptura. De acordo com Leandro Ferreira (2015, p. 164), “poderíamos dizer que onde há ruptura houve resistência, ainda que nem toda resistência provoque necessariamente ruptura”.

Ao trazermos a noção de ruptura para se alinhar à resistência, também é possível considerarmos que, ao romper com o discurso dominante, trazendo novas possibilidades interpretativas para o fio do discurso, o que temos é a ocorrência de um processo polissêmico. “Na falha, ela (a ideologia), se abre em ruptura, onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, ‘fazendo sentido do interior do não-sentido’. É a isto que chamo resistência” (ORLANDI, 2016, p. 231).

Ao concebermos uma nova forma de ler/interpretar o fato ocorrido no Brasil em 2016 como golpe, e não mais como impeachment, o que estamos fazendo é deslocar o sentido previamente concebido e aceito (e divulgado pela grande mídia brasileira). Esse deslizar dos sentidos e saberes traz elementos da história para atuar no intradiscurso e o histórico, por sua vez, é afetado pelo trabalho da ideologia, que move os sentidos, rompendo os saberes pré-construídos e/ou aceitos como dominantes.

Lagazzi-Rodrigues (1998) atrela a resistência à contradição dentro da formação social capitalista, na qual temos o discurso dominante do mercado atuando como um pré-construído que aparece cristalizado. A resistência seria, nesse cenário, a possibilidade de deslocar, de deslizar os dizeres hegemônicos. A autora pensa a resistência inserida nas esferas de poder, e por este viés, podemos associar a resistência promovida pela FD que enuncia golpe frente a um conjugado de poder advindo da FD que enuncia impeachment, e que conta, ao seu lado, com o poder dos aparelhos ideológicos, especialmente dos AIEs jurídico e da mídia.

A resistência se faz, portanto, na busca por um espaço no qual a voz que enuncia golpe possa ser ouvida, em um primeiro momento para, em um segundo instante, apresentar o porquê de seu posicionamento para a sociedade. Essa voz é impedida de se manifestar na grande mídia brasileira, porém seus sentidos reverberam nos veículos internacionais de amplo alcance social. Conforme Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 78) a resistência se mostra na luta “por mudança e contra a mudança (...) é na contradição entre a sujeição ao poder e a luta contra o poder que a resistência deve ser analisada”.

Considerar a contradição no processo de resistência é trabalhar não apenas com uma simples contraposição a um dizer dominante, mas, sim, possibilitar a instauração discursiva de sentidos outros, de dizeres distintos dos apresentados como únicos ou mais adequados. Contradição também há se pensarmos na própria atuação do AIE da mídia que, envolto pelo manto da imparcialidade/objetividade/neutralidade, esquece/silencia algo que consta no rol dos preceitos fundamentais da atividade de comunicar. A apresentação de vários ângulos a respeito de uma questão à sociedade consta como algo que faz parte das formações imaginárias do fazer jornalístico, o que, na prática, não vislumbramos no caso do impeachment/golpe de 2016.

Os veículos tradicionais brasileiros, pertencentes à grande mídia, deram preferência, em suas linhas editoriais, pela palavra “impeachment” para delimitar o que estava ocorrendo no país. Nos veículos, em sua maioria virtuais, considerados como mídia alternativa, o que percebemos, mesmo no âmbito brasileiro, foi a prevalência do uso da palavra “golpe” para definir o que estava acontecendo nacionalmente.

Já a grande mídia internacional de diversos países, em contraste com a grande mídia brasileira, em suas linhas editoriais, parecia estar abordando o acontecimento político brasileiro com um olhar bastante distinto. Seja de maneira perplexa, ou de forma mais contundente, o que se viu foi o uso preponderante da palavra golpe para compreender/significar o que estava sucedendo no Brasil em 2016.

Vemos, pois, com esses movimentos adotados pela mídia, que a resistência, representada pela FD que enuncia golpe, fez-se presente, em âmbito nacional, principalmente pelas mídias alternativas (e virtuais) e esta, por sua vez, contou com a resistência advinda de vozes estrangeiras, de importantes veículos da grande mídia internacional.

A voz que ecoou entoando golpe se fez ouvir de fora para dentro do Brasil, mas, mesmo assim, não conseguiu se fazer dominante ao ponto de provocar mudanças efetivas no fato em questão:

**SD 43:** “Não quero viver em um país que permite a um juiz se sentir autorizado a desrespeitar os direitos elementares de seus cidadãos por ter sido incitado por um circo midiático composto de revistas e jornais que apoiaram, até o fim, ditaduras, e por canais de televisão que pagaram salários fictícios para ex-amantes de presidentes da República a fim de protegê-los de escândalos. O que poderia ter sido a exposição de como a democracia brasileira só funcionou até agora sob corrupção, precisando ser radicalmente mudada, terá sido apenas uma farsa grotesca.” (*Folha de São Paulo, coluna de Vladimir Safatle, de 18 de março de 2016*).

A formação imaginária do fazer jornalístico está pautada pela tríade imparcialidade/objetividade/neutralidade (14) alguns dos preceitos fundamentais da atividade

jornalística, apesar de serem considerados, por muitos estudiosos, como ‘mitos’, por não serem possíveis de ser implementados no agir profissional diário, na qual os veículos consideram-se como lugares nos quais os fatos são meramente apresentados à sociedade. Esta conduta silencia que, muito além de informar seus públicos, o que os veículos fazem é trabalhar na instituição dos sentidos, promovendo gestos de interpretação mascarados por condutas profissionais inatacáveis.

Ao tratar especificamente do discurso jornalístico, Mariani (1993, p. 35) destaca que “sob a alegação de estar informando, o jornal permanece opinativo e interpretativo, constituindo sentidos, produzindo história”. Essa postura se estende não apenas aos jornais, mas a todos os veículos de comunicação, propagando a ideia ilusória/imaginária de que sua mera apresentação dos fatos e aparente não posicionamento delimitaria o que muitos consideram como sendo a verdade.

Esquema 21 – Resistência e ruptura dos sentidos



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Como é possível apenas apresentar a realidade, sem a intenção de manipulá-la, sendo este um movimento natural do fazer jornalístico? Como conceber, ao aceitar a manipulação necessária, que os veículos de comunicação sejam uma fonte confiável de verdades? Se o veículo não admite publicamente suas posições ideológicas, mascarando-se de isento e imparcial, como pode, então, não apresentar à sociedade os diferentes posicionamentos, os distintos pontos de vista acerca de um acontecimento?

Será que o fato de apenas expor uma das versões não garantiria uma verdade mais adequada a seus propósitos enquanto AIE? Como é possível esse efeito de transparência não



deixar à mostra variados posicionamentos, para que a opinião pública possa decidir qual conjunto de dizeres mais lhe representa? Nesse cenário de múltiplos questionamentos, no qual atitudes como essas são naturalizadas e se desenham há tempos no Brasil, como a resistência se instalaria?

**SD 44:** “Quase 14h de Dilma e uma defesa histórica para inspirar a resistência. A presidente Dilma começou a falar no Senado às 9h53 e terminou às 23h47. Quase 14h de uma defesa memorável que vai se tornar uma peça de estudos por muitos e muitos anos. Uma defesa que já seria histórica se fosse algo mais ou menos razoável, mas não foi só. Foi um show. Um show de coragem, de dignidade e de respeito à biografia e à democracia (...) E só aceitou a condição de ser interrogada por 14 horas porque sabia que precisava defender também as instituições e o processo democrático. E porque sabe que o golpe que está próximo de acontecer não pode se dar sem resistência. Sem sinais de resistência. Sem uma clara mensagem de futuro. E Dilma deixou hoje, no dia 30 de agosto de 2016, uma clara mensagem. Não se entregue, não desista, não seja covarde, seja leal e tenha dignidade”. (*Revista Fórum, de 30 de agosto de 2016*).

O discurso jornalístico tem como característica básica o fato de (tentar) mostrar à sociedade pelos menos dois posicionamentos acerca de um mesmo fato, o que deve ser feito através de uma suposta neutralidade. Esta precisaria se ancorar em um uso transparente da língua, garantindo, com isso, a imparcialidade e a isenção. Esse movimento transforma os meios de comunicação, de maneira geral, em detentores de verdades. E é por este funcionamento que o poder do Estado também é garantido, pois o que vemos acontecer, na prática, no caso do Brasil, é a disseminação da ideologia dominante pelo AIE da mídia, referenciando, aqui, de forma mais precisa, os veículos pertencentes à grande mídia nacional.

Tratemos, portanto, da resistência baseada em Pêcheux (1988 [1975])) como busca por novas possibilidades de significação/interpretação dos dizeres/sentidos; como uma ruptura com o logicamente estabilizado; como uma falha no ritual que se materializa pelo furo e que se mostra pela contradição inerente ao sujeito e ao próprio sentido: “a resistência é a luta do sujeito por um lugar de poder/dizer” (LAGAZZI-RODRIGUES, 1998, p. 16).

E é justamente nesse lugar que a FD que enuncia golpe se coloca. Ela precisa dizer, precisa poder dizer, mas dentro do espaço de poder ocupado pela grande mídia brasileira ela não tem vez e nem voz. Nunca é demais, portanto, citarmos as palavras proferidas pelo próprio Pêcheux quando este, em sua retificação, nos apresenta dois pontos que precisam ser considerados ao trabalharmos com a Análise do Discurso, quais sejam:

- a) não há dominação sem resistência, primado prático da luta de classes que implica que é preciso ousar se revoltar;
- b) ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja, primado prático do inconsciente que implica que é preciso ousar pensar por si mesmo; (PÊCHEUX (1988 [1975], p. 304).

Por esta ótica, precisamos considerar a complexidade de trabalhar o “processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica e política de classes” (Pêcheux (1988 [1975]), p. 303), concebendo um sujeito que é, simultânea e distintamente, assujeitado/interpelado por duas instâncias que o constituem - ideologia e inconsciente. Este sujeito, ao se filiar/identificar com os saberes de determinada FD, já pode estar se inscrevendo em um processo de resistência, isto se considerarmos o primado da luta de classes que, em muitas situações (e esse é o caso do nosso trabalho), revela o embate entre duas FDs com práticas e saberes divergentes.

E é nesses traços/vestígios de resistência/revolta que se manifesta a resistência, nessas “formas de aparição fugidias de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio” (PÊCHEUX (1988 [1975], p. 301). E foi assim que a presidente Dilma tentou resistir até o último instante:

**SD 45:** “Dilma prega “resistência contra golpe” em evento na capital paulista (...) “Vamos todos nós, juntos, resistir. Eu começo por essa palavra, que é uma palavra forte, de luta: vamos resistir”, declarou. A presidente destacou a união entre movimentos sociais, partidos políticos progressistas, sociedade, artistas e mulheres, em uma grande frente de resistência. “Uma mobilização que criou uma frente no mais puro sentido da democracia. Essa foi, talvez, nossa maior vitória”, avaliou Dilma. “Uma das coisas que nós aprendemos com tudo isso que aconteceu é que a democracia não está garantida. A democracia é uma conquista sistemática e nós temos de estar atentos para não perder o que ganhamos.” (...) Dilma disse que o grupo mobilizado em torno da questão também foi vitorioso ao identificar que o que estava acontecendo era um golpe, segundo suas palavras ‘Por que é um golpe? Porque se trata da utilização de um instrumento que, de fato, está previsto na Constituição, que é o impeachment, mas que não tem base de sustentação porque não houve crime de responsabilidade’, definiu”. (*Correio do Povo, de 23 de agosto de 2016*).

Podemos compreender, por meio de palavras expressas por Pêcheux, que a grande mídia auxilia no processo de anestesiar as resistências. Seu *modus operandi* é não dar voz a posicionamentos que choquem com seus interesses, que venham de encontro a seus anseios, que possam despedaçar sua hegemonia conseguida, muitas vezes, como espólio da exploração desenfreada.

A tentativa de calar as urnas, de buscar valer seus interesses a qualquer preço, por parte da FD que enuncia impeachment, fez com que a FD que enuncia golpe crescesse em resistência para, com isso, manifestar sentidos que obtiveram alcance para além do cenário estritamente nacional.

Alguns sujeitos conseguem subverter com o logicamente estabilizado e afastam-se do discurso dominante, passando, com essa atitude, a encontrar no espaço simbólico da resistência identificações que vão de encontro à dominação previamente imposta. Essas

derivas de posicionamento ideológico inauguram brechas, furos, pelos quais gestos de revolta insurgem.

A contradição se instala e o equívoco se apresenta pelo uso de determinadas palavras (golpe) em detrimento de outras (impeachment), fazendo com que a falha do ritual ocorra por meio da linguagem:“(...) a falha, a fissura, o deslizamento não são índices negativos, são lugar de resistência, lugar do impossível (nem tão impossível) e do não sentido (que faz sentido)” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 24).

## 6.2 O POLÍTICO COMO LUGAR DE RESISTÊNCIA

É próprio, pois, do sujeito, ao manifestar-se, ocupar um espaço, um lugar, marcando suas diferenças, suas filiações ideológicas e, muitas vezes, distanciando-se do pensamento dominante, previamente estabelecido. No âmbito político, esse movimento se faz muito presente e atuante e marca, no fio do discurso, distâncias acentuadas entre filiações/identificações de âmbito ideológico.

No caso da FD que enuncia golpe, percebemos que esta irrompe intradiscursivamente, inaugurando uma rachadura que insiste em desafiar os ventos da dominância imperante no país. Com isso, as distintas tomadas de posição das FDs em análise, trabalhadas como antagônicas, acabam por estabelecer as desavenças/discordâncias. Cazarin (2013, p. 174) destaca, sob à luz da Análise do Discurso, que “o desentendimento opera quando um mesmo enunciado pode produzir sentidos distintos ou, até mesmo, opostos, dependendo da FD em que está inscrito o sujeito enunciator, leitor ou ouvinte”.

Marie-Anne Paveau (2013, p. 119) trabalha com o conceito de desmemória para se referir aos “fenômenos de abandono no fio memorial do discurso”. Ela associa a desmemória com ao que denomina “rupturas no canal memorial por mudanças de sentido e/ou de situações discursivas” (Ibidem, p. 121). Paveau compreende, ainda, que o movimento de deriva dos sentidos parece surgir da desmemória. Por este viés, compreendemos que a FD que enuncia golpe promove, assim como propõe Marie Anne, um movimento de deriva/movimentação dos sentidos hegemônicos, os quais são representados pela FD de quem enuncia impeachment.

Ademais, por representar rupturas e abandono, a desmemória também faria funcionar uma certa dose de silenciamento. Os movimentos de desmemória não geram, portanto,

necessariamente uma ruptura no fio do discurso, mas podem ser um dos pontos que determinam esse fato.

Omitir certas palavras e priorizar outras trabalha a interdição dos sentidos que não se quer fazer ecoar. Isso porque aquilo que é silenciado/esquecido pode, a qualquer momento, ressoar no fio do discurso de maneira avassaladora. Orlandi (2007, p. 78) nos alerta que “proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos”. E esses saberes e sentidos, que se buscou abafar na mídia brasileira de forma ostensiva, reverberaram para além dos limites nacionais:

**SD 46:** “No dia seguinte, em 31 de março, em um encontro com artistas e intelectuais, a palavra ‘impeachment’ apareceu mais: 22. A palavra “golpe” foi usada 19 vezes no discurso de meia hora, em que traçou um paralelo com sua resistência durante a ditadura militar. Na semana passada, o tom ficou mais pesado. A analogia histórica deu lugar ao ataque reto e direto ao vice-presidente, Michel Temer, e ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha. ‘Eu chamei de chefe do golpe e vice-chefe do golpe. Um não age sem o outro’, disse Dilma”. (*Revista Época, de 18 de abril de 2016*).

Fernando Collor de Mello, em 1992, convocou a população para ir às ruas, no dia 16 de agosto, pelo Brasil e em solidariedade a ele, trajando verde e amarelo. Porém, o que ocorreu, de fato, foi a passeata dos caras pintadas, com os manifestantes vestindo preto, opondo-se a ele em tom de protesto e incentivando uma investigação mais profunda dos vínculos de seu governo com a corrupção.

A busca dos manifestantes, que entrou para a história, foi por ética na política e pelo impeachment de Collor. A grande mídia (que tinha ajudado Collor a se eleger à época) inicialmente não acreditou que a população iria em peso às ruas, mas as práticas mostraram que ela estava enganada. O desencanto com a situação política do país fez com que muitos fossem protestar em massa. Com o incremento de novas denúncias que deflagraram o envolvimento de Collor com o esquema PC Farias, o Brasil viveu, em 29 de setembro de 1992, a abertura do primeiro processo de impeachment de sua história, com 441 votos de deputados a favor das investigações pró-impeachment.

Esquema 22 – A interdição dos dizeres marcando resistência



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Se analisarmos as condições de produção que culminaram no impeachment/golpe de 2016, vemos que a mídia desempenhou papel fundamental, assim como o fez em 1992, com Collor. Percebemos, com isso, que estamos diante de um jogo que, para além da esfera dos sentidos, apresenta os interesses de âmbito político (partidário) atuando de forma marcante, o que, por consequência, desnuda saberes e práticas atuantes no jogo do e pelo poder.

O poder da palavra escolhida para delimitar os fatos reforça o jogo de forças do cenário político nacional, entremeado pela presença (e força) imanente do poder advindo do AIE da mídia. Assistimos, pois, à junção entre os poderes da política e da mídia, em que a mídia, por meio de seus veículos, promove a circulação dos sentidos que mais lhe convém, fazendo com que certas memórias sejam lembradas e outras, esquecidas/silenciadas. Os veículos de comunicação de massa novamente se esconderam sob o véu de uma imparcialidade que cabe muito bem em livros de jornalismo, mas que não consegue se sustentar nas práticas cotidianas.

Um dos efeitos possíveis buscados com essa atitude é sedar a resistência, amortecendo-a pela força da hegemonia. Tiburi (2017, p. 129) destaca que “os mais anestesiados, bem como aqueles que vão ganhar mais com o golpe (...) usam a palavra ‘impeachment’ como anestesiadora”. Assim, sujeito, sentido e político se entrelaçam ao poder e suas relações, demarcando um dos espaços de atuação da própria Análise do Discurso que

“trabalha sobre relações de poder simbolizadas em uma sociedade dividida” (ORLANDI, 2016, p. 55).

Nomear, portanto, o que ocorreu no Brasil em 2016 como impeachment ou como golpe trabalha, em princípio, um deslizamento, pois podemos compreender que existe uma escolha de uma ou de outra palavra para descrever o acontecimento. Porém, entendemos que acontece, na prática, algo mais forte, para além de um simples deslocamento.

Compreendemos, pois, que a dança dos sentidos conduz a uma verdadeira deriva, se analisarmos as filiações/identificações ideológicas que fazem o “sujeito político” (Indursky, 2000) enunciar impeachment ou enunciar golpe. Estamos diante, a partir disso, de FDs que comportam saberes bastante distintos, anunciando a dispersão e a heterogeneidade dos sujeitos e de seus dizeres:

**SD 47:** “Dilma condena golpe e convoca resistência (...) Ao discursar após ser notificada de seu afastamento por 180 dias da presidência da República, Dilma Rousseff denunciou que o processo de impeachment é ‘frágil, juridicamente inconsistente, injusto e desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente’; ‘Quando uma presidente eleita é afastada por um crime que não cometeu, o nome que se dá a isso num ambiente democrático é golpe’ (...) ‘Eu já sofri a dor invisível da tortura, agora sofro novamente a dor inominável da injustiça. O que mais dói é a injustiça’, declarou”. (*Brasil 247, 12 de maio de 2016*).

Há de se destacar os silenciamentos, os esquecimentos pelos quais esse processo de escolha, seja pelo uso de impeachment ou de golpe passaram, fazendo funcionar a memória que traz fragmentos da nuvem discursiva para (re)inscrevê-los no fio do discurso. Novos gestos de leitura e de interpretação e novos saberes são agregados a esta(s) memória(s), permitindo ao sujeito ressignificá-la(s). Se considerarmos, por exemplo, o golpe de 1964, que foi também denominado de revolução/ditadura, os sentidos hegemônicos direcionaram para uma defesa da democracia, quando o que se viu ocorrer foi, em nome disso, a instauração de um período tenso e nebuloso, no qual a democracia esteve, na prática, ameaçada.

No caso em questão, percebemos que o deslizar/derivar dos sentidos, dependendo da FD que enuncia a palavra democracia, promove uma verdadeira transmutação dos sentidos. Segundo o poder dominante, alicerçado fortemente pelo AIE da mídia, a revolução seria necessária para salvar a democracia; mas, de acordo com quem enunciava golpe para o que estava acontecendo no Brasil em 1964, existia a migração para uma outra rede de sentidos, na qual se via a democracia como severamente ameaçada, violada.

Com o afastamento de Dilma em 2016 aconteceu algo semelhante. Quem entendia ser necessário o impeachment bradava estar preocupado com os valores democráticos e colocava a bandeira contra a corrupção como meta. Quem não concordava com a saída de Dilma,

entendia que ela não havia cometido crime de responsabilidade algum, ato que a forçaria, caso comprovado, a ser destituída do poder via impeachment.

As possibilidades de interpretação de uma mesma palavra, no caso, democracia, ganharam dimensões distintas, dependendo da FD que a proferia. A democracia, para quem enunciava impeachment, estava ameaçada se Dilma continuasse. A democracia, para quem enunciava golpe, estava ameaçada se Dilma fosse retirada. A palavra democracia aparece, portanto, sendo alvo de disputa das duas FDs. Na FD que enuncia impeachment temos formulações e sentidos que são discursivizados ‘em nome da democracia’; enquanto na FD que enuncia golpe percebemos o direcionamento dos sentidos para ‘em defesa da democracia’.

A retomada, por intermédio da memória, de outros enunciados, seja os da época do impeachment de Collor, seja os do período do golpe de 1964, põe os enunciados em intenso diálogo, ora em processo de identificação, corroborando e ratificando os dizeres, ora em processo de não-identificação, contradizendo-os e refutando-os. A palavra democracia assumiria, nesse caso, o “nó em uma rede”, de acordo com Courtine (2014 [1981]), estabelecendo os pontos de tensão que aproximam e/ou afastam os saberes das FDs em análise, as quais funcionam, nesse caso, como um enunciado dividido.

Para Hannah Arendt (2018 [1972]), em *Sobre a violência*, o poder político advém do consentimento e, pensando em uma democracia, este deve ser expresso e assegurado pelo voto da maioria da população, de acordo com as normativas expressas pela própria Constituição Federal e demais leis que regulamentam o processo democrático.

Em outras palavras, podemos considerar que é a vontade da maioria, pelo ato de votar, que define quem estará no poder em nome da sociedade:

Na história brasileira, repleta de conspirações, exitosas ou não, a queda do segundo governo Dilma constará exatamente como o que foi: um golpe (...) o sufrágio universal de 54,5 milhões de brasileiros e brasileiras foi cassado por um Congresso composto por pusilânimes prepostos burgueses, em sua quase totalidade corruptos, lumpens e biltres. (DEMIER, 2017, p. 15).

As relações de poder que interagem no espaço político retratam a luta de classes, a disputa, portanto, entre dominantes e dominados: “quem diz luta de classe da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classes da classe dominada” (ALTHUSSER, 1980b, p. 100). No caso do impeachment/golpe de 2016, o que se viu foi a força - não a física

e abertamente declarada, mas a velada, cínica e perversa - atuando sem a chancela da vontade popular expressa nas urnas.

### 6.3 DIREITA E ESQUERDA NO PALCO DO IMPEACHMENT/GOLPE

Ao trabalharmos com os conceitos de direita e esquerda no universo político, podemos compreender, conforme Mariani (1998, p. 20) que essas duas palavras “caracterizavam, e ainda caracterizam, distintas concepções sociais e econômicas, resultantes de modelos políticos diferentes”.

Além de estarmos tratando com sentidos distintos no que tange a diversas temáticas de âmbito social, temos alguns pré-construídos que funcionam via memória quando identificamos alguém como sendo de direita ou de esquerda: “tornou-se comum referir-se aos representantes da direita como ‘moderados’ e aos da esquerda como ‘extremistas’, ‘fanáticos’, ‘dogmáticos’ e coisas similares” (MÉSZÁROS, 2014, p. 59).

Podemos conceber, pela discussão entre direita e esquerda tão suscitada no caso do afastamento de Dilma em 2016, que as relações provenientes do embate/conflito instalado pelas FDs que enunciam impeachment e golpe instauram um cenário no qual, pelas palavras de Corten (1999, p. 37), se estabelece “a cena de forças políticas construídas pelo discurso”. E isso pode ser vislumbrado não apenas pelo conflito de forças formatado pelas FDs em questão, mas, principalmente, pela correlação de saberes e práticas que estão em jogo ao se enunciar, no fio do discurso, impeachment ou golpe para se referir ao que ocorreu no Brasil em 2016.

Falar sobre posicionamentos de direita e de esquerda atualmente soa, para algumas pessoas, como algo ultrapassado, apesar de que seu uso para tratar de temáticas políticas remonta séculos. Ao se falar em direita e esquerda estamos diante de um cenário conflituoso, que cede espaço à exclusão: se alguém é de direita está ligado a um determinado conjunto de pensamentos, ideias, atitudes completamente distintas de quem se diz de esquerda.

Pela ótica da AD, sabemos que a contradição é marca inerente dos sujeitos e, por mais estranho que possa parecer, às vezes podemos nos identificar, de forma simultânea, com pensamentos presentes nos dois lados (direita e esquerda), isso porque, dependendo das condições de produção, os sentidos migram, constituindo uma nova rede de saberes/sentidos.



Pensar de maneira díade, dual é, portanto, característica de nossa sociedade há algum tempo, desde que o paradigma do binarismo se instalou em nossas relações:

**SD 48:** “Em tom bastante conservador e politicamente localizada à direita, a narrativa que pauta o noticiário do país faz desaparecer boa parte das nuances e oculta personagens e fatos importantes da crise. Neste contexto, a cobertura internacional ganha holofotes e acende o alerta sobre o perigo da concentração da chamada grande mídia brasileira (...) Se inicialmente a imprensa internacional acompanhava a ode aos protestos pró-impeachment criada pelos grandes conglomerados da imprensa nacional, houve uma meia-volta significativa (...) Enquanto a imprensa brasileira seguiu retratando a votação do impeachment como um jogo de futebol, ficou a cargo da mídia internacional o chamado a reflexões e à garantia de princípios jornalísticos de apuração (...) Foram órgãos de mídia internacionais também os responsáveis por pautarem e explicarem os motivos que levam uma grande parcela da população brasileira a denunciar um golpe em curso (...)”. (*Carta Capital, de 28 de abril de 2016*).

Em alguns momentos, essa atitude de simplesmente rotular os sujeitos como sendo de direita ou de esquerda, reduz e esvazia a instalação do diálogo, do debate na cena política. Temos, com isso, uma sociedade que trabalha mal com o conflito e, também, com a contradição. A regra simplista é eliminar toda e qualquer possível incoerência. A higienização está em todos os setores da vida social, pois ainda se busca, de maneira ilusória, uma transparência dos sentidos/dos dizeres. Nega-se, a todo custo, a opacidade nas relações.

Uma importante observação se faz necessária neste *imbróglio*. Direita e esquerda necessitam uma da outra para coexistirem. É a luta ideológica que se dá no embate travado entre esses dois pensamentos que possibilita o debate de ideias, de posicionamentos diferentes frente a toda e qualquer situação. E é em nome de uma relação saudável entre direita e esquerda, sem apelo aos extremismos de ambos os lados, que se deve primar para garantir a manutenção dos pilares da democracia.

Pêcheux (1988 [1975], p. 160) nos lembra que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. A possibilidade dos sentidos serem oscilantes, por conseguinte, deve-se à interferência do fator ideológico, que se afeta e constitui os sujeitos sem que estes percebam:

A ideologia não é, assim, um conjunto de representações nem a ocultação da realidade. Discursivamente, a ideologia é a necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido (ORLANDI, 1996b, p. 18).

Em termos históricos, posicionar-se à direita ou à esquerda, da maneira como fazemos uso, remonta à Revolução Francesa, no qual uma simples divisão espacial se deu por causas ideológicas. Mesmo que em alguns momentos da nossa história essa dicotomia esteja mais

arrefecida, em outros ela retorna com toda força, passando a influenciar não apenas o cenário político, mas diversos outros setores da vida dos sujeitos:

**SD 49:** “(...) O texto cita que também houve preconceito machista e ressentimento da direita que nunca aceitou a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e do PT (...) O Guardian diz que ‘a ironia é que muitos dos acusadores são acusados e por pecados piores’. O texto cita Eduardo Cunha e lembra que Dilma não é acusada, nem investigada por corrupção (...) A foto de Dilma aparece na capa do New York Times nesta sexta-feira, em uma reportagem contando os acontecimentos de ontem no Brasil, com a posse de Temer. O jornal dá destaque para o fato de o ministério do peemedebista ser composto apenas por homens e que seu governo pode representar uma guinada para a direita (...)”. (*O Estado de São Paulo*, 13 de maio de 2016).

Em sua obra, Bobbio traz uma palavra que representa um conceito bastante utilizado para distinguir pensamentos de direita e de esquerda: a igualdade. Ao analisar alguns exemplos em seu livro intitulado *Direita e Esquerda*, ele se posiciona dizendo: “a esquerda é mais inclusiva; a direita, mais excludente, mas a esquerda é mais inclusiva porque é mais igualitária e a direita é mais excludente porque é mais inigualitária” (BOBBIO, 2011, p. 185).

Se pensarmos na figura do Estado conforme as palavras de Althusser (1980a), concebendo-o como uma unidade disseminadora do poder, podemos compreender de que maneiras as forças mantenedoras da ordem social estão constituídas em prol da classe dominante.

Nesse contexto, é possível localizarmos os movimentos ideológicos de direita e de esquerda, interpretando-os em uma cena na qual travam uma intensa luta política com o intuito de “ascenderem ao poder e lá defenderem a ordem social vigente, sintetizada por globalizar, como forma eficaz de organização da sociedade ou, então, responsabilizá-la pelos problemas sociais” (DORNELES, 2017, p. 23).

É possível, também, compreendermos que a FD que enuncia golpe para o fato ocorrido em 2016 no Brasil aproxima-se de uma farsa, de acordo com Marx (2011, p. 25). Segundo o autor, quando um fato ocorre pela primeira vez ele pode ser lido como tragédia, porém, ao se repetir, ele passa a ser entendido como uma farsa. Se associarmos a enunciação de golpe a uma farsa podemos, inclusive, considerar que tal atitude já ocorreu tantas vezes ao longo de nossa história que é possível interpretar o golpe de 2016 como uma farsa já consolidada.

Isso pode ser constatado pela tese de que em outras situações nas quais houve a retirada, mais ou menos pacífica de um governante do poder, o que se viu foi que o *modus operandi* pouco se alterou (adaptando-se, claro, às respectivas condições de produção); ou

seja, mudam-se os atores e o palco (sujeitos e situação); a fórmula se altera ao sabor dos fatos, mas a motivação permanece a mesma.

No caso do impeachment/golpe de 2016 entendemos que estamos diante de uma farsa amplamente anunciada. O poder das classes hegemônicas, à direita, associou-se a posturas cínicas e perversas para bradarem, em alto e bom tom, especialmente no que tange aos limites do território nacional, que o impeachment de Dilma era necessário para a manutenção, para o bem da própria democracia. E assim o fizeram, empreendendo todas as suas forças em prol desse objetivo.

O resultado é que, mais uma vez ao longo de nossa história, os farsantes, em alguma medida, conseguiram o que tanto queriam...

#### 6.4 FORMAÇÃO DISCURSIVA: LUGAR DA CONTRADIÇÃO, DO EQUÍVOCO E DA HETEROGENEIDADE

Tomamos a concepção de formação discursiva de acordo com as palavras de Indursky (2013a), que a concebe como um espaço de múltiplos discursos, marcado pelo heterogêneo e por fronteiras movediças:

*(...) uma FD deve ser entendida como dois ou mais discursos em um só, estabelecendo a contradição como seu princípio constitutivo. Pode-se dizer que uma FD é uma unidade dividida e heterogênea. Seu contorno é fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhe são exteriores. O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável, em função da FI de que provém. (INDURSKY, 2013, p. 45).*

Ao trazermos a categoria de formação discursiva, como é o caso desta análise, é inevitável trazermos a ideologia, enquanto materialidade, o que nos leva a considerar a contradição advinda das relações estabelecidas entre as classes. Quando falamos em classes, é interessante lembrarmos que estas estão longe de serem entendidas como blocos homogêneos, nem ao se inter-relacionarem, nem isoladamente.

A contradição está presente, portanto, na interligação, no embate entre os saberes que distanciam as classes, mas também atua no âmago delas, demonstrando a coexistência de

distintas formações ideológicas no âmbito da formação social. Esta característica instaura posicionamentos distintos dos sujeitos filiados às FDs, o que acaba por instituir as variadas posições-sujeito.

Ao se trabalhar com a ideia de evidência do sentido, trazemos as palavras de Orlandi, quando esta enfatiza que o sentido é “transparente àquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante” (ORLANDI, 2012, p. 46). Por esta ótica, ainda segundo a autora, “as palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória) (Ibidem, p. 46).

A tomada de posição pode ser entendida, a partir disso, como uma atitude, um gesto de resistência. Por isso mesmo Pêcheux (1988 [1975], p. 304) nos diz que “não há dominação sem resistência” e nem “ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas” (Ibidem, p. 301). Em face disso, a FD que enuncia golpe advém da contradição instaurada com o sentido dominante (FD que enuncia impeachment), possibilitando a falha e inaugurando, com isso, a resistência na cena discursiva, na qual parecia preponderar a estabilidade/regularização dos sentidos de ordem hegemônica:

O lapso e o ato falho marcam o impossível de uma dominação ideológica fora de toda contradição. A série de efeitos aqui resumidos pelas figuras do lapso e do ato falho infecta, assim, sem parar, toda a ideologia dominante, no próprio interior das práticas (...) As ideologias dominadas não se formam em nenhum outro lugar a não ser na própria localização da dominação, nela e contra ela, através das falhas e dos tropeços que a afetam incontornavelmente, mesmo quando a dominação se estende ao ponto “em que nada se pode fazer”, porque “isso é assim”. (PÊCHEUX, 2013 [1984], p. 15-16).

A ideologia, portanto, enquanto materialidade simbólica, circula por meio da formação ideológica, a qual se articula a determinadas práticas sociais discursivas instauradas em uma dada formação social, estabelecendo relações com a linguagem. Esse movimento acontece tendo como pano de fundo as condições de produção, que correlacionam os sujeitos e a situação. Todo este cenário discursivo, por sua vez, é perpassado pelas formações imaginárias. A interconexão, portanto, entre língua/linguagem, formações social, ideológica e imaginária, sujeito e condições de produção inaugura as formações discursivas, sendo estas a instância na qual o sujeito se vincula a determinados posicionamentos/filiações ideológicas:

A Formação Discursiva representa a materialidade ideológica para o sujeito. É a partir dela que se dá o assujeitamento, processo que faz com que todo o sujeito assumira lugar no conjunto da Formação

Ideológica e se cumpra assim a tese central do assujeitamento. A partir dela o sujeito exerce a luta ideológica de reprodução/transformação, constituindo-se em determinadas posições. (DORNELES, 2017, p. 75).

Tratar de formação discursiva é trabalhar com um conceito que permeia diversas noções englobadas pela AD. Estamos falando da heterogeneidade. Em *Remontémons de Foucault a Spinoza*, Pêcheux percebe a força advinda da contradição, observando que esta passa a instaurar, no espaço das FDs, não mais a coesão, mas, sim, a dispersão. O fator dispersivo possibilita a convivência de saberes diferentes daqueles elencados na matriz dominante de sentidos da FD, instaurando posições distintas dentro dos limites desta, que passam a ser considerados agora como impermanentes, porosos, permeáveis à entrada e saída de ideologias.

Jean-Jacques Courtine (2014 [1981]) entende a FD como o espaço invadido pelo heterogêneo e pela contradição e a relaciona de forma muito próxima às condições de produção, possibilitando o entendimento de que suas fronteiras são movediças. Isto ocorre pela instabilidade inaugurada pelas dissonantes posições ideológicas que coabitam uma FD.

Mesmo existindo a matriz de sentido que delimita o que pode e deve e o que não pode e não deve ser dito, o fato de ser abalada pela contradição imanente, pela heterogeneidade e pela dispersão, faz com que a FD esteja à mercê das lutas ideológicas e submetida à constante interferência de discursos transversos e/ou pré-construídos - os quais advêm da *nuvem discursiva* - invadindo e reconfigurando seus saberes.

Courtine & Marandin conceituam, por este viés, o que seria a formação discursiva:

(...) como heterogênea em relação a si mesma: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ele não consiste em num limite traçado de uma vez por todas que separa um interior e um exterior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma *fronteira que se desloca* em função das questões da luta ideológica. (COURTINE & MARANDIN, 2016, p. 39).

A heterogeneidade, uma das características indissociáveis das FDs, se faz presente no fio do discurso quando percebemos que as falhas no ritual de interpelação/identificação abrem espaço para a instalação da resistência, por exemplo. O gesto interpretativo se dá intradiscursivamente, quando questões advindas da historicidade e da contradição adentram o campo discursivo, trazendo elementos da exterioridade, ou seja, da *nuvem*.

Os efeitos de sentido se fazem na interação com o outro, sejam estes os sentidos já-lá provindos da *nuvem*, do pré-construído, do discurso transversal e/ou da memória, sejam do

assujeitamento ideológico, da atuação do inconsciente e dos atravessamentos dos discursos-outros proferidos por outros sujeitos. É, em última análise, na inter-relação social que advêm as materialidades e é desse lugar que proliferam os discursos, os saberes, os sentidos.

A contradição, que se vislumbra ao se comparar os saberes que constituem as matrizes de sentido da FD que enuncia impeachment e da FD que enuncia golpe, baseia-se nos ensinamentos de Pêcheux, quando este afirma que os objetos podem ser “ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos, isto é, de existir uma unidade dividida, suscetível de se inscrever em um ou outro efeito conjuntural, politicamente sobredeterminado (...)” (PÊCHEUX, 2016, p. 157).

Sendo afetado, pois, pela contradição, visto não ser possível dissociá-la do aspecto ideológico, o discurso também apresenta outra característica/noção ligada diretamente à ela, justamente por seu atrelamento indissociável da linguagem: o equívoco. Este se mostra nas contradições advindas das lutas materiais e ideológicas de classes.

Se trouxermos as reflexões de Gadet e Pêcheux (2004, p. 64) estes expressam que “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história”. O que temos aqui, portanto, é o entrelaçamento entre o real/furo da língua (equívoco) e o real/furo da história (contradição). Estes encontram um terceiro, com o qual se coadunam, representado pelo real/furo do sujeito (inconsciente).

O equívoco se inscreve discursivamente pela própria incompletude da língua e do sujeito. As rupturas, deslizamentos, derivas dos sentidos se dão justamente nas lacunas abertas pelo silenciamento, pelo não dito, inscrevendo-se pela/na falta. Dizendo de outra forma, o equívoco se inscreve na tensão existente entre as materialidades linguística e histórica, afetando a materialidade discursiva: “(...) a língua se equivoca, os sujeitos cometem equívocos e os sentidos são equívocos” (LEANDRO FERREIRA, 1996, p. 45).

No caso do impeachment/golpe de 2016 a contradição e o equívoco estão associados tanto à FD que enuncia impeachment quanto à que enuncia golpe. O equívoco e a contradição se mostram no fio do discurso, na FD que enuncia impeachment, quando esta silencia e promove um esquecimento orquestrado da palavra golpe. O mesmo acontece quando intradiscursivamente se enuncia golpe, para (res)significar/simbolizar o que aconteceu com Dilma.

É preciso, pois, produzir um equívoco e uma contradição simultaneamente, visando a regularizar os sentidos/dizeres/saberes que se vinculam à determinada formação discursiva. Vislumbramos, pois, no fio do discurso, o atravessamento do histórico com o linguístico

atuando para delimitar, no âmbito de cada uma das fronteiras porosas das FDs, o que pode e deve e o que não pode e não deve ser dito.

Nos meandros do discurso, os sentidos se constituem pela intervenção constante da historicidade atravessada pela ideologia, inscritos estes, por sua vez, em uma regularidade de rituais e práticas. E é a partir desta peculiaridade singular dos sujeitos que vemos enunciados ressoando de maneiras distintas, com filiações muitas vezes bastante opostas, como é o caso de quem enuncia impeachment e de quem enuncia golpe.

O que estes movimentos dos sentidos promovem são, em última análise, tão somente duas formas/maneiras de simbolizar/interpretar/significar o fato ocorrido em 2016 no Brasil, demonstrando serem afetados por inscrições ideológicas distintas/antagônicas e atestando o que nos diz Pêcheux (2015 [1983], p. 53) ao declarar que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Esquema 23 – Real e furo no cenário discursiva da resistência



Fonte: Elaboração do autor, 2018.

## 6.5 IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016: UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO?

Segundo Indursky (2008) para que o acontecimento discursivo se instale é necessário uma movimentação de sentidos intensa, abrupta, ao ponto de o sujeito se desidentificar da FD a qual se filiava para inaugurar uma outra, determinando, com isso, um novo domínio do saber. O sujeito, portanto, seguindo o pensamento da autora, ao não mais se identificar/filiar a determinadas práticas, saberes, rituais que caracterizam certa FD, rompe os laços com esta, estabelecendo uma nova forma-sujeito:

Esse é o acontecimento discursivo: ruptura com uma formação discursiva historicamente instituída, desidentificação da forma-sujeito que organiza os saberes do referido domínio de saber e o surgimento de uma nova FD e de uma nova forma-sujeito, o que provoca necessariamente movimentação e reordenamento dos sentidos no espaço de memória sobre os saberes (...) nesta deriva, no trabalho do sentido sobre os sentidos (...). (INDURSKY, 2008, p. 23).

Dela-Silva (2016, p. 261) trata acerca do acontecimento de âmbito jornalístico como “uma prática da/na mídia que instaura discursividades, produzindo efeitos de sentido para e por sujeitos, em determinadas condições de produção”. O acontecimento histórico, por seu turno, pode ser entendido, conforme destaca Le Goff ([1996]), como um fato pontual, que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo, passa a ser rememorado na história, fazendo parte do dizer sobre o passado de um povo, narrado pela ciência histórica. Sob a ótica discursiva, entende-se que o acontecimento de ordem histórica pode ser analisado de formas variadas produzindo, inevitavelmente, múltiplos efeitos de sentido.

O acontecimento discursivo, por sua vez, possui características mais contundentes, se comparado ao de cunho histórico e jornalístico. Se considerarmos, tal qual Pêcheux (2015 [1983]), o acontecimento discursivo como o encontro entre uma atualidade e uma memória, podemos nos questionar se o impeachment/golpe de 2016 efetivamente poderia ser interpretado como tal.

Ao utilizarmos a ótica discursiva para analisar se um acontecimento pode ser entendido desta forma, devemos considerá-lo como portador de um certo grau de opacidade, a qual possibilita sua inscrição no “jogo oblíquo de suas denominações” (PÊCHEUX, 2015 [1983], p. 20). É, pois, na circulação-confronto de formulações (Ibidem, p. 20) que se dá o embate entre as FDs antagônicas representadas por quem enuncia impeachment e por quem enuncia golpe, assim como a possibilidade de conceituarmos o fato ocorrido no Brasil em 2016 como um acontecimento discursivo.

Nossa compreensão é de que o fato transcorrido no país e analisado neste trabalho, pode ser concebido, em uma primeira visada, como um acontecimento histórico e jornalístico, segundo os entendimentos de Le Goff (1996) e Dela-Silva (2016). Possui caráter histórico, pois seguramente deixará suas marcas e será (re)lembrado por suas singularidades ao longo do tempo; configura-se, igualmente, como uma temática relevante que despertou o interesse dos veículos de comunicação, ocupando posição de destaque nos noticiários, o que o constitui como um acontecimento jornalístico. A dúvida surge quando observamos este fato pelo viés discursivo.



Para termos algo que possamos conceituar como um acontecimento em AD é preciso uma conjugação de fatores que extrapolam a esfera do típico, alçando-se à escala do esporádico, do diferente, enfim, daquilo que ultrapassa a habitualidade, o previamente instituído. O acontecimento modifica o que está estabelecido no imaginário, na memória, ressignificando-o. Ele provoca uma quebra de paradigmas, possibilitando novos discursos sobre dado assunto, com novos efeitos de sentido.

Segundo o que foi apresentado neste trabalho e baseando-se nas palavras de Pêcheux (2015 [1983]), concebemos o impeachment/golpe de 2016 como um acontecimento, pois nele é possível evidenciar o encontro entre uma atualidade e uma memória. Para além disso, consideramos que, diferentemente do primeiro caso de impeachment, ocorrido em 1992, o que motivou a saída de Dilma apresentou diferenças importantes.

O presidente à época, Fernando Collor de Melo renunciou para não precisar ser julgado, garantindo, desta forma, a preservação de seus direitos políticos. Dilma, ao contrário, passou por todos os ritos legais que um processo de impeachment preconiza e, mesmo tendo seus direitos políticos preservados por uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), foi oficialmente afastada de seu cargo.

As circunstâncias, pois, que motivaram os dois processos foram bastante distintas. Enquanto Collor apresenta, para além de evidências processuais, incontestáveis provas de crime de responsabilidade; com Dilma, o cenário foi outro. Muito se questiona, mesmo após sua saída, quais teriam sido as reais causas de seu afastamento, pois quando se tenta associar as pedaladas fiscais como sendo responsáveis pelo crime de responsabilidade cometido pela petista, muitas indagações, inclusive da parte dos juristas, vêm à tona.

As condições de produção elencadas neste trabalho nos mostram uma situação bastante distinta entre os dois afastamentos via impeachment de nossa história. A intensa interpelação dos AIEs da mídia e jurídico, o ressentimento, a formação social democrático-capitalista e o próprio cenário político desenharam um impeachment com motivações únicas.

Outro importante fator a ser considerado é a própria democracia. Em 1992, com a saída/renúncia de Collor, a democracia não foi abalada tanto quanto em 2016, com o afastamento de Dilma, via processo de impeachment. As relações estabelecidas entre capitalismo e democracia, cotidianamente presentes no laço social, contribuíram para que a democracia sofresse um abalo bem maior com o impeachment/golpe de Dilma. Essa constatação reitera nosso pensamento de que efetivamente o Brasil vivenciou, no ano de 2016, nas esferas política e social, um acontecimento discursivo.

## 6.6 O SILÊNCIO QUE (RES)SIGNIFICA...E RESISTE!

O silêncio já existia antes de o sentido se expressar Orlandi (2007a), antes de ser, portanto, enunciado. Enunciar “golpe” sucede, a partir disso, ao que anteriormente já foi silenciado. No caso da mídia brasileira, enunciar “golpe” ainda remonta um diálogo com o silêncio, pois os veículos de comunicação da grande mídia nacional insistem em omitir essa outra possibilidade de significação, tão manifesta país afora, para se referir ao afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República.

Orlandi trabalha com duas subdivisões do silêncio, concebidos como silêncio fundador e silenciamento ou política do silêncio. Neste último, podemos encontrar duas subformas: constitutiva e local. Compreendemos que, além do silêncio fundador, inerente a todo e qualquer discurso, no caso da FD que enuncia golpe temos a atuação do silenciamento constitutivo, submodalidade da categoria política do silêncio.

As marcas da resistência são, desse modo, marcas do invisível; daquilo que não se quer falar; do que não se pode falar, enfim, do que se silencia: “esse silêncio - o que não se pode aí dizer - é o indício das ‘bordas’ do discurso” (ORLANDI, 2007a, p. 166). E essa invisibilidade silenciada pode ser entendida como uma ação exercida pelas classes dominantes frente às classes dominadas, o que, no nosso caso, se refletiria na supremacia de quem enuncia impeachment sobre quem enuncia golpe.

**SD 50:** “De repente, não mais de que repente, fez-se um enorme silêncio. Aécio Neves ficou calado. A Avenida Paulista não se encheu de gente de verde e amarelo. Não se ouviu uma panela repicar no Parcão. O MBL, o Vem pra Rua e o Revoltados Online ficaram em casa. A mídia falava da salvação do país pelos novos donos do poder. Silêncio retumbante sobre a ata do golpe, a escritura da trama, o recibo da operação (...) Na ata do golpe, o golpista nomeia seus parceiros: ministros do STF, comandantes militares...Silêncio ensurdecedor. Os golpistas trabalham para implantar um programa neoliberal de reformas. Que importa se alguns deles são corruptos? (...) O golpe, apelidado de impeachment, não foi dado para acabar com a corrupção, mas para mantê-la (...) O jornal britânico ‘The Guardian’, mais uma vez, viu o evidente, o golpe (...)”. (Correio do Povo, Coluna de Juremir Machado da Silva, 24 de maio de 2016).

Esta metáfora do invisível está baseada no pensamento de Axel Honneth (2001) quando este se referencia a um outro autor, Ralph Ellison, em sua obra intitulada *Invisible Man*. Não dar voz a quem enuncia golpe, para além de um esquecimento voluntário, orquestrado dos sentidos, vai, também, de encontro com saberes basilares da própria prática jornalística. As diversas teorias do jornalismo, apesar de suas diferenças conceituais, concordam ao dizer que diversas fontes devem ser ouvidas na apuração de um mesmo fato.

O objetivo, segundo as bases teóricas, é perseguir a imparcialidade no fazer profissional. Porém, ao negligenciar, ao calar esse sentido (da FD que enuncia golpe), o que se percebe é um movimento catártico. E de onde ele vem? Podemos dizer que essa catarse advém da exterioridade constitutiva do discurso que se materializa, no caso em análise, para além dos limites fronteiriços nacionais. *O inaudito ecoa ao longe*, nos noticiários de veículos representantes da grande mídia internacional.

Compreendemos que foi, portanto, exatamente este silenciamento da mídia brasileira acerca da palavra golpe, que despertou a falha no ritual do discurso hegemônico nacional, trazendo a resistência para o fio do discurso e instaurando “um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições a atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções” (PÊCHEUX, 2016, p. 115).

Uma outra interpretação possível, ainda, considera que os sujeitos não identificados com a ideologia propagada pelo AIE da mídia brasileira - no caso representada pela FD que enuncia impeachment - não merecem participar da “cena enunciativa” (Indursky, 2017), construída pela mídia tradicional, conhecida também como grande mídia, restando, para quem não compactua de seu posicionamento hegemônico, tão somente o silêncio.

A resistência, pois, no âmbito discursivo, se dá porque os interesses que permeiam a luta de classes são variados/múltiplos e estes são reconhecidos pelas filiações ideológicas e inconscientes dos sujeitos, quando estes se identificam com determinadas FDs. As diferenças aparecem no confronto, pela afirmação e/ou negação de determinados saberes, permitindo o ecoar das distintas vozes, sempre embaladas pela contradição, fazendo com que as possibilidades interpretativas passem a produzir e a processar sentidos. Lembremos-nos de Leandro Ferreira (2011), quando afirma que é como furo que a resistência se instala no fio do discurso.

A prática política da imprensa brasileira (especialmente da grande mídia) desde sempre funcionou sob a ideologia da classe dominante, que naturaliza os sentidos e produz “efeitos de verdade” (Indursky, 2017, p. 79) os quais, por sua vez, projetam imaginariamente efeitos de realidade. Pensar a noção de resistência é, portanto, levar em conta características do próprio sujeito discursivo.

Num primeiro estágio, destacamos o fato de que todo sujeito é clivado, ou seja, interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente. Em um segundo momento, podemos enfatizar a forma como esse sujeito se insere na formação social democrático-capitalista e como é influenciado pelas condições de produção, as quais determinam seu assujeitamento. E,

por último, citamos o próprio Estado, como sendo, ele mesmo, concebido pela falha proveniente da luta de classes, que traz os posicionamentos distintos para atuarem discursivamente.

Esses são importantes aspectos que precisamos considerar ao analisarmos questões atinentes à resistência nos meandros do discurso. A dualidade, tão típica de nosso laço social contemporâneo, no qual saberes e práticas extremamente subjetivas são postos a dominar as relações entre os sujeitos, precisa ser continuamente repensada. Fazendo coro, mais uma vez, às palavras de Pêcheux e entendendo que se existe algum tipo de dominação sempre haverá a possibilidade de resistir, então que a façamos munidos de coragem/audácia.

É preciso resistir pelo simples fato de que o mundo, mais especificamente a sociedade brasileira moderna, necessita promover reflexões constantes no seu agir. Não é possível acreditar que a mudança tenha que continuar a vir primeiro do outro para que possamos, a partir desse movimento, posicionar-nos. É preciso mais. É preciso (e urgente) se rebelar mais. É preciso ousar mais e começar pelo eu, para que o outro, que também me constitui, possa vir a resistir comigo!

## 7 TENSÕES, CONFLITOS, SABERES E SENTIDOS FRONTEIRIÇOS: IMPEACHMENT/GOLPE DE 2016

*Tanta ousadia não é simplesmente pelo prazer de correr riscos, mas porque a aventura do discurso, que tanto incitou a Pêcheux, dá margens a esses transbordamentos e incursões, sem que apaguemos os vestígios de nossas marcas e especificidades.*

MARIA CRISTINA LEANDRO FERREIRA

Para começar esta parte final da escrita (sempre provisória e difícil), trago o pensamento de Milner (1987, p. 44), quando este, ao abordar questões atinentes à língua enfatiza que “sempre faltam palavras para dizer alguma coisa, ou: existe o impossível a dizer”. Esta falta, este impossível de dizer se faz não apenas por estarmos nos encaminhando para a reta final desta caminhada/trajetória embalada pela Análise do Discurso, mas também porque nos damos conta, após a escrita de um trabalho de fôlego como este, que nunca conseguiremos dizer tudo o que gostaríamos, nem da forma que gostaríamos.

E a explicação para tal fato não precisa vir acompanhada de muita complexidade e esforço intelectual. A própria AD, que nos forneceu aporte teórico para a realização desta jornada, nos ajuda a aceitar que se há sujeito é porque algo falta, falha e essa (re)inscrição nos constitui para além do fio do discurso. Ao trabalharmos com a Análise do Discurso pecheutiana, compreendemos “(...) o entendimento da interpretação como gesto que recorta o real numa errância dominada pelo ideológico” (DORNELES, 2017, p. 15).

Nunca conseguiremos dizer tudo o que queríamos ou gostaríamos, simplesmente porque não sabemos ao certo o que queremos dizer. Percebemos, pois, neste sofrido momento de tentar dar conta de escrever as últimas palavras, que nos deparamos com a incerteza/impermanência/inconstância inscrita em nós e na própria Análise do Discurso. Contudo, é preciso tentar, é preciso ousar pensar por si mesmo, como bem nos ensinou Pêcheux. Começamos, então, este difícil exercício de dar um desfecho ao incontornável. É chegada a hora, enfim, de quebrar os espelhos...

Ao considerarmos que os sentidos e seus processos estão sempre em *relação a*, podemos compreender, pela ótica singular inaugurada pela Análise do Discurso pecheutiana, que um dos propósitos que nortearam esse trabalho foi justamente conseguir instaurar maneiras de (res)significar na busca por compreendermos sob quais motivações se deu o impeachment/golpe de 2016 no Brasil.

Esse método de observação que amarra, mas não de forma rígida, teoria e práxis, no qual os sentidos até adquirem uma certa estabilidade/regularidade em um certo momento, mas que, apesar disso, estão, à mercê do sopro do mutável, serve-nos de impulso para seguirmos nossa caminhada e empreendermos nossos gestos analíticos.

O ano de 2016, assim como outras datas relevantes em nossa história, será lembrado como um ano atípico no que tange à experiência democrática em terras tupiniquins. Intenso pode ser uma das palavras que auxilia na caracterização dos acontecimentos *sui generis* que permearam o país, de forma mais ampla, e o regime democrático, de maneira mais estrita. A formação social que tenta associar saberes e práticas do capitalismo e da democracia falha ao tentar promover esta aproximação, simplesmente por esbarrar em um paradoxo, em uma contradição intrínseca.

A análise das sequências que perpassaram nossa escrita, dispersas ao longo dos cinco capítulos apresentados, conduziu-nos a um caminho analítico permeado ora por regularidades, ora por instabilidades. Esse trilhar pelo desconhecido, representado pelo objeto investigado, fez com que nos deparássemos com muitas indagações acerca, por exemplo, da forma como atua o Aparelho Ideológico da Mídia, o qual, segundo Mariani (1998, p. 61) tem como função trabalhar na “institucionalização social dos sentidos”.

A partir desta constatação foi possível perceber maneiras distintas de trabalhar com a afastamento de Dilma Rousseff, seja pela FD que enuncia impeachment, seja pela FD que enuncia golpe. As diferenças que pontuaram as coberturas midiáticas dos veículos nacionais e internacionais acerca deste mesmo fato, também atravessam questões específicas não apenas ao aparelho ideológico em si, mas se devem à afetação dos outros fatores que contribuíram como condições de produção do impeachment/golpe no formato em que este se sucedeu.

Ao pensarmos no discurso como um lugar de memória, assim como Courtine (2006), percebemos que nele ocorrem diversos tipos de movimento como repetições, esquecimentos, retomadas, silenciamentos. Estes movimentos apenas são possíveis pelo atravessamento da história e dos sujeitos e sua historicidade, atualizando/ressignificando os sentidos, seja na modalidade de uma repetição/reprodução/paráfrase, seja como transformação/comemoração/polissemia.

O esquecimento, pois, produzido pela memória, remonta algo que está na linha da história, nas brechas do passado. A qualquer momento, porém, esta memória pode se atualizar, instaurar-se no presente por meio da atuação/(res)significação de dizeres/saberes da nuvem discursiva, abrindo espaço para lacunas, furos, nos quais diferentes sentidos passam a operar.

É preciso considerar a língua, para a AD, como suscetível à falha, ao furo e é por meio destas características que as formações do inconsciente podem se manifestar sem a intenção consciente do sujeito, seja por sonho, ato falho, chiste, lapso. No caso do nosso objeto, consideramos que o ressentimento atuou não apenas como um sintoma, mas também como condição de produção. Acreditamos que uma das formas de instalação do ressentimento como sintoma possa ter vindo pela falta de reconhecimento social. O sujeito não foi reconhecido na demanda de seu desejo, desencadeando uma maneira de simbolizar esta falta para além dos limites do real.

E se o ressentimento se instala pela repetição, pela queixa reiterada, inaugurando o recalque, podemos interpretá-lo como um afeto que busca por um gozo permanente para se sustentar, uma maneira de o sujeito (tentar) tocar o intangível. A relação do sujeito com o sintoma remonta um lugar de sofrimento, espaço no qual podemos dizer que estão os sujeitos políticos que analisamos aqui (Aécio e Temer), investigando suas correlações com as condições de produção que conduziram o país ao processo de impeachment/golpe de Dilma Rousseff.

O psicanalista Christian Dunker (2015, p. 66), ao falar sobre o ressentimento, diz que ele é “efeito estrutural da soberania excessiva do outro (...) é fácil perceber como o ressentimento prospera naqueles que se sentem excluídos”. Se trouxermos os saberes da formação social democrático-capitalista, podemos entender as relações entre os sujeitos e a política como sendo da ordem de uma tentativa de gerir o sofrimento cotidiano dos sujeitos. A sociedade que vive sob o duo paradoxal/utópico representado pela convivência nada harmoniosa entre capitalismo e democracia passa a ser espaço fértil para a instauração cada vez maior e mais constante de sintomas dos mais variados tipos. O também psicanalista Antonio Quinet (2008, p. 122) corrobora com este ponto de vista ao afirmar categoricamente que “o sintoma fala a verdade do sujeito”.

Sem a pretensão de demarcar, de forma definitiva, qual seria a verdade que acomete os sujeitos pós-modernos, nos permitiremos tão somente, baseado nos gestos analíticos efetuados por este trabalho, propor que afetos cada vez mais presentes em nossa sociedade, como o ressentimento e o cinismo, já podem ser considerados como verdadeiras patologias da era contemporânea.

O sujeito hodierno recusa a ferida narcísica, ficando refém de suas projeções imagéticas, propiciando, com isso, que o narcisismo patológico impere, acabando por desembocar em um movimento no qual sujeito e objeto de desejo se confundem. Em outras

palavras, o sujeito é o próprio objeto de desejo do sujeito e, nessa conjuntura, o outro se torna tão somente um estorvo, um entrave, na sua busca incessante pelo que precisa/almeja.

Essa condição pode ser uma das respostas que justifica a presença cada vez maior do cinismo em todas as esferas do social, mostrando-se a cada dia mais presente no âmbito político. E não poderia ser de outra forma, se concebemos, assim como Arendt (2014, p. 15), que “todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política”.

Em sociedades como a nossa, em que a pauta diária é transformar o sujeito político paulatinamente em sujeito consumidor, o paradigma da individualidade adquire contornos preocupantes. Mesmo a própria razão iluminista mais pungente se surpreenderia com tamanho alcance social obtido pela lógica do mercado. A sociedade baseada no consumo, marcada pelo espetáculo constante e atravessada pela ordem do simulacro simboliza a condição perfeita para a instalação do culto narcísico. Essa junção de fatores cria o palco ideal para a atuação do sujeito mediado por uma razão/postura/consciência cínica. É, pois, nessa hiância, nessa fenda que o sujeito político/discursivo se insere e (tenta) se constituir.

A falta, que já habita o sujeito constitutivamente, é estimulada por saberes/práticas/rituais de culto ao ego em níveis extremados, sendo exposta e ampliada dia a dia, inaugurando um sujeito faltante crônico, que flerta com o patológico. Essa falta pertence ao domínio do real, que pode ser concebido sob a forma de um buraco, no qual o recalque retorna ao sujeito pelas fissuras produzidas pela própria falta, a qual se (re)inscreve continuamente. Neste contexto, as contradições sociais são silenciadas ao nível do esquecimento, exaltando “o sujeito livre e poderoso, que é capaz de realizar o que quiser” (MAGALHÃES, 2013, p. 31).

A fronteira que limita as duas FDs analisadas neste trabalho pode ser considerada como um lugar no qual os sujeitos se encontram no desencontro. Esse desencontro é representado pelo encontro com o outro, com a alteridade que é necessária para a constituição de todos os sujeitos. Esta visibilidade do outro nos condiciona/encaminha a este limite fronteiro, no qual as diferenças ora se aproximam e ora se afastam, embaladas pela contradição. A fronteira pode ser entendida exatamente a partir deste pensamento, como o lugar social que abriga o confronto, a alteridade e o conflito. De acordo com Leandro Ferreira (2005, p. 213), podemos conceber a região de fronteira como “um espaço tenso, instável, contraditório (...) e fecundo”.

Esse encontro/desencontro promove a instauração dos diferentes/opostos/antagônicos efeitos de sentidos, das múltiplas possibilidades interpretativas, de acordo com Pêcheux (1988 [1975]). Este movimento dos sentidos leva em conta as condições de produção para que certos



posicionamentos estejam em maior evidência, garantindo a estes um efeito de verdade e fazendo com que preponderem em relação a outros. Esse é o caso da FD que enuncia impeachment, a qual, ao se sustentar pelo funcionamento cínico, acabou por ganhar, nos meandros da grande mídia brasileira, contornos de dominância.

Como nos diz Orlandi (1996b), há certos sentidos que *colam*, que se afirmam no fio do discurso por meio de uma presença/presença inatacável, que se repete à exaustão, impossibilitando o emergir de outros posicionamentos. Neste cenário, cabe aos outro(s) lado(s) resistir e buscar, por vias alternativas, manifestar suas práticas, seus saberes, inaugurando a seu modo uma forma de existir mesmo que na penumbra.

Ao retomarmos a mitologia grega e suas crenças, encontraremos Ártemis como a deusa que controla as fronteiras, que supervisiona as margens, regulando os limites entre o mesmo e o outro. Podemos conceber, portanto, que a fronteira que aproxima e afasta as FDs que enunciam impeachment e golpe é instaurada por tracejados invisíveis, sendo que as margens que os delimitam não se mostram demarcadas com barreiras claramente identificáveis. A matriz ou o domínio de saber de uma FD trabalha, ao mesmo tempo, em seu interior, com saberes de natureza convergente e divergente, comportando a contradição que lhe é inata.

Como o espaço de fronteira de uma FD com as outras é poroso, e se molda de acordo com os movimentos proporcionados pelas lutas ideológicas, dentro de uma determinada conjuntura percebemos que as determinações no que tange ao que deve e pode ser dito e ao que não deve e não pode ser dito são interpeladas pelas condições de produção, pela formação social e por sua inscrição/retorno na *à nuvem discursiva*.

Esse movimento estabelece uma zona de embates/conflitos/tensões, nos quais os sentidos estão se digladiando constantemente para (co)existir, fazendo com que nem o poder de uma deusa como Ártemis possa interferir ao ponto de controlar essa flutuação incessante de saberes.

Neste cenário, quem sofre as consequências, além dos sujeitos, é a própria democracia que, nas palavras de Rancière (2014b p. 112) “torna-se, então, o eufemismo que designa um sistema de dominação que não se quer mais chamar pelo nome”. Não apenas nas relações entre capitalismo e democracia, mas no embate entre as FDs que enunciam impeachment e golpe, é possível percebermos a confusão na qual o uso de determinadas palavras em determinados momentos pode suscitar, pois, ainda segundo Rancière (Ibidem, p. 117), “se as palavras servem para confundir as coisas, é porque a batalha a respeito das palavras é indissociável da batalha a respeito das coisas”.

A política, pois, e sua inserção no universo de sociedades conjugadas pelos valores do capital e da democracia, precisa lutar continuamente para não ser esquecida. Esta ação precisa levar em conta, por um lado, o cuidado ao reduzir seu escopo unicamente para a representação advinda pelo voto nas urnas, e por outro, é preciso igual esmero para que uma possível ampliação em seu conceito e modo de atuar no corpo social alargue-se a tal ponto que sua real motivação se dilua.

Após o fato ocorrido em 2016 no Brasil, algumas importantes questões precisam ser abordadas. Temos, enquanto nação, uma caminhada que contabiliza cento e vinte oito anos como República, pouco mais de trinta anos de democracia e, neste ano, mais precisamente na data de 05 de outubro, somamos exatos trinta anos do ato que promulgou nossa Constituição. O que temos a fazer frente a isto? A resposta soa simples na teoria, mas se mostra bastante complexa na práxis: resistir! A República, o Estado democrático de direito precisam resistir! Assim como os sujeitos!

Mesmo ocupando o lugar de analistas do discurso precisamos considerar que, antes de analistas, somos sujeitos, e como tais, ao interpretarmos, deixamo-nos afetar por nossos posicionamentos, por nossas filiações ideológicas. Como sujeitos do discurso reconhecemos nosso atravessamento original, nossa intersecção constitutiva, representada pela interferência/interpelação da ideologia e da afetação inconsciente. Usando o recurso da metáfora, podemos conceber o sujeito como uma moeda, formada pela união de dois lados que apesar de inseparáveis, não ousam se comunicar, ou melhor, não podem/conseguem se comunicar, pois falam línguas distintas. Porém, é justamente neste caminhar junto/separado que o sujeito mostra a que veio.

É a partir deste entendimento que ousamos manifestar nossos gestos de leitura/interpretação acerca do acontecimento discursivo pujante de impeachment/golpe ocorrido em 2016 no Brasil, esperando que nosso movimento analítico possa ter contribuído, de alguma forma, para suscitar indagações, inquietações que nos movam, não apenas como analistas do discurso, mas como sujeitos que precisam encontrar diariamente sentido no não sentido da vida para continuar a existir, mesmo que interceptados pela descontinuidade e pela impermanência constitutivas.

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- AGAMBEN, GIORGIO. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALTHUSSER, Louis. Marxismo, ciência e ideologia. In: DOMERGUE, R. **Marxismo segundo Althusser**. Lisboa: Sinal, 1965.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro, RJ: Editorial Presença / Martins Fontes, 1980a.
- ALTHUSSER, Louis. **Posições - 2**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1980b.
- ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, (1984) [1964].
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo, SP: Forense Universitária, 2014.
- ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. São Paulo, SP: Civilização Brasileira, (2018) [1972].
- BALDINI, L.S; DI NIZO, P.L. O cinismo como prática ideológica. In: **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista. V.13, nº 02, p. 131-158. Dez. 2015.
- BAUDRILLARD, J. **A Transparência do Mal**. Campinas: Papyrus, 1990.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.
- BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. 3ª ed. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **Democracia e segredo**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2015.
- CARVALHO, Frederico Zeymer Feu de. Discurso, resistência e sujeito. In: SOARES, A.S.F; MARIANI, B; DELA-SILVA, S; MEDEIROS, V. (Orgs). **Discurso, resistência e...**Cascavel, PR: Edunioeste, 2015.
- CAVALLARI, Juliana Santana; BALDINI, Lauro José Siqueira; BARBAI, Marcos Aurélio (Orgs.) **Discurso e psicanálise**: a-versão do sentido. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

CAZARIN, Ercília Ana. A análise do discurso e sua interface com a político. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

CONEIN, B; COURTINE, J.J; GADET, F; MARANDIN, J.M; PÊCHEUX, M (Orgs.). **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Orgs.) Tradução de Ana Maria Lisboa de Mello e Maria Regina Borges-Osório. **Os múltiplos territórios da Análise de discurso**. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE, J.J. **O tecido da memória**: alguma perspectiva do trabalho histórico nas ciências da linguagem. *Langages*, nº 114, jun. 1994.

COURTINE, J.J. O chapéu de Clementis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.

COURTINE, J.J. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. São Paulo: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EdUFSCar, (2014) [1981].

COURTINE, J.-J; PIOVEZANI, C.(Orgs.) **História da fala pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

COURTINE, Jean Jacques; MARANDIN, Jean Marie. Que objeto para a Análise do Discurso? In: **Materialidades Discursivas**. CONEIN, B; COURTINE, J.J; GADET, F; MARANDIN, J.M; PÊCHEUX, M (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DELA-SILVA, Silmara. Do acontecimento jornalístico e do arquivo: efeitos do/no discurso. In: **A Análise do Discurso e sua história**: avanços e perspectivas. GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans (Orgs.) Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2017.

DE NARDI, F. In **Organon nº 35** - Discurso, língua e memória. v. 17, nº 35, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, 2003.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. **A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados**. Cruz Alta: Editora Ilustração, 2017.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN (Org.) **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**, Campinas: Pontes, 2016.

FERRO, Marc. **O ressentimento na história**. Rio de Janeiro, RJ: Agir Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2004.

FREUD, S. Carta 105. **Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Vol.I. Rio de Janeiro, RJ: Imago, (1996) [1899].

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, (2001) [1900].

FREUD, S. **Inibição, sintoma e ansiedade**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, (2014) [1926] [1925].

GABEIRA, Fernando. **Democracia tropical: caderno de um aprendiz**. Rio de Janeiro, RJ: Estação Brasil, 2017.

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, (1993) [1969].

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.) **A análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos, SP: Clara Luz, 2007.

HENRY, Paul. A história não existe?. In ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de Leitura: da História no Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HONNETH, Axel. Invisibility: on the epistemology of 'recognition'. **Supplement to the Proceedings of The Aristotelian Society**. Vol. 75, nº 1, jul, 2001.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo, SP: Editora 34, 2003.

INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzatto, 2000.

INDURSKY, Freda. Lula lá: estrutura e acontecimento. In **Organon n° 35** - Discurso, língua e memória. v.17, n° 35, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, 2003.

INDURSKY, F; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs). **Práticas Discursivas e Identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre, RS: Nova Prova, 2008.

INDURSKY, Freda. A representação do MST na mídia: discurso verbal e não-verbal. In: ZANDWAIS, A; ROMÃO, L.M.S (Orgs.). **Leituras do político**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. 2011.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013a.

INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013b.

INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Orgs.). **Análise do discurso**: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

INDURSKY, Freda. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, G.G.B; GALLO, S.M.L; LAGAZZI, S; NECKEL, N.R.M; PFEITTER, C.C; ZOPPI-FONTANA, M.G. (Orgs.). **Análise de discurso em rede**: cultura e mídia. V.03. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2004.

KEHL, M.R; BUCCI, E. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2005.

KUNDERA, Milan. **O livro do riso e do esquecimento**, Companhia de bolso (editora), 2008.  
LACAN, J. **Intervenciones y textos 2**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, (1974 [1988]).

LACAN, J. **O Seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1975 [1972] [1973].

LACAN, J. **O Seminário, livro 10**: a angústia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984 [1962] [1963].

LACAN, J. **O Seminário, livro 3**: as psicoses. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1955] [1956].

LACAN, J. **O Seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987 [1964].

LACAN, J. **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1992 [1969] [1970].

LACAN, J. **O Seminário, livro 2**: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1994 [1954] [1955].

LACAN, J. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, J. O simbólico, o imaginário e o real. In: **Nomes-do-pai** (p. 9-53). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005 [1953] .

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. A discussão do sujeito no movimento do discurso. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O estatuto da equivocidade da língua. In: LIMA, Marília dos Santos; GUEDES, Paulo Coimbra. **Ensaio**: Estudos da Linguagem. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1996.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2000.

LEANDRO, FERREIRA. Maria Cristina. In **Organon n° 35** - Discurso, língua e memória. v. 17, n° 35, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, 2003.

LEANDRO FERREIRA, M.C. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. In: INDURSKY, F; LEANDRO FERREIRA, M.C. (Orgs.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

LEANDRO FERREIRA, M.C. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. In: A pesquisa em Análise do Discurso no PPG-Letras/UFRGS e sua expansão institucional. **Organon n° 48**, V. 24. jan-jun 2010.

LEANDRO FERREIRA, M.C. O discurso do corpo. In: MITTMANN, S.; SANSEVERINO, A.M.V (Orgs.) **Trilhas de investigação**: a perspectiva no I.L. em sua diversidade constitutiva. Porto Alegre: Instituto de Letras / UFRGS, 2011, p. 89-105.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Memória discursiva em funcionamento. In: ROMÃO, Lucília e CORREA, Fernanda (Orgs.) **Conceitos discursivos em rede**. São Carlos: Pedro & João, 2012.

LEANDRO FERREIRA, M.C. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013a.

LEANDRO FERREIRA, M.C. Discurso, arte e sujeito e a tessitura da linguagem. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013b.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Resistir, resistir, resistir... Primado prático discursivo! In: SOARES, A.S.F; MARIANI, B; DELA-SILVA, S; MEDEIROS, V. (Orgs.). **Discurso, resistência e...**Cascavel, PR: Edunioeste, 2015.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et.al.] 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MAGALHÃES, Belmira. O acontecimento discursivo que enaltece o individualismo como arma do cidadão. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, M.C; MITTMANN, Solange [Orgs]. **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

MALISKA, Maurício Eugênio. **Gozo (s): do sintoma ao sinthome**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2004.

MARIANI, B. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E.P (Orgs.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1993.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginários dos jornais (1922 - 1989)**. Rio de Janeiro, RJ: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARIANI, Bethania. Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa. In: TEDESCO, M.; MEDEIROS, V. (Orgs.). **Travessias nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010.

MARIANI, B. Análise do discurso e psicanálise. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. (Org.). **Discurso e...: ideologia, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo) sexualidade**. Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2012a. p. 50-58.

MARIANI, B; MEDEIROS, V (Org.). **Discurso e...** Rio de Janeiro, RJ: Editora 7 Letras: Faperj, 2012b.

MARIANI, B; ROMÃO, L.M.S; MEDEIROS, V. (Orgs.). **Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan**. Rio de Janeiro, RJ: Faperj / 7 Letras, 2012c.

MARIANI, B. (2014) Uma proposta de arquivo sobre o sujeito da cidade do Rio de Janeiro. In: CABRAL, A.; FARBIARZ, A.; TAVARES, D. **Pesquisas em mídia e cotidiano**. Rio de Janeiro: EDUFF e Rio Books, 2014.



MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A miséria da Filosofia**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Vanice. Da resistência na língua à resistência da língua: o caso dos glossários. In: In: SOARES, A.S.F; MARIANI, B; DELA-SILVA, S; MEDEIROS, V. (Orgs). **Discurso, resistência e....**Cascavel, PR: Edunioeste, 2015.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

MILNER, Jean-Claude. O amor da língua. Porto Alegre,RS: Artes Médicas, 1987.

NETTO, G.A.F. **Doze lições sobre Freud e Lacan**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

NIEHUS-PROBSTING,H. A recepção moderna do cinismo: Diógenes no Iluminismo. In: BRANHAM, R; GOULET, M.O (Orgs.). **Os cínicos: o movimento na antiguidade e o seu legado**. São Paulo, SP: Loyola, 2007.

NIETZSCHE, F. **Ecce homo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém. Tradução de Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto**. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

ORLANDI, E. **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1993.

ORLANDI, Eni P. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes; 1996a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes Editores, 1996b.

ORLANDI, E. **Escritos: linguagem, cidade, política, sociedade**, Campinas, n. 4, p.07-16, maio 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto**. Campinas, Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a.

ORLANDI, E.P. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, F; LEANDRO FERREIRA, M.C. **Análise de discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à vista**: discurso do confronto/velho e novo mundo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Políticas institucionais**: a interpretação da delinquência. *Bolema*, vol.23, nº 36. Rio Claro: Unesp, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Língua e Conhecimento Linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-Rodrigues (Org.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PACHECO FILHO, R. A. A praga do capitalismo e a peste da psicanálise. **A peste: revista de psicanálise e sociedade e filosofia**. São Paulo, V.01, n.01, p. 143-163, 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/apeste/issue/view/207/showToc>>. Acessado em: 22 de abril de 2018.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. **Nietzsche e o ressentimento**. São Paulo: Humanitas, 2014.

PAVEAU, Marie-Anne. **Os pré- discursos**: sentido, memória, cognição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral**: uma ética das virtudes discursivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, (1988) [1975].

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**. V. 19, p. 7-24. Campinas, jul/dez, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In GADET, F. e HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução às obras de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, (1993) [1969] .

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.) **Gestos de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, (1997) [1982].

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul; HAROCHE, Claudine. **A Semântica e o Corte Saussuriano**: língua, linguagem e discurso. *Linguagem: Revista eletrônica de popularização científica em ciências da linguagem*, São Carlos, n. 03, p.01-19, out/nov. 2008. Bimestral. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. Disponível em: . Acesso em: 22 ago. (2011) [1971].

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. **Décálogos**, Vol. 1 Iss. 4, (2013) [1984]. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1065&context=decalages>

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, (2015) [1983].

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**. Textos selecionados por Eni Orlandi. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PERRAULT, Gilles. **O livro negro do capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político**: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2009.

PONDÉ, Luiz Felipe. **A era do ressentimento**: uma agenda para o contemporâneo. São Paulo, SP: LeYa, 2014.

QUINET, Antonio. **A descoberta do inconsciente**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [2000] (2008).

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas margens do político**. Lisboa, Portugal: KKYM, 2014a.

RANCIÈRE, Jacques. **Ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014b.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROBIN, Régine. Entre histoire et mémoire, in Müller B. (dir), **L'Histoire entre mémoire et épistémologie**. Autour de Paul Ricœur, Éditions Payot Lausanne, Éditions Payot Lausanne, 2004.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2010.

ROUDINESCO, E. **Dicionário de Psicanálise**: Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

- ROUDINESCO, E. **A parte obscura de nós mesmos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. São Paulo, SP: Autêntica Editora, 2016.
- SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo, SP: Três estrelas, 2017.
- SCHELER, Max. **Da reviravolta dos valores: Ensaios e artigos**. Trad. Marco Antônio Casa Nova. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SINGER, André. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2012a.
- SLOTERDIJK, Peter. **Ira e tempo**. São Paulo, SP: Estação liberdade, 2012b.
- SOARES, A.S.F; MARIANI, B; DELA-SILVA, S; MEDEIROS, V. (Orgs). **Discurso, resistência e...**Cascavel, PR: Edunioeste, 2015.
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro, RJ: LeYa, 2016.
- SOUZA, Lucília Maria Abrahão. Dizeres de resistência em rede: é (também) de impossível que se trata. In: SOARES, A.S.F; MARIANI, B; DELA-SILVA, S; MEDEIROS, V. (Orgs). **Discurso, resistência e...**Cascavel, PR: Edunioeste, 2015.
- SOUZA, Tania C.C. De. A análise do não verbal e o uso da imagem nos meios de comunicação. In: **Revista Ciberlegenda**, nº 6, 2001. (Também no site [HTTP://www.uff.br/mestcii/tania3.htm](http://www.uff.br/mestcii/tania3.htm)).
- SWIFT, Jonathan. **A arte da mentira política**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- TIBURI, Marcia. **Ridículo Político: uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto**. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- ZANDWAIS, Ana; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Leituras do político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- ZIZÉK, Slavoj. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. São Paulo: Zahar, 1992.

ZIZÉK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZIZÉK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.

ZOPPI FONTANA. **Modernização e discursos democráticos; porta-vozes esclarecidos nos tempos da transição**, IEL/UNICAMP, 1994. Tese de Doutorado.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Língua política: modos de dizer na/da política. In: ZANDWAIS, A; ROMÃO, L.M.S (Orgs.). **Leituras do político**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. 2011.